

FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA
TRANSAMAZÔNICA: A ONG ASSEefa E OS PDSs DE ANAPU-PA**

**BELÉM
AGOSTO/2007**

FLEDYS DO NASCIMENTO SOUSA

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA
TRANSAMAZÔNICA: A ONG ASSEefa E OS PDSs DE ANAPU-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Sociologia, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino.

**BELÉM
AGOSTO/2007**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Sousa, Fledys do Nascimento

Participação social e alternativas de desenvolvimento na Transamazônica: a ONG ASSEEFA e os PDSs de Anapu-PA / Fledys do Nascimento Sousa; orientadora, Maria José da Silva Aquino – Belém, 2007

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

1. Desenvolvimento sustentável – Anapu (PA). 2. Movimentos sociais – Anapu (PA). 3. Rodovia Transamazônica (Brasil). 4. Amazônia – Condições econômicas. 5. Amazônia – Condições sociais. I. Título.

CDD - 21. ed. 363.7098115

Fledys do Nascimento Sousa

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA
TRANSAMAZÔNICA: A ONG ASSEefa E OS PDSs DE ANAPU-PA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino (PPGCS/UFPA)
Orientadora

Profa. Dra. Dalva Maria da Mota (EMBRAPA)
Examinadora

Prof. Dr. Heribet Schmitz (PPGCS/UFPA)
Examinador

Profa. Dra. Maria Angélica A. do Espírito Santo (PPGCS/UFPA)
Suplente

BELÉM
AGOSTO/2007

Agradecimentos:

Agradeço em primeiro lugar a senhora Odete do Nascimento Sousa, minha mãe, ao amigo Rozinaldo Ribeiro da Silva, pelo apoio na seleção do mestrado e durante a finalização dessa dissertação, ao Professor Rainério Meireles, ao amigo Geraldo Magela, a Marcela Cardoso Rodrigues, pela amizade e atenção e a Alcioni Siberi, mãe do meu filho Matheus. Essas pessoas foram fundamentais na realização dessa dissertação.

A todos os membros da ASSEEFPA de Anapu, que me acolheram e permitiram a realização da pesquisa de campo. Em especial a Dona Maria Guzzo e a seus filhos Giovany e Giuliano Guzzo, que me hospedaram em sua casa e possibilitaram o acesso aos assentamentos PDSs Virola-Jatobá e Esperança.

A todas as pessoas entrevistadas, pois sem as quais não seria possível o presente trabalho. Em especial ao Senhor Ivam Chagas que muito me auxiliou na compreensão da realidade política e social de Anapu e da Transamazônica.

A todos os mestrandos da turma 2005 e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA que contribuíram para minha formação e auxiliaram ao longo do curso, em especial a Professora Doutora Maria José da Silva Aquino, minha orientadora, pela paciência e por ter acreditado na realização desta dissertação.

Ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, organização política na qual milito desde 1994. Neste entrei em contato com o debate político sobre a realidade brasileira e com teoria e a prática de transformação social.

Aos funcionários e bolsistas da Secretaria Multicampi da UFPA, em especial as senhoras Lídia Maria e Ana Clotildes, que me acolheram como colegas de trabalho e muito me ensinaram durante o ano que passei trabalhando naquela secretaria.

A minha mãe Odete do Nascimento Sousa, brava trabalhadora de quem acredito ter herdado a coragem e a persistência que muito me ajudaram na elaboração desta Dissertação, ao meu Tio Pedro Guilherme do Nascimento, falecido em 12 de dezembro de 2005 e a meu filho Matheus nascido em 02 de setembro de 2004.

“[...] as coisas iam mudar muito em breve, justamente porque o operário aprendera a pensar. Agora ele estava acordado nas entranhas da terra, germinava lá no fundo como uma semente. E todos veriam, um belo dia, brotar homens da terra [...]”. (ZOLA, 1972, p. 177)

Resumo

Esta dissertação discute a participação e alternativas de desenvolvimento na Transamazônica, a partir de estudo acerca da Organização Não-Governamental Associação Solidária e Econômica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA) que é a encarregada pelos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), no município de Anapu, Transamazônica, Estado do Pará. Objetiva-se, verificar as imagens construídas sobre a ASSEEFA e os PDSs e, assim, apontar o grau de participação da sociedade civil de Anapu no processo de formulação e implementação de políticas alternativas de desenvolvimento para aquela região. Objetiva-se, ainda, explicitar em que campo se construíram as referências ao meio ambiente, presentes nas lutas dos movimentos sociais locais. Tomando como referência os conceitos apresentados por Ammann (1978) e Bordenave (1994), questionamos a existência ou não de participação social na criação da ASSEEFA e na implementação dos PDSs? Nesse sentido, as categorias *participação social*, *sociedade civil*, *desenvolvimento*, *meio ambiente* e *Amazônia*, com reflexos latentes nessa região, foram selecionadas como elementos centrais de análise, o que é realizado logo no primeiro capítulo. Com o intento de oferecer respostas à altura dos objetivos acima apontados, analisou-se, por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, primeiro momento, a trajetória de constituição da ASSEEFA e dos PDSs. Observou-se, assim, que, nas parcerias, disputas e negociações da sociedade civil, existiam componentes relevantes que evidenciavam que aqueles movimentos possuem propostas voltadas para um tipo de desenvolvimento que valorize o meio ambiente e que, sobretudo, compromete-se com o resgate da cidadania. A análise dos pontos de vista das instituições governamentais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e representantes da associação de madeireiros, serviu como referência para compreensão das diversas possibilidades, interesses e conflitos com que se apresentam as iniciativas da sociedade civil e a realização do desenvolvimento na Transamazônica. Tomamos como hipótese principal a formulação de que a participação social na ASSEEFA e nos PDSs de Anapu está ligada aos mais diversos interesses e que esta significa um rompimento com antigas práticas e visões sobre o desenvolvimento e a possibilidade desses agricultores de garantia de suas liberdades efetivas, como o direito a terra, ao trabalho, a educação e à saúde, em suma aos direitos fundamentais do ser humano.

Palavras-chave: Participação Social, Sociedade Civil, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Amazônia.

Abstract

This thesis discusses the alternatives for the Transamazonica Road development, from studies of the Non-Governmental Organization named Associação Solidária e Econômica de Frutas da Amazônia (ASSEFA) that is responsible by the Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), in the municipal district of Anapu, Transamazônica, Pará State. It objectifies, verify the images built about ASSEFA and PDSs and, thus, point the participation civil society degree of Anapu in the development alternative politicses formulation and implementation process at that region. It objectifies, yet, turn explicit where field built the references to the environment, present in the social actions locations fights. Do take like reference the concepts introduced for Ammann (1978) and Bordenave (1994), we question the existence or not of social participation in ASSEFA's creation and in PDSs' implementation? In this sense, the social categories *participation*, *civil society*, *development*, *environment* and *Amazônia*, with latent reflexes in this region, were going selected like analysis central elements, what it is accomplished soon in the first chapter. With the intent of offering at the height of the objective answers above pointed, it analyzed, by means of bibliographical research and of field, first moment, the constitution trajectory of ASSEFA and of PDSs. It observed, thus, that, in the partnerships, civil society disputes and negotiations, there were important components that evidenced that those actions own directed proposals to a development type that valorizes the environment and that, above all, it pledges with the citizenship ransom. The points of view government institutions analysis like Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) and Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) and lumbermen association representatives, it served like reference for several possibilities comprehension, interests and conflicts with that are introduced the civil society initiatives and the development accomplishment in Transamazônica. We take like main hypothesis the formulation that the social participation in ASSEFA and in PDSs de Anapu is tied to more several interests and that this means a breaking with old practices and visions on the development and the possibility of these farming of warranty of her effective freedoms, as the right to land, to work, the education and to the health, in short to the human being's fundamental rights.

Key-words: Social participation, Civil Society, Development, Environment, Amazon

Lista de Siglas:

ABONG – Associação Brasileira de ONGs
 ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
 ACIAPA – Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira
 AIMAT – Associação da Indústria Madeireira de Altamira
 ASFORT – Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica
 ASPAT - Associação Pioneira Agrícola da Trans-leste
 ASSEFA – Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia
 ATPF – Autorização para Transporte de Produtos Florestais
 BASA – Banco da Amazônia S.A.
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social
 CAI – Complexos Agropecuários e Industriais
 CAT – Centro Agro-ambiental do Tocantins
 CATP – Contrato de Alienação de Terras Públicas
 CEB – Comunidade Eclesial de Base
 CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
 CFR – Casas Familiares Rurais
 CIMI – Conselho Indigenista Missionário
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
 CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
 COEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente (Estado do Pará)
 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
 CONTAG – Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 CUT - Central Única dos Trabalhadores
 DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes
 EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto no Meio Ambiente
 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (UFPA)
 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação (*Food and Agriculture Organization*)
 FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
 FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
 FNO – Fundo Constitucional do Norte
 FUNAI - Fundação Nacional do Índio
 FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar
 GRET - Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
 IAD – Instituto Alemão de Desenvolvimento
 IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ISA - Instituto Socioambiental
KFW - Kreditanstalt Für Wiederaufbau (Banco para a reconstrução, Alemanha)
LAET – Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MFMLA - Movimento Fraternal de Mulheres Lutadoras do Município de Anapu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MOPROK – Movimento Pró Kararaô
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
MPST – Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NDI – Núcleo de Direitos Indígenas
NEAF – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (UFPA)
NUMA - Núcleo de Meio Ambiente
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PACAL – Projeto Agro canavieiro Abraham Lincoln
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PDA - Projeto Demonstrativo “A”
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PGDT – Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEMA - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
POEMAR - Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável
PP/G-7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural.
PROMANEJO - Projeto de Manejo dos Recursos Florestais (PPG-7)
RESEX - Reserva Extrativista
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SECTAM - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente
SIVAM - Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino Rural
SOPREN - Sociedade de Proteção dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UDR – União Democrática Ruralista
UFPA – Universidade Federal do Pará
UPF – Unidade de Processamento de Frutas
USAID - United States Agency for International Development

Lista de Tabelas

	p.
Tabela 1 – Entidades e entrevistados.....	22-23
Tabela 2 – Trajetória do debate sócio-ambiental internacional e na Transamazônica.....	44-45
Tabela 3 – Potência elétrica e áreas inundadas de diferentes hidrelétricas.....	64

Lista de Figuras

	P
Figura 1 – Esquema de Loteamento da Rodovia em 1972.....	32
Figura 2 – UPF Alyria Prates e sede da ASSEFA no Km 120 da Transamazônica.....	71
Figura 3 – Gráfica da Atividade desenvolvida antes de ir para o PDS Virola-Jatobá e o motivo da mudança.....	78
Figura 4 – Escola da Vila Esperança PDS Virola-Jatobá.....	77
Figura 5 – Reunião na sede do STR de Anapu.....	84
Figura 6 – Sede do IBAMA em Altamira.....	86

SUMÁRIO

Resumo	viii
Abstract	ix
Lista de Siglas:	x
Lista de Tabelas	xii
Lista de Figuras	xiii
1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA	21
2.1 Pesquisa bibliográfica/Referencial teórico	21
2.2 Pesquisa de campo	21
3. TRANSAMAZÔNICA E MODERNIDADE: INCLUSÃO, ABANDONO E RESISTÊNCIA	24
3.1 A inclusão da Amazônia no mundo moderno	24
3.2 Abertura da Transamazônica: “a estrada vai além do que se vê”	29
3.2.1 Colonização no município de Anapu	33
3.3 "Boom" e "Colapso": a economia não-sustentável na Amazônia	35
4. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA TRANSAMAZÔNICA	37
4.1 Atualidades do debate sobre desenvolvimento	38
4.2 Desenvolvimento sustentável: um discurso muitas falas	40
4.3 De Brundtland a ASSEEFA: trajetória do socioambientalismo na Transamazônica	43
4.4 A Criação de Reservas Extrativistas na Transamazônica e Xingu	47
5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA: CEBs, MDTX E A CRIAÇÃO DA ASSEEFA	52
5.1 Participação Social	52
5.2 A participação através das CEBs	57
5.3 Dos “projetos” da Igreja Católica à criação do MPST	59
5.4 Do MPST ao MDTX: da luta contra a construção de Belo Monte ao desenvolvimento regional	63
5.5 A Participação em Anapu	67
5.5.1 Origens da ASSEEFA e dos PDSs	67
5.5.2 Criação da Unidade de Processamento de Frutas Alyria Prates	70
6. ASSEEFA E PDSs: REPRESENTAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO NA TRANSAMAZÔNICA	73
6.1 Criação dos PDSs de Anapu	73
6.2 PDSs de Anapu: uma alternativa de desenvolvimento e participação?	76
6.2.1 Das condições de vida e trabalho dos agricultores	78
6.2.2 Das organizações políticas no município de Anapu	81
6.2.3 Dos conflitos nos PDSs	82
6.3 Visões sobre a ASSEEFA e os PDSs	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	100

1. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analiso a categoria participação como elemento gerador de alternativas de desenvolvimento no município de Anapu, localizado na Rodovia BR 230, Transamazônica, no Estado do Pará. Minha análise recai sobre a Organização Não-Governamental (ONG) denominada: Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA) e nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola-Jatobá e Esperança, localizados naquele município.

Minha preocupação com um tema relacionado à Amazônia vem, com certeza, de minha origem. Nasci em 1975, no município de Altamira, cidade pólo da Transamazônica. Neto de migrantes nordestinos que foram àquela região fugindo da seca que atingiu o nordeste brasileiro no início da década de 1920.

Assim que chegaram à região da Transamazônica, meus avós foram morar num vilarejo pertencente ao município de Vitória do Xingu-Pa, conhecida, hoje, como Belo Monte¹, que se localiza cerca de sessenta quilômetros da localidade “sede” do que depois se tornaria a cidade de Altamira.

Na década de 1940, incentivados pela propaganda governamental, trabalharam na extração de látex para a indústria da Segunda Guerra Mundial, tornando-se assim “soldados da Borracha”. Encerrado o período de extração do látex, os meus antecessores familiares dedicaram-se ao extrativismo vegetal e ao trabalho nas lavouras que conseguiram adquirir.

Na década de 1970, cinquenta anos depois da chegada dos primeiros membros da minha família naquela região, um novo impulso à economia local era dado com abertura da rodovia Transamazônica BR-230, mais uma tentativa do governo federal de realizar a integração da região Amazônica ao restante do país. Este acontecimento marcará, de forma indelével, as populações que já habitavam a área bem como aquelas que chegariam com o processo de colonização.

Mantive, desde cedo, contato com a difícil realidade dos indivíduos que se dirigiram para aquele local em busca de melhores condições de vida. Isto me levaria mais tarde a participar de movimentos sociais estudantis e sindicais, nos quais pude, então, compreender que as chamadas políticas de integração e desenvolvimento do governo federal tinham criado uma situação de exclusão e abandono o que, conseqüentemente, estava presente nas preocupações, nas lutas e manifestações dos movimentos sociais locais.

¹ Ver figura 4 (Anexos)

A idéia de analisar a participação social em Anapu ficará mais clara, para mim, no ano de 1995. Naquele ano ingresso no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Outro momento importante para a afirmação da questão como relevante para futuros estudos em minha vida acadêmica foram as discussões e leituras que ocorreram já na condição de professor substituto da universidade acima referida e, ainda, como professor do Sistema de Organização Modular de Ensino Rural (SOME) da Secretaria Educação do Estado do Pará em 2002, ministrando as disciplinas história e sociologia, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2005 num trajeto entre municípios de Anapu e Uruará.

Assim, conheci de perto diversas comunidades ao longo da rodovia Transamazônica, sua cultura, seus costumes e suas lutas. Mereceu especial atenção, a comunidade Centro de Nazaré, no quilômetro noventa e cinco trecho Altamira/Marabá, próximo ao município de Anapu-Pa. Este foi o primeiro contato que mantive com o lugar no qual se inscreve o objeto da presente dissertação.

Esta comunidade pouco se diferenciava das demais existentes na Transamazônica. A proximidade com sede da ASSEEFPA e o fato de ter sido criada pela Igreja Católica com a participação da Irmã Dorothy Stang, fazia com que em momentos de festividades e reuniões das pastorais o debate sobre desenvolvimento, participação, meio ambiente e sobre os dois PDSs próximos àquela localidade fosse um tema recorrente. Este fato foi relevante para que a minha atenção se voltasse para o tema. Mantive, ainda, contato com lideranças locais, que me trouxeram mais informações sobre a situação de conflito entre colonos dos referidos projetos de assentamento e fazendeiros daquela região.

Meu objeto de estudo se tornou mais claro ao longo das aulas no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFPA, quando discuti alguns temas relacionados à Amazônia e modernidade, sobretudo nas disciplinas Teoria Sociológica e Realidade Amazônica e Temas Avançados em Sociologia, esta última ministrada pela professora Maria José Aquino, que se tornou orientadora desta dissertação.

Compreendi que o processo de incorporação das demandas do movimento ambientalista pelos movimentos sociais em Anapu poderia ser resultado da participação dos indivíduos que habitam o município nas lutas da sociedade civil da Transamazônica por uma alternativa de desenvolvimento que não fosse tão agressiva ao meio ambiente.

A proposição de projetos como este está em contraste com o discurso ou ideologia desenvolvimentista² marcado por práticas predatórias no processo de ocupação e abertura da rodovia Transamazônica.

Trazer à discussão teórica as categorias participação e desenvolvimento, na Amazônia, requer que se problematize num primeiro momento a dimensão e o papel do Estado na implementação de políticas de desenvolvimento. Requer que se discuta a relação dessa sociedade civil com um Estado, que, na atualidade, atravessa um processo de redefinição de seu papel. Requer ainda, saber dimensionar a presença de novos atores em cena, com pesos políticos diferenciados e, conseqüentemente, estratégias de ação diversas.

A ASSEEF, organização para a qual se direciona o foco de meu estudo, foi criada em 2001, por iniciativa de membros de movimentos sociais de Anapu. A referida ONG apresenta como objetivo principal a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental nos PDSs Esperança e Virola- Jatobá, ambos localizados no referido município. A ASSEEF deixa claro no item um do artigo quarto de seu estatuto³ a intenção de elevar a renda das famílias dos assentados através da comercialização dos produtos agro-extrativistas dos PDSs, bem como o apoio às organizações dos assentados nas lutas e reivindicações pela regulamentação e assistência técnica do poder público.

Dessa forma, as questões norteiam a minha análise, são: Qual o grau de participação da sociedade civil na criação da ASSEEF e na implementação dos PDSs de Anapu? Como se construiu a referência ao meio ambiente presente no processo de criação da ASSEEF e dos PDSs? Quais as visões das instituições governamentais e dos movimentos sociais sobre a ASSEEF e os PDSs?

A pesquisa se justifica em função da relevância e atualidade do tema, sobretudo na Transamazônica. Nesse sentido, o estudo servirá para fomentar o debate sobre o processo participativo no interior dos movimentos sociais e ONGs ali existentes e, ainda, apresentar alguns elementos para a discussão de qual desenvolvimento se pretende para região.

² Para Miriam Cardoso (1978), nas sociedades capitalistas aponta-se o campo político como dominante, concretamente através do Estado, abstratamente através da ideologia que o informa. Identificando a ideologia como fator do exercício hegemônico e diferenciando neste a função de direção e a função domínio, tem-se a possibilidade de expansão dessa ideologia para o restante da sociedade. Para comprovar sua tese Miriam Cardoso analisa a ideologia desenvolvimentista nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Cardoso começa pela ideologia para depois analisar as forças sociais nas suas múltiplas articulações e só então descer às condições econômicas.

Para Vinícius Ortiz (2007), em artigo publicado na Revista Sociologia Ciência e Vida de Junho de 2007, a ideologia desenvolvimentista repousa na perspectiva de progresso alicerçada na idéia de exploração irrestrita da natureza.

³ Ver Anexo 7 – Estatuto da ASSEEF

A pesquisa tem como objetivo geral verificar o grau de participação da sociedade civil de Anapu no processo de formulação e implementação de políticas alternativas de desenvolvimento para aquela região e, assim, explicitar como se constrói o discurso que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento regional e a conservação do meio ambiente.

Para isso, foi necessário identificar as origens e os limites da participação da sociedade civil de Anapu, bem como as visões de instituições governamentais e demais movimentos sociais sobre o processo participativo em Anapu e na Transamazônica. Busco, ainda, entender em que campo⁴ se construíram as referências teóricas ao meio ambiente, presentes nas lutas e projetos apresentados por esta ONG.

Tomando como base essas questões iniciais, procurei, ainda, convergências e disparidades teóricas entre a ASSEEFPA e outros agentes envolvidos e como estes compreendem a questão ambiental na Transamazônica. Para fundamentar a discussão estabeleci como objetivos específicos:

- a) apresentar o processo de incorporação da Amazônia, em especial da Transamazônica ao mundo moderno e, assim, identificar em que contexto se constitui a participação social naquela região;
- b) analisar as visões de instituições governamentais e outros movimentos sociais construídas em torno da ASSEEFPA e dos PDSs;
- c) explicitar em que campo se construíram as referências ao meio ambiente, presentes nas lutas dos movimentos sociais locais.

A pesquisa parte de hipóteses que servirão de referência e fundamento para as discussões apresentadas ao longo dos capítulos:

H1 – A construção do processo participativo em Anapu, bem como no restante da Transamazônica, tem sua base geradora na microparticipação estabelecida pelos agricultores em grupos primários e secundários como a família, nas associações, sindicatos e nas comunidades da Igreja Católica;

H2 – A participação social em Anapu tem sua origem nas manifestações dos movimentos sociais da Transamazônica contra o abandono do projeto de colonização pelos governos militares;

⁴A noção de campo é entendida aqui conforme nos apresenta Pierre Bourdieu, para o qual, campo “[...] é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto [...] funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1998, p. 27).

H3 – As visões contrárias a ASSEEFA e aos PDSs relacionam-se à permanência da ideologia desenvolvimentista que impulsionou o projeto de colonização dos governos militares nos anos 1970;

H4 – As referências ao meio ambiente presentes nas lutas dos movimentos sociais de Anapu e da Transamazônica são construídas a partir do debate nacional e internacional sobre o uso dos recursos natural, principalmente, a partir dos anos 1990;

H5 – A participação dos assentados na implementação e gestão dos PDSs dar-se no nível de consulta facultativa, sem uma maior participação estes nas redes de decisão e comando, que ficam a cargo das lideranças da ASSEEFA.

A dissertação está estruturada em seis partes mais as considerações finais. Na primeira parte a título de introdução, apresento o percurso da pesquisa, desde o interesse pelo tema até o primeiro contato com a realidade analisada, bem como a problemática, os objetivos e as hipóteses da dissertação. Na parte dois, apresento a metodologia utilizada na pesquisa e, ainda as principais referências teóricas abordadas e um quadro com as entrevistas realizadas.

Na terceira parte, intitulada: *Transamazônica e modernidade: inclusão, abandono e resistência*, discuto o processo de incorporação da Amazônia ao mundo moderno. Entendo este como sendo resultado dos interesses delimitados pelos centros desenvolvidos do capitalismo mundial. Procuo introduzir o debate sobre desenvolvimento na Amazônia. Para isso, concentro minha atenção nos projetos implementados pelos governos militares a partir da década de 1970, quando ocorre a abertura da rodovia Transamazônica, como exemplo emblemático da ideologia desenvolvimentista de incorporação da Amazônia ao referido mundo moderno.

Na quarta parte, intitulada: *Estado e sociedade civil: a busca de alternativas para o desenvolvimento na Transamazônica*, destaco o processo de introdução do termo desenvolvimento sustentável na Transamazônica. Este surgirá na esteira do debate sobre o meio ambiente presente nas discussões internacionais e, sobretudo, no Encontro dos Povos Indígenas contra a construção da Hidrelétrica de Kararaô ocorrido em Altamira, município circunvizinho de Anapú, em 1989.

Na quinta parte, intitulada: *Participação social na Transamazônica: CEBs, MDTX e a criação da ASSEEFA*, expresso minha compreensão acerca do processo participativo fazendo uso do conceito de participação social. A partir daí estabeleço uma relação teórica com os movimentos sociais e ONGs surgidos na Transamazônica na década de 1990, como o MPST, atual MDTX e, assim, busco expor como se deu o surgimento da ASSEEFA e dos PDSs.

Na sexta parte, intitulada: *ASSEEFA e PDSs: representações da participação e do desenvolvimento na Transamazônica*, tendo como referência a experiência dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável Virola-Jatobá e Esperança, interpreto os dados de minha pesquisa de campo realizada em Altamira e Anapu, as entrevistas com representantes da sociedade civil: MDTX, ASSEEFA, AIMAT, representantes dos PDSs e de órgãos governamentais: INCRA e IBAMA. No mesmo capítulo, discuto como o processo de criação dos PDSs resulta da participação, de lutas e manifestações da sociedade civil.

Na última parte da dissertação, a título de *considerações finais*, trato de algumas apreensões obtidas ao longo da pesquisa. Discuto os problemas e as potencialidades da implantação dos PDSs de Anapu. Procuo apresentar algumas contribuições ao debate sobre participação e alternativas para ampliação dos canais de participação.

2. METODOLOGIA

2.1 Pesquisa bibliográfica/Referencial teórico

A pesquisa bibliográfica orienta-se por dois pontos fundamentais: compreensão da realidade empírica estudada através da participação da sociedade civil e a alternativa do desenvolvimento sócio-ambiental na Transamazônica. Assim, destaca-se na discussão a participação social, como processo dialético que depende das relações sociais de produção e das orientações políticas ideológicas do Estado (CARDOSO, 1978; AMMANN, 1978). A partir daí procuro referências históricas e conceituais que possibilitem a compreensão da alternativa sócio-ambiental e ações pelo desenvolvimento sustentável no processo participativo da sociedade civil do município de Anapu.

Na realização da pesquisa bibliográfica, visando uma melhor compreensão acerca do processo de participação na Transamazônica, introduzi-me na questão com algumas reflexões sobre a região Amazônica, enfatizando a inclusão desta ao mundo moderno. Direcionei meu olhar, primeiramente, aos projetos de desenvolvimento implementados, na referida região, a partir da década de 1970.

A intenção com a realização do estudo acima mencionado, sobretudo, era realizar um recorte histórico da ocupação e, assim, compreender a organização da sociedade civil e a incorporação da perspectiva ambientalista.

Nesta referida pesquisa bibliográfica, privilegiei obras publicadas, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam principalmente dos temas relacionados à participação e organização social, desenvolvimento e sociedade civil. Em sítios da Internet e documentos oficiais de instituições governamentais como o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira (ACIAPA) e em documentos e estatutos da ASSEEFA, procurei referência sobre o processo de ocupação e a visão destas instituições sobre ONGs, Amazônia, desenvolvimento e meio ambiente.

2.2 Pesquisa de campo

Na realização do trabalho de campo enfrentei alguns problemas típicos da região. O acesso ao local de pesquisa foi dificultado pelo fechamento da rodovia, na primeira semana do mês de setembro de 2006, motivado por protestos de agricultores descontentes com a assistência prestada por instituições como INCRA e IBAMA, nos Projetos de

Assentamento, bem como o clima de tensão que ainda perdura na região, após o assassinato da missionária Dorothy Stang no início de 2005.

No entanto, realizei três períodos de pesquisa de campo: o primeiro, entre os dias 02 e 10 de março de 2006, no município de Anapu, onde tive a oportunidade de entrevistar membros fundadores da ASSEEFPA e participar de reuniões de representantes da associação dos assentados do PDS Esperança e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Anapu. Tendo ficado hospedado na casa de Maria Rosaria Souza Guzzo, primeira coordenadora da ASSEEFPA, isto me oportunizou a coleta de importantes informações sobre o processo de formação e constituição da ONG ASSEEFPA.

O segundo período de pesquisa de campo foi realizado entre os dias 10 e 30 de setembro do mesmo ano, no município de Altamira, onde priorizei instituições governamentais como INCRA, IBAMA, Associação da Indústria Madeireira de Altamira (AIMAT) e MDTX, responsáveis pela organização de grande parte dos movimentos sociais existentes na Transamazônica. A intenção, nessa parte da pesquisa de campo, era reconstruir o processo de incorporação da perspectiva ambiental pela sociedade civil da Transamazônica.

Segundo dados do INCRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Anapu, em cada um dos PDSs (Virola-Jatobá e Esperança) moram cerca de noventa famílias. Foram entrevistados representantes de instituições governamentais, movimentos organizados em Altamira, lideranças da ASSEEFPA e assentados dos PDSs. Por meio das entrevistas busco captar dos entrevistados, em parte ou em conjunto, o significado da expressão Desenvolvimento Sustentável e Amazônia como referências sobre as quais são construídas as iniciativas identificadas como opostas à tese desenvolvimentista ou predatória, segundo a visão ambientalista.

Tabela 1 – Entidades e entrevistados

Entrevistado	Função	Local/data da entrevista
Antonia Melo	Representante do MDTX	Altamira, 15/09/2006.
Bruno Kempner	Chefe do INCRA em Altamira	Altamira, 19/09/2006.
Gabriel Domingos	Vice-presidente do STR Anapu	Anapu, 03/03/2006.
Gabriel Jaime	PDS Esperança	Anapu, 03/03/2006.
Geraldo Magela	Técnico agrícola da ASSEEFPA	Altamira, 02/07/2005.
Giovany Guzzo	Secretário da ASSEEFPA	Anapu, 04/03/2006.
Ivam Chagas	Tesoureiro da ASSEEFPA	Anapu, 03/03/2006.
Lúcio Francisco de Paula	Presidente da Associação da Indústria Madeireira de	Altamira, 20/09/2006.

Costa	Altamira/AIMAT	
Luis Sena	Presidente do STR Anapu	Anapu, 03/03/2006.
Maria Rosaria Guzzo	Presidente da ASSEefa	Anapu, 04/03/2006.
Padre José Amaro Lopes	Coordenador da CPT	Anapu, 05/03/2006.
Roberto José Scarpari	Gerente do IBAMA em Altamira	Altamira, 21/09/2006.

3. TRANSAMAZÔNICA E MODERNIDADE: INCLUSÃO, ABANDONO E RESISTÊNCIA.

Esta parte é dedicada ao debate acerca do processo de inclusão da Amazônia ao mundo moderno. A partir dessa introdução, discuto brevemente o processo de abertura e ocupação da Rodovia Transamazônica, como resultado da ideologia desenvolvimentista dos governos militares pós-64, em seguida faço referência ao abandono da região a partir da segunda metade da década de 1980. Analiso como isso trará reflexos na participação da sociedade civil e na criação das Reservas Extrativistas do Riozinho do Anfrísio e Verde para sempre, e nos PDSs do município de Anapu.

Entendo que a compreensão do processo de inclusão da Amazônia ao mundo moderno é fundamental à elucidação de questões como participação, alternativas de desenvolvimento e meio ambiente na atual realidade da Amazônia.

Na definição de ideologia desenvolvimentista apóio-me nas idéias presentes em Miriam Cardoso (1978). Para a discussão sobre Transamazônica e Colonização Dirigida baseio-me nas elaborações teóricas de autores como Flávio Alcaraz Gomes (1972), repórter internacional contratado pelo governo federal para acompanhar o processo de abertura da Rodovia Transamazônica, José de Souza Martins (1996), Berta Becker (1998) e Petit (2003). Na discussão sobre movimentos sociais na Transamazônica e políticas de assentamento e preservação ambiental dialogo com referências de autores como Bergamasco e Norder (1996), que apresentam uma síntese do processo de formação de assentamentos rurais no Brasil e Jean Hébette (2004), pesquisador com mais de 30 anos de estudos sobre Amazônia, que discute, entre outras questões, a formação do novo campesinato na Transamazônica.

3.1 A inclusão da Amazônia no mundo moderno

A incorporação da Amazônia ao mundo moderno é, sobretudo, a inclusão desta imensa região aos ciclos de expansão do capitalismo mundial. Esse processo que, para Cardoso e Müller (Cf. SANT'ANA, 2004), ocorreu com as primeiras ondas de inserção e devassamento ainda no século XVI, será alterado na década de 1970 do século XX com os projetos de aceleração do crescimento e de integração da Amazônia ao espaço nacional, implementados pelos governos militares.

Analisando o pensamento apresentado por Mendes e Sachs (1997), Becker (1998), Lená (2001), Petit (2003), Hébette (2004) e Sant'Ana (2004), que destacam o

processo recente (anos 1950-70) de incorporação da Amazônia ao mundo moderno, busco referência para compreender esse acontecimento.

Segundo as idéias apresentadas pelos autores acima citados, a Amazônia seria uma representação dependente de conhecimento e reconhecimento. E que, mais do que fruto das condições naturais características, a Amazônia seria resultante de uma construção histórica e social. Assim, desde o nome da região até a concepção de uma unidade geográfica, biológica e humana em torno da Bacia do Rio Amazonas, a Amazônia não passaria de uma invenção que começou com os primeiros europeus que nela chegaram. (SANT'ANA, 2004).

Segundo Gomes (1972, p. 24):

“A Lei 5.173 de 22 de outubro de 1966 define a Amazônia como região formada pelos Estados do Amazonas, Acre e Pará, territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, bem como as áreas do Mato-Grosso situadas ao norte do paralelo 16, de Goiás, ao norte do paralelo 13, e do Maranhão, a oeste do meridiano 44”.

Para os Governos Militares a partir da segunda metade da década de 1960, a Amazônia é vista como região que ainda não cumpriu seu papel no processo de crescimento e desenvolvimento do país.

Característico dessa visão é o discurso do Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, em Manaus, a 8 de outubro de 1970. Neste está expresso o pensamento do Governo Federal para a Amazônia, o significado da criação do Programa de Integração Nacional – PIN⁵ e de grandes eixos rodoviários como a Rodovia Transamazônica:

[...] venho para trazer à gente desta terra a crença de meu governo e o entusiasmo do Brasil inteiro nos destinos da Amazônia. E, por isso mesmo, quero ser, aqui, mais do que nunca, realista e verdadeiro, para não ser, um instante sequer, messiânico, fantasista ou promotor, na terra em que tudo sempre permitiu à imaginação. A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica [...] cumpre, pois, conhecê-la mais a fundo, visto que sem possuir dados concretos que se situem além da lenda, da ficção e do imediatismo, ninguém pode garantir agora qual seja a sua vocação econômica, nem oferecer-lhe o milagre de romper, em curto prazo, o seu isolamento em bases equilibradas e permanente, rentáveis e auto-sustentáveis. Seria insensato realizar, aqui e nesta hora, um grande projeto de desenvolvimento puramente regional, que desviasse poupanças e créditos capazes de gerar riquezas maiores e mais rápidas noutras regiões [...] quero dizer que o problema inicial da Amazônia é conhecê-la como é preciso, impõe-se torná-la mais próxima e mais aberta, para se poder povoá-la. Assim, a política de meu governo na Amazônia está voltada prioritariamente para realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização. Em síntese: ou crescemos todos os brasileiros, ou nos retardamos indefinidamente por crescer. E, como a segunda

⁵ O PIN foi criado através do Decreto Lei Nº 1.106, do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, em 16 de junho de 1970 (GOMES, 1972, p. 12).

alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional – PIN terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso do Brasil (GOMES, 1972, pp. 11-12).

No discurso do Presidente está explícita a idéia do desenvolvimento e da necessidade de incorporação da Amazônia ao restante do país. Sobre este aspecto, o estudo de Mendes e Sachs (1997) é esclarecedor ao apresentar a gradativa e irregular ocupação e incorporação da Amazônia brasileira ao território nacional como um processo que tem acontecido, via de regra, em profunda articulação com os centros mais dinâmicos de construção do capitalismo mundial, correspondendo a interesses neles gerados, à medida que historicamente abasteceu estes centros de matérias-primas necessárias para o incremento de sua dinamicidade e recebeu dos mesmos as condições materiais e administrativas utilizadas para penetrar e incorporar áreas cada vez mais abrangentes.

Segundo Sant’Ana (2004), ao invés de pensarmos a Amazônia como lócus do pré-moderno, do selvagem, do atraso ou do arcaico, devemos vê-la como parte integrante do mundo moderno. Em outras palavras, os arranjos societários resultantes da invasão e incorporação do território amazônico são percebidos como fruto da ação decorrente de interesses dos núcleos geradores da modernidade mundial, e, assim, como desdobramentos da própria modernidade⁶.

Compreende-se, assim, que o processo de penetração e incorporação da Amazônia se deu através de uma seqüência de momentos ou ciclos diferenciados, que podem ser apresentados como segmentos temporais bem delimitados. Esta penetração e incorporação ocorrem segundo interesses, necessidades e possibilidades delimitados, principalmente, a partir dos pólos mais dinâmicos de formação e desenvolvimento do mundo moderno, o que caracteriza situações claramente resultantes de iniciativas externas e estranhas a seus primeiros habitantes e à maioria daqueles que foram deslocados àquela região.

Segundo Mendes e Sachs (1997), estas ondas de inserção da Amazônia ao moderno ganham novo impulso com as políticas contidas no PIN, patrocinado pelos governos militares, a partir da segunda metade da década de 1960 e caracterizado pela abertura de

⁶ O estudo das obras de pensadores como Bauman (2003, 2005), Boaventura (2006), Amartya Sen (2000) e Giddens (1991, 1994, 1998), que embora tenham idéias até certo ponto conflitantes levam-me a compreender a modernidade como movimento societário amplo e abrangente que, apesar de ter um primeiro centro gerador e propulsor, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo com e alterando suas mais diferentes dimensões sem, contudo, deixar de sofrer as influências e alterações emanadas das mesmas. O movimento da modernidade é societário porque surge coletivamente e atinge amplas coletividades, não se restringindo a indivíduos ou grupos específicos e gerando o que se convencionou chamar de sociedades modernas.

grandes eixos rodoviários, que constituíram vias de penetração de migrantes de todo o país à referida região.

Segundo Sant’Ana (2004), Cardoso e Müller, ao pensarem o processo de inclusão da Amazônia ao mundo moderno como um devassamento, colocaram acento na idéia de revelação do que estava escondido, do que estava oculto, enfatizando assim o papel do agente devassador, daquele que vem de fora e expõe o desconhecido.

Mendes e Sachs (1997), por sua vez, estão mais preocupados em saber como, a partir de “ondas”, a Amazônia insere-se ao mundo moderno, no mercado mundial. As idéias apresentadas por este autor enfatizam as potencialidades da própria Amazônia e, mesmo considerando a importância de agentes externos para que a inserção aconteça, a leitura é feita da Amazônia para o mundo.

De uma forma ou de outra as duas teorias da incorporação como devassamento ou de ondas de inserção, tentam explicar o processo, de inclusão da Amazônia à modernidade, ressaltando como, na relação constante com o mundo moderno, vai-se construindo na região uma outra modernidade.

As análises apresentadas até o momento mostram de forma geral o processo de inclusão da Amazônia à modernidade. Mais adiante apresentarei alguns indicativos das conseqüências desse fenômeno às populações da Transamazônica.

Lená (2001) ressalta que falar de desenvolvimento na Amazônia requer uma reflexão antecipada das relações sociais e de poder existentes: a forma paternalista ou aviamento⁷, a modernista para a qual a Amazônia é a fronteira dos recursos naturais (formado por mineradoras, madeireiros, pecuaristas, construção civil e indústrias) e a pós-moderna ou sócio-ambiental, fruto da aliança simbolicamente firmada na ECO-92 entre movimento ecologista e o movimento social. Esse último modelo apóia-se nas reivindicações dos excluídos do projeto de modernização.

Cada sociedade que sofre interferência do mundo moderno, ou ainda, que é invadida pela modernidade, reage de formas variadas a estas interferências ou invasões que também são diferenciadas no tempo e no espaço. Assim, mesmo que haja certa homogeneização de valores, costumes, padrões de produção e consumo, esta não é absoluta. As respostas diferenciadas são dadas às invasões modernizadoras, partindo de pontos

⁷ Forma de dominação baseada na dívida (primeiramente moral, ligada a um código de honra) e numa relação pessoal, em que bens: materiais e serviços são redistribuídos pela classe que detém as riquezas em troca de fidelidade, trabalhos, apoios em caso de conflito [...] constitui também a base das carreiras políticas da região”. (LENÁ, 2001, p 23).

diferenciados de entrada ao mundo moderno que têm gerado não a “modernidade”, mas uma série, se não ilimitada, bastante ampla de “modernidades” (SANT’ANA, 2004).

Dessa forma, a inserção da Amazônia ao mundo moderno resulta de ofensivas modernizadoras, desencadeadas por certos grupos de atores sociais com o objetivo de promover mudanças institucionais, nas quais se destacam algumas características desse processo. Uma característica é a permanente contradição entre autonomia e controle, bem como as profundas desigualdades sociais que, ao desencadearem práticas distintas, produzem situações nas quais encontramos um diferencial de poder que atua como motor nas mudanças institucionais.

Sant’Ana (2004), afirma que, como o ideário que justifica a atuação dos agentes modernizadores e patrocinadores de mudança é circunscrito a um número muito pequeno de pessoas, situadas em espaços sociais influentes, chamadas elites modernizadoras, este traz a marca da exclusão de grandes parcelas das populações envolvidas na sua realização.

Assim, o problema do abandono da iniciativa modernizadora, que na Transamazônica se deu através do projeto de colonização dos anos 1970, parece ser respondido através da resistência de alguns agricultores e membros da Igreja Católica e na construção de um movimento social fortemente engajado na década de 1980. Dessa forma, a discussão sobre os Projetos de Assentamento na Amazônia está presente nas mobilizações realizadas pelos movimentos sociais no final dos anos 1980 e inserem-se no contexto de reivindicações levadas a efeito por estas associações, juntamente com Sindicatos e ONG-ambientais.

A incorporação da Amazônia ao mundo moderno, por fim, é desde o início, uma recorrente disputa de espaços territoriais com os indígenas que se combina, quase sempre, com as mais variadas formas de exploração de seus conhecimentos e força de trabalho. Combinados a isto estão as tentativas de resistência por parte dessas populações, de se fazerem presentes e de poderem discutir uma alternativa para a melhoria de suas vidas. Assim, como no surgimento e implementação da própria modernidade, trata-se do desempenho de atores sociais, individuais e coletivos, que estabelecem arranjos societários e institucionais, práticas sociais, políticas, econômicas, culturais relativamente adaptados à busca de satisfação de seus desejos e necessidades.

3.2 Abertura da Transamazônica: “a estrada vai além do que se vê”⁸

Em 10 de outubro de 1970, a capa do jornal *Folha de São Paulo* noticiava: “Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”⁹. Na matéria jornalística, o destaque era dado à abertura de uma rodovia que cortará toda a Amazônia, nos sentidos Leste-Oeste, numa extensão de mais de três mil quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. A derrubada de uma árvore de cinquenta metros no meio da selva amazônica era o símbolo de um casamento que não teria vida fácil: entre a Transamazônica e o restante do Brasil.

Ao lado da árvore, intitulada posteriormente pelos moradores de “pau do presidente”, uma placa de bronze incrustada no tronco de uma castanheira, inaugurada pelo general Emílio Garrastazu Médici, dizia: "Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde" (*Folha de São Paulo*, 10/10/1970).

Este episódio marcaria de forma indelével a história recente (1970-80) da Amazônia e, no quadro de sua incorporação ao mundo moderno, a abertura da Transamazônica se tornaria emblemática.

A partir da década de 1970 em diante, a fisionomia econômica e social da região transforma-se radicalmente. Os governos militares irão acelerar o processo de ocupação da fronteira amazônica, promovendo sua definitiva inserção no contexto da economia capitalista internacional Pós-Segunda Guerra (Cf. BECKER, 1998). A abertura da Rodovia BR -230 Transamazônica¹⁰ coroará esse processo de ocupação e integração nacional.

A Transamazônica tem seu início na cidade denominada Estreito, localizada no Estado do Maranhão, onde cruza com a Rodovia BR-010, Belém-Brasília. Sua extremidade em Humaitá, no Amazonas com uma extensão de dois mil trezentos e vinte e dois quilômetros. A rodovia interliga o sistema rodoviário do Nordeste, através da BR-230, da qual é parte integrante, ao Sudeste, através das BR-319/364. (ver Anexo 1).

A Transamazônica passa pelos Estados de Rondônia e Acre, parte do Amazonas, Pará, passando pelas cidades de Marabá, Altamira, Itaituba, Jacareacanga e Rurópolis, na confluência das chamadas “Vias de Integração Nacional”, a Transamazônica e a

⁸ HERMANOS, Los. Além do que se vê. In: *Ventura*. BMG: São Paulo, 2003 (CD).

⁹ ARRANCADA para conquistar o gigantesco mundo verde. In: *Folha de São Paulo*, 10/10/1970. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm

¹⁰ Ver Anexo 1 – Rodovia BR-230 Transamazônica (Anexos).

Santarém-Cuiabá (BR-163), e algumas antigas agrovilas que hoje já se tornaram municípios, como Brasil Novo, Medicilândia, onde foi implantado um Projeto Agro-canavieiro (Projeto PACAL), com uma usina de beneficiamento de álcool, Uruará e Pacajá¹¹.

De modo geral, percebe-se na Amazônia a influência de dois fatores na ocupação e evolução da região, isso por ser uma vasta área de fronteira considerada não por ser zona de limitação geográfica e sim pelo seu caráter social, já que se pode considerar os pequenos produtores e os grandes empreendimentos capitalistas e suas respectivas participações, na formação do contexto sócio-econômico da região (BECKER, 1998).

O primeiro fator a considerar é que a região Amazônica sempre esteve envolvida em conflitos entre duas lógicas opostas e incompatíveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, e os modos capitalistas, baseados na propriedade da terra (MARTINS, 1996).

O segundo fator digno de nota, presente na ideologia desenvolvimentista de governos como de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (CARDOSO, 1978), situa-se na percepção oficial de fronteira. Já a partir dos anos 1950 esta é tida como espaço vazio e que poderia sanar os conflitos e problemas sociais vividos nas demais regiões do país, através da imigração coletiva, experiência que caracterizou um mito, pois negou a existência das populações indígenas e caboclas das sociedades locais.

É na confluência desses dois fatores que se encontra a problemática aqui analisada, ou seja, a participação de sociedade civil¹² em organizações responsáveis por

¹¹ Extraído do documento *Transamazônica: informações básicas*. Ministério do Planejamento e orçamento. Belém: SUDAM/DSB, 1993.

¹² O conceito de sociedade civil é importante no entendimento da problemática aqui analisada. Uma breve revisão bibliográfica leva-me a compreender que este conceito, assim como o de cidadania é alvo de constante discussão. Além disso, conforme destaca Vieira (2001), em seu estudo sobre os desafios da sociedade civil em tempos de globalização neoliberal, a sociedade civil é a esfera pública, onde as organizações e associações da sociedade se engajam em debates, objetivando a garantia da cidadania. Ainda segundo Vieira (2001), existem pelo menos três perspectivas principais sobre a sociedade civil, a primeira tem origem na tradição marxista e visualiza a sociedade civil como uma esfera não-estatal que emerge do capitalismo e da industrialização. Além dessa, a definição apresentada pelas ciências sociais enfatiza a integração entre grupos na esfera não-estatal. A discussão levantada por Vieira (2001), parece caminhar no sentido de visualizar a sociedade civil como um espaço de organização social com o fim de atuar onde o Estado deixaria a desejar. “A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado.” (2001, p. 37)

A definição apresentada por Janoski (*apud* VIEIRA, 2001) parece envolver essa dimensão interativa entre sociedade civil e Estado. “Sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos. (p. 36).

Para Nogueira (2003), a democratização nascerá e avançará, assim, perversamente articulada com uma desvalorização do político e uma recusa à política institucionalizada, ou seja, com uma despoliticização da política e da cidadania. Assim, a globalização e as políticas neoliberais, intensificadas no Brasil a partir da década de 1990, levam a uma diminuição o enxugamento do Estado, o que leva alguns autores a verem com desconfiança o

proporem um modelo diferenciado de desenvolvimento, no qual haveria uma maior preocupação com o meio ambiente e com a cidadania.

Percebe-se que as políticas de desenvolvimento apresentadas pelo Estado para Amazônia, nas quais se insere a abertura da Transamazônica, tinham como objetivo principal a ocupação. Segundo Becker (1998), esta ocupação resulta da expansão do capital internacional, patrocinada em nível local pelos interesses representados por um Estado muito mais interessado em ocupar o suposto espaço vazio Amazônico do que em promover o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. É para oferecer suporte a este pensamento que é criado pelo governo federal o INCRA¹³, em 9 de junho de 1970, para promover a definitiva ocupação da Amazônia.

A colonização oficial inicia-se com o PIN, estabelecendo colonos numa faixa de até cem hectares de cada lado das Rodovias Federais (Transamazônica e Cuiabá-Santarém). Com isso, o governo do Presidente Médici solucionava a questão dos conflitos agrários em outras regiões do país e promovia a "Reforma Agrária" na Amazônia. (BECKER,

avanço e o fortalecimento dos setores da sociedade civil, sobretudo, quando estes progressivamente começam a substituir áreas antes vistas como exclusivas do aparelho estatal, como saúde e educação.

Parece-me que as respostas a estes e outros questionamentos estão no significado que a sociedade civil tem atualmente. A aparente autonomia das organizações em relação às instituições políticas para alguns autores é resultado de uma tentativa de despolitização e desvinculação da sociedade civil da luta de classes.

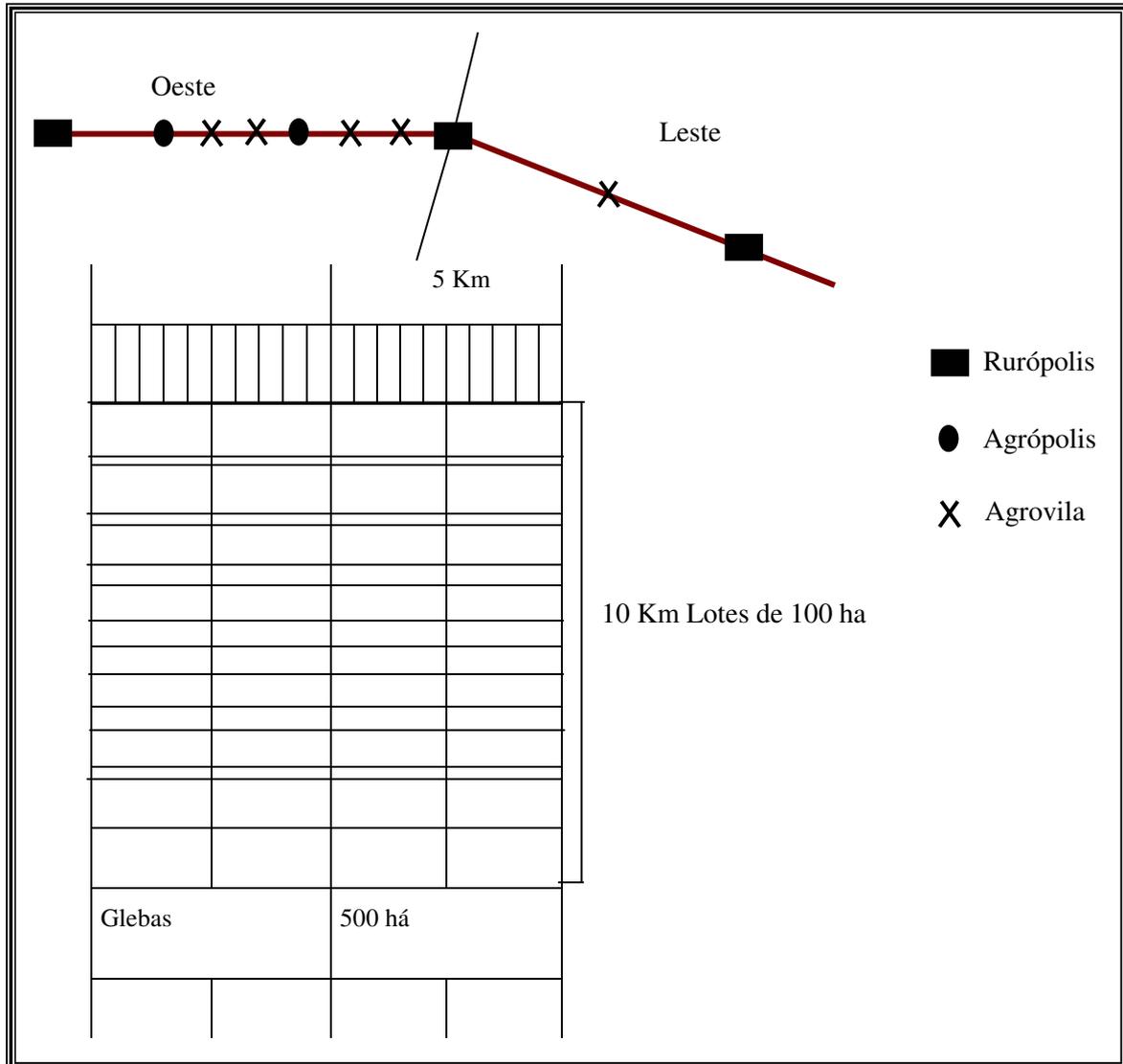
Para Leilah Landim (2002), a sociedade civil no caso do Brasileiro é criada por um Estado de corte autoritário, patrimonialista, corporativista, o que conseqüentemente vai resultar numa sociedade civil débil, subordinada e tardia, assim como tardia foi a constituição do mercado.

Tendo a compreensão de que não esgotaremos aqui o debate sobre um tema tão importante como este. E visualizando a necessidade da adoção de um conceito, que me oriente ao longo desse trabalho. Tomarei como referência o conceito de sociedade civil apresentado por Antonio Gramsci. A sociedade civil em Gramsci condensa os esforços sociais dedicados a organizar politicamente os interesses de classe constantemente fracionados. Cumpre assim, um papel de articular dialeticamente no Estado e com o Estado. A política para Gramsci representa o meio que viabiliza a passagem do momento econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (GRAMSCI, 1999, p. 314). Assim, em Gramsci as associações privadas tornam-se uma espécie de dimensão civil do Estado, base material da hegemonia política e cultural. Estado (coerção) e sociedade civil (consenso) passam desse modo, a ser vistos como instâncias distintas, mas integradas, formando uma unidade. A visão gramsciana ressalta, assim a importância da relação orgânica das esferas civil e política que articuladas propiciam o exercício da hegemonia. Este conceito parece-me importante no entendimento do fenômeno organizativo da sociedade civil nos dias de hoje, pois deixa bem claro que a figura do Estado em nenhum momento pode ser vista como ausente ou inexistente. Pelo contrário, o princípio organizativo dos vários segmentos da sociedade e as demandas desses organismos são vistos como o resultado de lutas no interior da sociedade civil e que conseqüentemente levarão a transformações na sociedade política.

¹³ “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de trinta Superintendências Regionais. Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de cinco mil assentamentos existentes no País.” Disponível em: www.incra.gov.br, acessado em: 28/05/2007.

1998). Detalhes sobre o esquema de loteamento adotado ao Longo da rodovia Transamazônica podem ser observados na figura abaixo.

Figura 1 – Esquema de Loteamento da Rodovia em 1972



Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Segundo Becker (1998), lotes de cem hectares seriam distribuídos aos colonos que estariam numa rede hierarquizada de núcleos urbanos – rurópolis, agrópolis e agrovilas – a base para sua organização. Diversos Projetos de colonização foram implementados pelo INCRA, tais como o Projeto Integrado de Colonização (PIC), com maior assistência aos colonos, e os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), onde a atuação do INCRA restringia-se à demarcação e titulação de terras ocupadas.

O discurso do Presidente da República na reunião extraordinária da SUDAM, ocorrida em 1971, foi a defesa do projeto de colonização da Transamazônica. De acordo com Médici (*apud* PETIT, 2003, p. 87):

“somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e agora, vem à Amazônia contemplar essas paisagens de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento”

O, então, presidente, em seu discurso, sintetiza a versão que permeou os demais discursos de políticos e migrantes que acreditavam ser a Amazônia um imenso espaço vazio à espera do desenvolvimento a partir da expansão do setor agropecuário, o aproveitamento das jazidas de minério e a industrialização. A Transamazônica, parte importante dessa estratégia política e econômica, cumpriria a missão de facilitar a ocupação do território e conseqüentemente desenvolver a Amazônia.

Parece claro a intenção do Estado, sobretudo quando este incentiva a vinda de proprietários rurais do sul e sudeste do país. Estes receberão benefícios fiscais federais para acelerar o processo de ocupação, contudo, nunca apareceram no local. Este fato futuramente será uma das causas dos conflitos entre colonos e grandes proprietários nos PDSs de Anapu, conforme veremos mais adiante.

3.2.1 Colonização no município de Anapu

No caso específico do município de Anapu, por força do Decreto-Lei 1.164 de 01 abril de 1971, toda sua área está sob jurisdição federal (INCRA), cujo texto diz o seguinte:

Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região Amazônia Legal, definida no art. da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas: 1 – BR 230 (Transamazônica). Trecho: Estreito – Altamira – Itaituba na extensão aproximada de 2.300Km. (MDA/INCRA, 2000).

Localizado no sudeste paraense, micro região de Altamira, distante cerca de 140 deste, o município de Anapu¹⁴ surgiu em 1972 e teve sua emancipação somente em 1995. Localizado às margens da rodovia Transamazônica tem segundo o censo demográfico do ano

¹⁴ Ver Anexo 2 – Localização do Município de Anapu (Anexos)

de 2000 do IBGE, uma população de 9.407 habitantes, grande parte dessa população é de migrantes¹⁵.

Outro aspecto a ser destacado é o processo diferenciado de ocupação e colonização em Anapu. Este fato é importante para a compreensão da problemática aqui apresentada, ou seja, analisar o processo de participação da sociedade civil como elemento gerador de alternativas de desenvolvimento para Transamazônica.

Assim, a região foi dividida pelo Governo Federal em dois pólos, que receberam um tratamento distinto no que se refere ao processo de colonização.

1º Pólo – Transamazônica oeste (cerca de quatrocentos quilômetros de Altamira – Rurópolis): Projeto de Colonização com oferecimento de assistência técnica pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O trabalho era voltado ao favorecimento e plantio de culturas permanentes para exportação: café, cacau, pimenta-do-reino e cana-de-açúcar, sobretudo na área de Medicilândia, onde, inclusive, foi criada uma cooperativa e instalada uma usina de álcool.

A terra era considerada boa (terra roxa). Foram trazidos colonos do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ramais foram abertos com mais de doze quilômetros desde a fundação, que se estenderam ao longo do tempo, estendendo-se, atualmente, cerca de cem quilômetros para o interior da mata. Também, foram abertas estradas vicinais a cada cinco quilômetros, sendo instaladas na entrada de cada uma das agrovilas uma com uma escola de ensino fundamental, gerador de energia elétrica etc. Nas vicinais foram construídas várias agrovilas situadas a seis quilômetros da faixa permitida. Nos dias atuais, a cada dez quilômetros das agrovilas, há escolas de segundo grau nas sedes municipais (Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis). (BECKER, 1998).

2º Pólo – Transamazônica leste (Marabá – cerca de quinhentos quilômetros de Altamira): Este trecho não recebeu o mesmo tratamento por parte do governo federal, pois, segundo os técnicos mandados à área, a terra era considerada “fraca” e apresentava vários focos de malária. Todavia, muitas pessoas vindas da região Nordeste, esses a partir de 1972, começam a ocupar as áreas localizadas nessa faixa, sendo que esse contingente de cidadãos foi impedido de ocupar a área destinada aos colonos oriundos do sul localizadas no lado oeste.

Sem nenhuma estrutura e apoio do governo federal, sem a mínima assistência técnica, aliados do poder público, esses colonos encontraram na mobilização e organização a saída da condição de abandono a que estavam submetidos. Diante da necessidade da melhoria

¹⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 16 de janeiro de 2006

das condições de vida dos agricultores que àquela área chegaram, a organização social foi a alternativa encontrada (SOUZA, 2006).

Observa-se que, enquanto o processo de ocupação das terras da Transamazônica do lado oeste foi fruto de um planejamento estatal, contando com a ajuda do Governo Federal, o segundo Pólo – região de Anapu – foi ocupado de maneira espontânea pelos migrantes nordestinos. O projeto do Governo Federal, para esse segundo pólo se resumia tão somente à transferência de terras públicas aos particulares através da celebração de Contratos de Alienação de Terras (CATP), o que significa dizer que não havia a mínima preocupação com o assentamento de colonos na área, muito menos a garantia do bem estar dessas famílias que para lá foram atraídas.

Segundo dados coletados na entrevista realizada com o senhor Ivam Chagas (03/03/2006), somaram-se aos fatores acima indicados, a liberação de crédito agropecuário pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que com isso visava facilitar a vinda de grandes fazendeiros à região, que chegavam com o intuito de transformar a região num grande pólo pecuário, e para isso praticavam a grilagem de terras, expulsão de colonos com pistolagem e desmatamento de grandes áreas de florestas para a implantação de pastagens. Estes fatos transformaram a região de Anapu em palco de vários conflitos agrários.

Percebe-se que apesar de igualmente dramática a situação da colonização dirigida na Transamazônica, sobretudo nos anos 1980, o caso de Anapu guarda singularidades e uma problemática diferenciada. Assim, a fala da missionária Dorothy Stang no Conselho de Pastoral, realizado em Altamira, em abril de 1991, revela que simplesmente reproduzir a crítica do movimento ambientalista internacional, não seria suficiente para solucionar os problemas encontrados em Anapu.

3.3 "Boom" e "Colapso": a economia não-sustentável na Amazônia

Mais de trinta anos depois, a "arrancada histórica" anunciada pelo presidente Médici, quando da abertura da rodovia Transamazônica, parece longe de ser alcançada. Das metas do Plano de Integração Nacional e da tese desenvolvimentista resta o abandono e uma pista de terra vermelha que é, durante seis meses, poeira e outros seis meses, lama.

Para Becker (1998), os custos sociais, econômicos, ecológicos da Transamazônica foram elevados. Somente cerca de trinta por cento da população original de colonos continua morando nas terras. A razão não é difícil de entender. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia tende a uma situação que alguns estudiosos denominam de

"boom-colapso". Ao rápido e ilusório crescimento econômico dos primeiros anos – boom, segue um dramático declínio – colapso. Colapso na renda e emprego, momento em que a floresta é devastada e os solos empobrecidos, o que deixa áreas degradadas, força os moradores à migração e causa aumento da concentração de terras.

A fronteira do desenvolvimento, pronunciado pelos governos militares, atraiu também o interesse de empresas madeireiras e mineradoras que intensificaram suas atividades na região a partir dos anos 1980, quando haviam se esgotado a maior parte dos estoques das regiões mais acessíveis, como a BR 316, Sul do Pará e região das ilhas próximas de Belém.

Segundo Petit (2003), o projeto de colonização dirigida foi abandonado em 1974, sem nunca ter alcançado as metas previstas pelo governo Federal. Até esse período o governo garantiu a assistência financeira e social aos agricultores migrantes transportados para a região através do INCRA. A partir de então a ideologia desenvolvimentista¹⁶ que embalou a integração da Amazônia ao mundo moderno parece ter arrefecido.

Segundo Souza (2006), no final dos anos 1980 o desânimo dos agricultores com a colonização na Transamazônica era evidente. Inicia-se, nesse período, um processo de abandono dos lotes para tentar a vida nas cidades ou retornar às suas regiões de origem. Muitas famílias fizeram o caminho de volta, tentando reintegrar-se à economia do Centro Sul do País. Entretanto, para muitos dos migrantes, a solução não foi voltar, mas sim ficar e resistir.

A participação parece ser o caminho possível para reivindicar dos governos atuais o tão alardeado desenvolvimento. Nesse sentido, a luta por um futuro sustentável, que supere tanto o dogma da penetração e integração da selva a qualquer custo, quanto a antiga convicção ambientalista que vê na presença humana profecia de catástrofes e nas estradas pavimentadas o vilão número um da floresta.

¹⁶ Ver “Ideologia do Desenvolvimento” em Cardoso (1978).

4. ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA TRANSAMAZÔNICA

A quarta parte é dedicada à discussão acerca da categoria desenvolvimento, bem como sua vertente atual o “desenvolvimento sustentável”. Minha intenção é compreender as propostas de desenvolvimento regional implementadas pelos órgãos governamentais e o surgimento de uma preocupação, por parte da sociedade civil, de incluir na pauta das políticas governamentais a discussão sobre meio ambiente na Transamazônica e Xingu.

Assim, apresento a trajetória de incorporação do discurso sócio-ambiental pelos movimentos sociais da Transamazônica, tendo como parâmetro os primeiros debates sobre o perigo enfrentado pelo meio ambiente na sociedade industrial, ocorridos em nível internacional, e as discussões das comunidades indígenas e agricultores em torno dos impactos ambientais da construção do Complexo Hidroelétrico de Kararaô (atual Belo Monte), ocorrido no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu no ano de 1989, em Altamira e a criação da RESEX Verde Para Sempre em Porto de Moz, e o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio em Altamira (RESEX do Riozinho do Anfrísio, a Estação Ecológica e o Parque da Serra do Pardo).

Para a discussão sobre desenvolvimento utilizarei as idéias presentes no artigo de Zander Navarro (2001), sobre desenvolvimento Rural no Brasil, que mostra um quadro das atuais políticas governamentais de desenvolvimento rural e traça uma perspectiva dos projetos de assentamentos rurais na Amazônia; o trabalho de Ana Lúcia Camargo (2003), que faz uma discussão sobre o termo desenvolvimento sustentável, sua dimensão e seus desafios; José Augusto Drummond (1999), que organiza um trabalho resultado do simpósio *O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política* realizado no Rio de Janeiro em 1995 para debater o termo desenvolvimento sustentável e Ignacy Sachs (1997).

Para a análise da trajetória de discussão sobre a criação de alternativas de assentamento e preservação ambiental na Transamazônica, utilizo idéias presentes nas obras de autores, tais como Santilli (2005), em discussão sobre socioambientalismo e a incorporação de novos direitos; Ana Paula Souza (2006), integrante do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), que discute o processo de formação do discurso sócio-ambiental na Transamazônica e Sônia Bergamasco, pesquisadora da Universidade de Campinas com mais de dez anos de pesquisa sobre assentamentos rurais e Luiz Norder, pesquisador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), em livro sobre Assentamentos Rurais publicado em 1996.

4.1 Atualidades do debate sobre desenvolvimento

A discussão sobre uma ONG ambientalista no município de Anapu responsável pelos PDSs levou-me a investigar como se dá a relação desenvolvimento regional e preocupação ambiental.

Na região da Transamazônica as políticas de assentamento até então implantadas, têm levado a conflitos e contradições que conseqüentemente agravaram a degradação ambiental ocasionada pelo uso predatório dos recursos naturais por fazendeiros e madeireiros e por uma política de colonização feita como forma de ocupar o espaço sem uma preocupação de criar elementos necessários para um desenvolvimento social na região. A idéia de um desenvolvimento pautado numa visão exclusivamente econômica passará a ser contestada de forma mais contundente no final da década de 1980 nas discussões dos movimentos sociais daquela região.

As origens do movimento ambientalista, os problemas de valorização da vida no campo, a exaustão dos recursos naturais, o domínio da visão unilateral e ocidentalizada de desenvolvimento dos países capitalistas centrais e a instrumentalização do conhecimento científico são aspectos que não podem deixar de ser relacionados à construção das idéias e de um movimento social de preservação e conservação da natureza.

Navarro (2001), argumenta que nos últimos 50 anos dois momentos foram cruciais para colocar o tema desenvolvimento como um conceito de singularidade histórica. Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial são importantes por apresentarem uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento e crescimento econômico predominante desde a Revolução Industrial. Esta nova visão de desenvolvimento inicia-se a partir da década de 50 estendendo-se até o final dos anos 1970.

Nos anos 1970 o subtema desenvolvimento rural estará no centro das políticas governamentais, sobretudo na Amazônia brasileira. Surge então, uma nova concepção de agricultura, alicerçada no que foi genericamente denominado de “revolução verde”. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de moderno, o mundo rural passou a subordinar-se, como peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, em diferentes países.

A noção de desenvolvimento rural foi igualmente moldada pela noção de modernidade que orientava também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural.

Exemplo disso é a condução de um conjunto de programas de desenvolvimento para regiões mais pobres do Brasil, implementado pelos governos militares nos anos 1970. Em tal contexto, a transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, "desenvolvimento rural". (NAVARRO, 2001).

Este primeiro período, portanto, esgotou-se no final dos anos 1970 em decorrência dos insatisfatórios resultados das propostas de desenvolvimento rural implementadas em diferentes países, particularmente com relação à redução da pobreza rural, que pouco se modificou. A partir dos anos 1980, políticas inspiradas em enfoque que posteriormente seria rotulado de neoliberal, enfraquecendo fortemente o papel do Estado na condução eficaz de suas políticas, igualmente retirariam o desenvolvimento rural da cena de discussões.

Nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização. Podemos afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento.

O período Pós-Guerra será marcante para o despertar de uma preocupação na relação desenvolvimento e meio ambiente. Esta virá a tona diante de um quadro de inúmeras conseqüências negativas advindas principalmente do modelo de crescimento adotado pelos principais países capitalistas. A Conferência de Estocolmo, em 1972, e as reuniões preparatórias que a antecedem firmaram as bases para o novo entendimento da relação entre ambiente e desenvolvimento.

Segundo Camargo (2003), foi o secretário-geral de Estocolmo-72, Maurice Strong, quem pela primeira vez utilizou a palavra ecodesenvolvimento para definir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado. Mas foi Ignacy Sachs (2004) quem formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento.

Ainda, segundo Camargo (*idem*), o termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente divulgado por Robert Allen no artigo *How to save the World* (Como salvar o mundo). A autora afirma que Allen é adepto da idéia de que a conservação não é o oposto de

desenvolvimento. Ao introduzir a interdependência entre desenvolvimento e conservação, Allen teria clarificado a concepção de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Caporali (*apud* CAMARGO, 2003), deixamos para trás um meio ambiente balizado pelo conceito de desenvolvimento econômico para iniciar a exploração de um conceito de desenvolvimento mais amplo, o desenvolvimento sustentável. É nesse quadro de mudança paradigmática que ganha importância a formulação de políticas, modelos e teorias a respeito de desenvolvimento apoiados na concepção de desenvolvimento sustentável.

4.2 Desenvolvimento sustentável: um discurso muitas falas

As definições de desenvolvimento sustentável são as mais diversas¹⁷. No entanto, apesar da diversidade de abordagens, todas parecem buscar traduzir o espírito de responsabilidade comum e sinalizar uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento.

No universo dessa diversidade de idéias, algumas questões importantes estão presentes, de forma explícita ou implícita, na literatura sobre o desenvolvimento sustentável.

¹⁷ Drummond (1999) analisa o documento resultado do simpósio *O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política*¹⁷, no qual diversos autores debatem a desigualdade da distribuição dos recursos naturais, do desenvolvimento tecnológico, da globalização econômica, das relações entre problemas locais e globais e da eficácia de programas específicos baseados no controvertido conceito de desenvolvimento sustentável, neste estão expressas diversas visões sobre o tema. Assim, o economista Peter Bartelmus afirma que desenvolvimento economicamente sustentável é o desenvolvimento que gera uma renda *per capita* nacional não-declinante através da substituição ou conservação das fontes daquela renda, ou seja, os estoques do capital produzido e do capital natural. Theotônio Santos coloca o imperativo da eliminação da pobreza e das desigualdades entre classes sociais, os povos e as regiões do globo para assegurar um desenvolvimento para todos. Temos a identificação de alguns pontos de constante discussão sobre o termo desenvolvimento sustentável. Roberto Guimarães acrescenta ao item sustentabilidade social a justiça distributiva de saúde, habitação e seguridade social, elevar o salário dos estratos mais pobres para que estes possam satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, saúde, moradia e educação. Para Roberto Pereira Guimarães não existe sequer atores sociais portadores da sustentabilidade. Para este autor o conceito aparece como uma hidra de cem cabeças e que merece críticas impiedosas desde o berço. Propõe que o mercado e o Estado sejam destronados pelos interesses da sociedade civil. No entanto, Guimarães suaviza suas críticas ao propor a combinação de um Estado dotado de forte capacidade reguladora e de planejamento estratégico com um mercado responsável pelas atividades de natureza estritamente produtiva ou de infra-estrutura. Eduardo Viola, apresenta 12 dimensões de globalização: militar, econômico-produtiva, científico-tecnológica, ecológico-ambiental, que permitem identificar a eventual integração daqueles mesmos países uns com os outros ou com blocos. Em seguida, Viola identifica os atores que dentro de cada país e/ou num conjunto deles interferem no palco mundial das disputas e cooperações em torno do desenvolvimento sustentável ou não, a qual dá o nome de novas forças sócio-políticas transnacionais, cujas iniciativas competem com ou mesmo superam as dos Estados nacionais. Carlos A. de Mattos, argumenta que paradoxalmente foi no seio do clima intelectual a-utópico da pós-modernidade que uma proposta de claras ressonâncias utópicas como o desenvolvimento sustentável começou a desenvolver-se. Alerta para o utopismo do conceito que visa à substituição da utopia socialista. Conclui que é praticamente impossível aspirar que as idéias do desenvolvimento sustentável se imponham com a mesma força em todos os lugares do planeta.

O que de fato é diferente no novo conceito de desenvolvimento? Que papel está destinado à sociedade civil na construção de novos rumos para o planeta e como será dividido entre ricos e pobres o ônus de recuperar os danos e direcionar o desenvolvimento?

Layrargues (1998), analisa a incorporação do discurso ecológico pelo setor empresarial a partir da década de 1980 e, dialogando Rostow (1971¹⁸), considera que o conceito de desenvolvimento desponta recuperando a teoria do Darwinismo social. Assim, as sociedades humanas evoluiriam de formas inferiores para formas superiores. A moderna cultura americana seria, então, o estágio perseguido pelas demais, a escala de modernização deveria levar os países do terceiro mundo ao nível de vida dos países mais industrializados, desprezando, assim, todos os modelos de desenvolvimento de outras sociedades.

A preocupação do movimento ambientalista expressa no Relatório Brundtland¹⁹, afirmava que, através das inovações tecnológicas todos teriam acesso a uma qualidade de vida nivelada por um único padrão sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Layrargues (1998) é enfático em sua conclusão quando afirma que vivemos a ilusão dos tempos de mudança, pois o desenvolvimento sustentável na verdade assume uma postura ecológica neoliberal, mudam-se as palavras e novas estratégias são incorporadas para manutenção da mesma matriz econômica.

A colocação clássica da ONU, publicada no Relatório Brundtland de 1988, definia o desenvolvimento sustentável como: *um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades*. Ou seja, um contrato entre gerações sem que as do futuro estejam presentes para assiná-lo.

Não pretendo aqui, contudo, entrar no debate sobre Desenvolvimento Sustentável, mas apenas apresentar alguns elementos que nos leve a compreender as orientações presentes nas ONGs e movimentos sociais da Transamazônica. Assim, adotaremos aqui o conceito relacionado ao desenvolvimento ecológico, ou ecodesenvolvimento surgido nos escritos econômicos no início dos anos 1970. Para Sachs (*apud* WEBER, 1997, p. 117), o termo ecodesenvolvimento refere-se a:

¹⁸ Obra denominada “Etapas do Desenvolvimento Econômico”.

¹⁹ O relatório divulgado em 1987 foi coordenado pela primeira-ministra da Noruega (Gro Brundtland) razão pela qual recebeu o nome de Relatório Brundtland. Foi o primeiro relatório internacional que utilizou e defendeu o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (Santilli, 2005, p. 30).

Desenvolvimento endógeno e dependendo de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre homem e natureza.

A identificação da variabilidade de práticas sociais e da dinâmica dos sistemas naturais leva à discussão de um desenvolvimento viável, que é conceituado em termos de uma viabilidade de utilização dos ecossistemas em longo prazo. Não se trata, portanto, de preservar, mas de gerir. Assim: “Não estamos proibidos de fabricar novos ecossistemas, e os agrossistemas constituem aqui um exemplo, evitamos apenas reduzir um ecossistema, incluindo-se nele os seres humanos, a um de seus múltiplos” (*idem*, p. 121).

Isto significa que a utilização dos recursos naturais na Amazônia, ou em qualquer parte do mundo, insere-se num debate político e não em definições analíticas. Ou seja, a discussão política e social deve preceder o trabalho científico. Para Weber (1997) o estudo das representações constitui o ponto de partida da análise das relações sociedade-natureza.

Dessa forma, os recentes projetos de ocupação da região Amazônica, tais como a colonização da Transamazônica, propõem uma política de desenvolvimento e preservação do meio ambiente descontextualizada da realidade sócio-política dos grupos populacionais que ali residem.

Na Amazônia o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser compreendido no contexto das ondas de ocupação que, a partir de meados da década de 1970 tomam um novo impulso com as políticas contidas no PIN e da SUDAM (MENDES e SACHS, 1997). O projeto de desenvolvimento dessas agências governamentais será tema do debate levado a efeito pelos movimentos sociais e Organizações Não-governamentais especialmente a partir do final da década de 1980.

Na Transamazônica, desde sua construção no início da década de 1970, o debate sobre o desenvolvimento tornou-se tema recorrente nos discursos sobre o futuro da Amazônia. Nesse debate, o Estado, que tinha sua própria visão do desenvolvimento regional, entendeu que a necessidade imediata era ocupar o assim chamado “espaço vazio”. Com isso, iniciará o processo de colonização dirigida na região. Mais tarde, contudo, o drama das milhares de famílias que chegaram com a colonização, sem acesso a saúde, educação e crédito agrícola tornar-se-á público para população brasileira através de artigos de revistas e jornais: *Delírio da ditadura virou lamaçal de 480 Km.* (JORNAL DO BRASIL, 21/11/1986).

Ana Paula Souza (2006), observa que no final da década de 1980, a reação da sociedade civil organizada influenciada pela Igreja Católica, será um elemento novo no debate

sobre os rumos do projeto de colonização e as alternativas de desenvolvimento da Transamazônica. Nesse período o movimento ecológico de preservação da Amazônia, surge com força total no país. Nessa época também, foi divulgado o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, intitulado *Nosso Futuro Comum*, que trazia o conceito de desenvolvimento, baseado no uso sustentável dos recursos naturais.

4.3 De Brundtland a ASSEFA: trajetória do socioambientalismo na Transamazônica

O discurso que busca equilibrar o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, difundido pelo relatório Brundtland, chega na Transamazônica nos anos 1980. Para Souza (2006), a Igreja Católica é a principal disseminadora desse discurso na região da Transamazônica e Xingu. Sua influência junto às organizações de agricultores, através das denominadas CEBs, foi fator decisivo para que ela desempenhasse esse papel. No município de Anapu, conforme dados coletados em entrevista do senhor Ivam Chagas (2006), o tema sobre alternativas de desenvolvimento estaria presente nas denúncias de abandono do projeto de colonização e nas reivindicações por melhorias nas condições de saúde, educação, habitação dos agricultores.

A compreensão do discurso dos atores da Transamazônica sobre os temas relacionados às questões ambientais e o desenvolvimento regional, pressupõe retomar os fatores relacionados ao I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado nos dias 20 a 25 de fevereiro de 1989, primeiro momento em que as populações da Transamazônica e Xingu tiveram um conhecimento mais aprofundado sobre o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e manifestaram sua posição política acerca daquele empreendimento.

A realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em Altamira, parece ser o marco inicial do “novo” discurso do desenvolvimento na Transamazônica. O debate das populações indígenas da Bacia Hidrográfica do Xingu, contrárias à construção do empreendimento, trouxe a tona o primeiro conflito público envolvendo as questões sociais e ambientais na região. Para Souza (2006), coordenadora do MDTX, os agricultores familiares que estavam na periferia do debate sobre os impactos sociais e ambientais, causados por um projeto com a Hidroelétrica de Kararaô, pois não eram considerados pelos ambientalistas como população tradicional.

A tabela 2, logo abaixo, apresenta a trajetória do debate sócio-ambiental internacional e na transamazônica.

Tabela 2 – Trajetória do debate sócio-ambiental internacional e na Transamazônica

Evento	Local	Ano	Objetivos
Criação da MFMLA	Anapu	1985	Buscar alternativas de melhoria de vida e condições de permanência das famílias no campo, criação de revendas (pequenos comércios comunitários) e utilização dos conhecimentos acerca das Plantas Medicinais.
Criação do MPST	Altamira	1987	Condensar de cooperativas, associações de pequenos produtores rurais e ONG com o objetivo de discutir um projeto diferenciado de desenvolvimento na Transamazônica.
Relatório Brundtland		1988	Apresenta pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.
I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu contra Kararaô.	Altamira	1989	Debate das populações indígenas da Bacia Hidrográfica do Xingu, contrárias à construção da Hidroelétrica de Kararaô.
Conferência das Nações Unidas sobre	Rio de Janeiro	1992	Discutir saídas para os problemas sociais

Meio Ambiente			e ambientais que ameaçam a vida no planeta terra
Criação da ASSEFA	Anapu	2001	Prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental nos Projetos de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável de Anapu.

Santilli (2005) afirma que, além de consolidar a aliança entre o movimento ambientalista e os povos indígenas, o evento de 1989 pode ser considerado um marco na história do sócio-ambientalismo brasileiro. Já para o Instituto Socioambiental – ISA²⁰, a idéia da realização do encontro tomou forma ainda em 1988, quando o cacique dos índios Kayapó do Parque indígena do Xingu, Paulinho Paiakã, e o antropólogo do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), Darrel Posey, denunciaram durante um evento na Universidade da Flórida e junto ao Banco Mundial, as intenções do governo brasileiro de construir o complexo hidrelétrico sem discutir com as populações indígenas do Xingu.

Essa postura rendeu aos dois, críticas por parte do governo. A organização do encontro na região contou ainda com a participação expressiva do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), uma conceituada organização de defesa dos direitos humanos no Brasil. O CEDI foi pioneiro no avanço das questões de ligação entre a defesa dos direitos humanos e a proteção ambiental, por mais de 25 anos, juntamente com a Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN) formada por estudantes

²⁰ O ISA foi fundado em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação profissional e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil. No final dos anos 80, uma série de fatos e processos marcaram um período de intensas interações entre diferentes segmentos organizados da sociedade civil brasileira, nas vertentes sociais e ambientais: o processo de formulação e aprovação dos direitos sociais coletivos e do meio ambiente na Constituição Federal (1987/88); a campanha da Aliança dos Povos da Floresta (1989) o Encontro dos Índios em Altamira (Pará) para protestar contra um grande plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu (1989) e a formação do Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais Preparatório para a Rio 92 (1990) e a própria Conferência das Nações Unidas (1992). As pessoas que se reuniram para formular, fundar e implantar o Instituto Socioambiental, entre 1993 e 1995, tiveram participação decisiva e destacada na idealização e implementação dos processos acima mencionados. O ISA tem com missão a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, produzindo estudos e pesquisas e desenvolvendo projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental e protejam a diversidade cultural e biológica do país. Disponível em: http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=ISA, Acessado em: 15/06/2007.

universitários, professores e pesquisadores de universidades públicas e outras instituições de pesquisa e a Prelazia do Xingu.

A reação do governo federal veio através da Eletronorte. A estatal de energia elétrica também lançou em uma reunião com o empresariado da região de Altamira, um dossiê intitulado “Usina hidrelétrica de Kararaô”. Na mesma ocasião foi criado o Movimento Pró-Kararaô – MOPROK, composto pelos membros da União Democrática Ruralista (UDR) e outros empresários locais.

A realização do Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu acirrou ainda mais os ânimos entre os dois grupos, o MOPROK deu início a uma campanha aberta com cartazes, faixas, passeata a favor da barragem e contra o movimento ambientalista. A igreja Católica, junto com a CPT, fazia debates nas escolas, universidades e grupos de vizinhos falando dos impactos nocivos das barragens na Amazônia, especialmente sobre a hidrelétrica de Tucuruí e os efeitos ainda maiores que Kararaô poderia trazer.

Nesse sentido, a SOPREN também foi importante na articulação do I Encontro das Organizações Não Governamentais conservacionistas em apoio ao evento contra Kararaô, no qual foram discutidos os problemas ambientais da Amazônia.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Comissão Pastoral da Terra, em conjunto com representações do Partido dos Trabalhadores, Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), movimento de mulheres e pastoral da juventude, também realizaram um evento para definir seu apoio ao encontro dos povos indígenas. A declaração do I Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico do Xingu, como foi denominado o evento, trouxe a posição dos sindicalistas sobre a construção da barragem.

A criação de movimentos sociais²¹ como o MPST em 1987, teve grande importância no redirecionamento dado pela sociedade civil, ao tema desenvolvimento regional. O MPST reuniu, desde sua origem, diversas organizações e sindicatos de diversos municípios da Transamazônica, servindo de interlocutor da sociedade civil junto aos órgãos governamentais, buscando representar, através de suas ações, as vozes de todos os descontentes sociais e ambientais existentes na região. Aliado a isso, estará o cenário nacional de discussão cada vez mais freqüente da preservação do meio ambiente na Amazônia que

²¹ Por movimento social tomarei como referência Touraine (2002), o qual visualiza movimento social como sujeito, um modo de construção da experiência social, que se define em termos de ator e de conflito social. Para Touraine o sujeito só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem. A socialização conduz ao reforço da lógica da integração social e, portanto, a uma dominação cada vez mais completa e a uma luta do sujeito contra modelos racionalizadores.

alcançou seu ponto máximo com a realização Conferência das Nações Unidas conhecida como ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro, com a tarefa de discutir saídas para os problemas sociais e ambientais que ameaçavam a vida no planeta terra.

Philippe Lená (2001), ao refletir sobre essas políticas que buscaram unir o social, o ambiental e o desenvolvimento na Amazônia, em estudos realizados no Acre, declara que existia ali a necessidade de se perguntar quais são os efeitos da nova configuração do desenvolvimento na Amazônia, posto que, desde a Rio 92, um modelo alternativo de desenvolvimento ganhou força nessa região, tentando unificar as preocupações ambientais e sociais, daí seu nome mais consensual: modelo sócio-ambiental. Esse modelo busca investir no manejo da floresta e desencoraja os agricultores familiares de criar gado. Os projetos referendados por essa estratégia são as reservas extrativistas, áreas de proteção ambiental e projetos de desenvolvimento sustentável.

A preocupação com o desenvolvimento da região Amazônica sempre fez parte da agenda das lideranças do movimento social dos agricultores da Transamazônica e Xingu, já que a conquista do Fundo Constitucional do Norte (FNO)²² Especial pelos agricultores familiares, a retomada do anúncio da construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, o assassinato de importantes lideranças ligadas aos agricultores, a criação de unidades de conservação e o recrudescimento dos conflitos pela posse da terra são fatos que deram o tom de um novo cenário regional, marcado pela violência e pelo discurso do desenvolvimento equilibrado com uso sustentável dos recursos naturais (SOUZA, 2006).

4.4 A Criação de Reservas Extrativistas na Transamazônica e Xingu

A partir de 1995, como resultado do ECO 92, vários projetos passaram a ser implantados na Transamazônica, a maioria sob a liderança das organizações dos agricultores. Esses projetos traziam como parte importante a preocupação com as questões ambientais e o desenvolvimento. Dentre esses podemos citar os Projetos Demonstrativos (PDA) e os Projetos

²² A atuação do Fundo Constitucional do Norte (FNO) abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Esse fundo oferta crédito a taxas de juros que variam, em função do porte do mutuário, de 8,75% a 14% ao ano. Para as operações relativas aos setores industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços. Essas taxas de juros são reduzidas em 15%, a título de bônus de adimplência, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FNO. Acessado em: 15/06/2007

de Desenvolvimento Sustentável (PDS) apoiados pelo fundo do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras – PPG7²³.

Na Transamazônica o PPG7 apoiou iniciativas de implantação de projetos piloto de Sistemas Agroflorestais, formação para o manejo florestal, identificação e usos do potencial dos produtos florestais não madeireiros dos lotes dos agricultores. Mais tarde, outros projetos foram construídos nessa direção pelas organizações dos agricultores, dentre esses o projeto das Casas Familiares Rurais (CFR), com o objetivo de formar filhos de agricultores através da Pedagogia da Alternância, o programa Proambiente²⁴ que busca uma harmonia entre as formas de produção e o uso dos recursos naturais disponíveis nos lotes dos agricultores, e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável, uma alternativa para assentamentos numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais por parte dos assentados. (MELO, 15/09/2006).

O Ministério do Meio Ambiente sempre foi importante para os projetos das organizações da Transamazônica, essa interlocução ampliou-se após a eleição do Presidente

²³ O PP/G-7 nasceu do interesse do Grupo dos 7 países mais ricos do mundo, em apoiar a proteção das florestas tropicais. Em função desta intenção, uma comissão de ministros do governo brasileiro, o Banco Mundial e a Comunidade Européia elaboraram uma proposta de programa, em três encontros. Em dezembro de 1991, em Genebra, os representantes do G-7 aprovaram o programa e se dispuseram a financiá-lo, através do RFT, um fundo fiduciário sob a responsabilidade do Banco Mundial. Disponível em: www.mma.gov.br, acessado em: 15/06/2007

²⁴ O PROAMBIENTE é o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar e Rural, fruto da discussão da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento socioambiental das populações rurais da Amazônia, teve sua concepção dentro do Grito da Amazônia no ano de 2000. O programa tomou corpo a partir da parceria entre as Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura dos Estados da Amazônia Legal, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional e o IPAM, que assumiram a primeira tarefa de organizar um evento de construção do Programa. A proposta definitiva do Programa foi apresentada à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em março de 2003 com o seguinte encaminhamento: formação do “Grupo de Trabalho Interministerial do PROAMBIENTE”, composto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e representantes dos movimentos sociais no Conselho Gestor Nacional (CONTAG, MONAPE, COIAB, CNS e GTZ), sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (representando o Governo Federal) e da Secretaria Executiva do PROAMBIENTE (representando o Conselho Gestor), no intuito de definir a institucionalização do Programa como política pública federal. Em junho de 2003 o PROAMBIENTE foi incluído no Plano PluriAnual (PPA) 2004/2007, como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

O PROAMBIENTE incentiva o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas/degradadas através de implantação de sistemas alternativos de uso da terra, o uso de sistemas agropastoris, sistemas agroflorestais, agroextrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural.

Existem atualmente 11 pólos instalados pelo PROAMBIENTE, cada um com 250 a 500 famílias que contam com capacitação técnica das instituições responsáveis pela coordenação, sendo elas FASE, IMAFLORA e IPAM. Esses pólos estão na fase de elaboração dos planos de uso que permitirão o cadastramento das famílias e a definição do tipo de assistência técnica necessária. Além desses Pólos, o IPAM está envolvido no Pólo Transamazônico e está responsável por conduzir a discussão técnica sobre monitoramento e certificação.

Disponível em: <http://www.ipam.org.br/web/programas/floresta/proambiente.php>, acessado em: 23/06/2007.

Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Nessa trajetória, uma ação governamental merece destaque, o decreto Presidencial do Governo Federal em novembro de 2004, que criou a RESEX Verde Para Sempre²⁵, em Porto de Moz, e o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio²⁶ em Altamira (RESEX do Riozinho do Anfrísio, a Estação Ecológica e o Parque da Serra do Pardo). A criação de Reservas Extrativista está intimamente ligada ao abandono dos seringais pelos antigos patrões, sobretudo nos anos 1970 e 1980.

Para Bergamasco e Norder (1996), as conseqüências desse processo de abandono dos seringais é o surgimento de novos proprietários, que passam a reclamar a posse da terra. Esse processo ocorreu sem a devida regularização fundiária, e os problemas decorrentes da falta de titulação das terras acirraram a violência entre populações indígenas, grileiros, posseiros, seringalistas, grandes empresas agropecuárias e agências governamentais.

As conseqüências a médio prazo dessa forma desorganizada de ocupação foram o acirramento da oposição entre a atividade extrativa e a exportação agropecuária, subsidiada ou não pela colonização dirigida.

As atividades no seringal, anteriormente, apesar da brutalidade das relações entre patrões e seringueiros, não traziam os problemas ambientais como o empreendimento agropecuário e demonstravam-se sustentável a longo prazo. Porém, diante dessa nova realidade os seringueiros passaram a manifestar sua contrariedade em relação aos empreendimentos agropecuários e madeireiros. Para eles a destruição da floresta traria também a destruição dos que viviam na floresta.

Nos primeiros anos da década de 1980, os seringueiros criaram a Aliança dos Povos da Floresta, que os reuniu à população indígena e a outros posseiros. Diante das lutas e manifestações começa a ficar claro para os seringueiros que a conservação da floresta e a criação de reservas, mantendo e aprimorando sua forma de utilização, mas superando a subordinação dos seringueiros aos patrões, seria a alternativa possível de desenvolvimento regional (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Nesse processo de luta, ganha destaque a figura de Chico Mendes²⁷, que acabará tornando-se uma voz expressiva dos movimentos ecológicos que emergiam no mundo

²⁵ Decreto em Anexo.

²⁶ Ver Anexo 4 – Localização do Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio (Anexos)

²⁷ “Francisco Alves Mendes Filho, conhecido com Chico Mendes, líder dos seringueiros, procedente de uma família de nordestinos, nasceu a 15 de dezembro de 1944, no seringal denominado Porto Rico, localizado no município de Xapurí, Estado do Acre. Lutou pela melhoria das condições vida dos seringueiros por meio da defesa e da preservação da floresta. No dia 22 de dezembro de 1988, após inúmeros conflitos, intrigas, levantes e movimentos sindicais, Chico Mendes foi assassinado, passando a ser a 97ª vítima daquele ano na lista dos

e começavam a tomar forma e movimento no Brasil. Para Viola (1996), o caso Chico Mendes é emblemático, pois influenciará decisivamente, por meio da pressão externa, a política ambiental no Brasil, não sendo à toa a realização por aqui da reunião das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, quando se reforçou ainda mais a noção de que o combate à degradação ambiental é uma questão internacional.

O resultado imediato dessa luta de Chico Mendes foi a proposta de criação de Reservas Extrativistas, formulada durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, quando o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) iniciou uma campanha para fazer com que o INCRA reconhecesse a especificidade dos assentamentos extrativistas da região amazônica.

Contudo, a implementação dos assentamentos propostos pelo CNS enfrentará obstáculos pela legislação agrária, decorrentes principalmente da conjuntura política e do tamanho da área que cada família ocupava (trezentos a seiscentos hectares). Este fato obrigará o CNS a adotar, em 1989, uma estratégia de deslocamento da legislação agrária para a legislação ambiental: o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) fez surgir uma nova modalidade de conservação ambiental, batizada de Reserva Extrativista (RESEX), destinando seu usufruto às tradicionais populações da floresta. Ao contrário da reforma agrária implementada pelo INCRA, a criação das reservas extrativistas foi bastante rápida. Até 1992 o IBAMA já havia criado nove RESEX, num total de dois milhões e trezentos mil hectares, destinados a vinte e oito mil e oitocentas pessoas, muitas destas reservas em assentamentos anteriormente promovidos pelo INCRA (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Na região da Transamazônica e Xingu foram criadas, através de Decreto Lei da Presidência da República, de 8 de novembro de 2004, duas Reservas Extrativistas. A Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no município de Altamira, com setecentos mil e trezentos e quarenta hectares e a Reserva Extrativista Verde Para Sempre, no Rio Xingu no município de Porto de Moz, a 700 Km da capital Belém, com área de um milhão e duzentos e oitenta mil e setecentos e dezessete hectares (Decretos em anexo). Está última é a maior RESEX do Brasil e tem cinquenta e sete comunidades, trinta e oito localidades e duas mil e cento e oito famílias cadastradas pelo IBAMA, que, em parceria com o INCRA, por meio do Programa Nacional

de Reforma Agrária (PNRA), já cadastrou mil e quinhentos e dez famílias na RESEX Verde Para Sempre²⁸.

Essas mudanças produziram diferentes reações que marcaram, muitas vezes de forma trágica, a história recente da região. Exemplo disso foi o assassinato da freira Dorothy Stang, uma das lideranças incentivadoras dessa estratégia ambiental e da criação dos PDSs no município de Anapu.

A referência *desenvolvimento sustentável* chega à Transamazônica, juntamente com outras expressões como “riquezas naturais”, “preservação do meio ambiente” e “participação da sociedade civil”. Representações²⁹ que irão compor um conjunto recorrente de expressões presentes nos discursos dos mais diferentes atores sociais da Transamazônica. Conforme destaca Santilli (2005), o socioambientalismo nasceu baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem a repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais.

²⁸ Disponível em: http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=4766, acessado em: 28/05/2007.

²⁹ As representações que compõem as formas de agir e se identificar dos movimentos sociais e ONGs da Transamazônica estão aqui entendidas com referência ao clássico da sociologia Emile Durkheim (1996), para o qual estas significam construções coletivas que reproduzem-se e combinam-se uma com as outras, independente dos indivíduos, guardando correspondências com a vida coletiva e o meio exterior na qual estão inseridas.

5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA: CEBs, MDTX E A CRIAÇÃO DA ASSEEFa

Esta parte da dissertação é dedicada à discussão acerca da trajetória de criação da ASSEEFa. Para isso, discuto o conceito de participação a partir de autores como Bordenave (1994), Ammann (1978), Borges (2003), Demo (1996) e Hébette (2004). Em suas idéias identifico participação como uma conquista que fundamenta-se pela distribuição dos bens produzidos por uma determinada sociedade, assumindo, assim, um caráter transformador dos mecanismos que mantêm e reproduzem a mesma.

A partir desse primeiro momento, analiso o processo participativo na Transamazônica, através da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e do MPST, atual MDTX. Este movimento se transformará em espaço de criação e organização dos demais movimentos da Transamazônica, além de intermediar o diálogo entre sociedade civil, Estado e instituições de pesquisa para a proposição de alternativas de desenvolvimento na região.

O contexto de criação da ASSEEFa tem relação com a organização da sociedade civil na Transamazônica e com as particularidades do processo de ocupação e luta pela terra em Anapu. Dessa forma, minha intenção nesse capítulo é discutir a relação entre os movimentos sociais da Transamazônica e o processo de criação da ASSEEFa. Para isso, tomo como referência textos de Hébette (2004), Souza (2006) e Imme Scholz (2004), bem como documentos, artigos de jornais e entrevistas com membros da ASSEEFa e do MDTX.

5.1 Participação Social

Na Transamazônica, o modelo oficial de colonização do Estado através do INCRA, inicialmente beneficiou uma camada de colonos alocados nas terras mais férteis (as chamadas terras roxas) à beira da rodovia. O que num primeiro momento favoreceu a ascensão social desses agricultores. Sem um olhar mais atento, poderíamos dizer que o modelo de colonização dirigida resultou em uma organização social harmônico e bem sucedido. A forma oficial de colonização, contudo, deixava margem para reprodução de relações sociais nada harmônicas. Conforme destaca Jean Hébette (2004, p. 123), em estudo sobre o processo de reprodução social participação política na Transamazônica:

Ali, a agricultura camponesa, tradicionalmente desprezada e entregue a si mesmo e, agora, perseguida pelos órgãos governamentais, tinha que criar à força seu espaço de sobrevivência e suas perspectivas de futuro, forçando os lavradores a se organizarem segundo suas próprias normas – o que não tardaram a fazer.

Diante das dificuldades enfrentadas, os primeiros espaços de cooperação encontrados pelos colonos da Transamazônica serão os laços de solidariedade criados nas relações pessoais e coletivas de vizinhanças e da coesão confessional da Igreja Católica. Esta primeira etapa da organização será importante como forma de superação, ao menos parcial, dos problemas e na elaboração de estratégias das próprias famílias (*idem*, p. 124).

O primeiro tipo de participação é a participação de fato, na qual os indivíduos participam na família, nas tarefas de subsistência (caça, pesca, agricultura), ou no culto religioso, na recreação e na defesa dos inimigos. O segundo momento é a participação espontânea, onde os indivíduos formam grupos sem organização estável ou propósito claros e definidos a não ser os de satisfazer necessidades psicológicas. (BORDENAVE, 1994).

Bordenave (*idem*) chama a atenção para a existência também da participação imposta, na qual os indivíduos são obrigados a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis, exemplo disso é o voto obrigatório nas eleições brasileiras. Existe ainda, a participação voluntária, nesta o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua própria organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. São exemplo de participação voluntária os sindicatos, associações, cooperativas e partidos políticos.

A participação voluntária nem sempre ocorre por iniciativa dos membros do grupo. Pode ocorrer desta participação ser provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios.

Por último, Bordenave (*idem*) destaca a participação concedida, nesta os subordinados recebem a parte de poder ou de influência considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores. Exemplo desse tipo de participação é o “planejamento participativo”, que frequentemente faz parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção dominação da classe dominante.

Bordenave (*idem*), destaca que a participação num grupo ou organização deve ser entendida através: do grau de controle dos membros sobre as decisões e quão importante são as decisões de que se pode participar. Assim, a participação tem seu nível mais baixo na simples *informação*, em seguida passa para *consulta facultativa*, num grau mais elevado os subordinados podem elaborar propostas e, finalmente, num grau superior existe a co-gestão, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade.

Para Bordenave (*idem*), participação ocorre em grupos primários, como a família, o grupo de amizade ou vizinhança, em grupos secundários, como as associações

profissionais, sindicatos, empresas e em grupos terciários, como os partidos políticos e movimentos de classe. Nesse estágio, também denominado de microparticipação, participação significa a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos.

Bordenave (*idem*) destaca que além dessa participação em nível micro, o indivíduo também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo. A macroparticipação ou participação social significa uma visão mais ampliada sobre a sociedade como um todo. A existência da participação social implica incidir na essência da sociedade capitalista, ou seja, na produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto.

Assim, participação não é aqui medida, tão somente, em termos de integração ou não em uma associação, ou desempenho ativo ou passivo nela, mas em termos de intensidade e qualidade desta na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Segundo Safira Bezerra Ammann (1978), a participação efetiva significa usufruir os bens produzidos pela sociedade. Fora disso, as visões que apresentam a participação somente no âmbito da colaboração escamoteiam as injustiças, interesses e a própria estrutura social, contribuindo assim, para legitimar e perpetuar a desigualdade.

Ainda segundo Ammann (1978), participação social constitui-se num processo que resulta fundamentalmente da ação das camadas sociais em três níveis diferenciados para a análise e compreensão do fundamento, mas que, na realidade, são inseparáveis e interdependentes: a produção de bens e serviços, a gestão da sociedade, o usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos nessa sociedade. A forma dessa participação efetiva-se pelo engajamento dos indivíduos no sistema político (ou institucional) onde se geram as decisões ou ainda no sistema organizacional, que consubstancia essas decisões.

Para Touraine (2002), os grupamentos voluntários formados para agir sobre o sistema político, são formas de participação social e não a própria participação social. Isto porque este autor concebe que os membros da sociedade encontram-se aptos não só para reproduzi-la, mas para produzi-la e transformá-la.

Assim, o associativismo, como o realizado nas organizações sociais da Transamazônica, constitui-se em um instrumento que pode ou não viabilizar a participação. Elas serão dispensáveis, desde que possível à participação em sua forma direta. De outra parte, elas podem existir sem, contudo, funcionarem como mediadoras do processo participativo.

De acordo com Ammann (*idem*), o problema da participação não pode ser solucionado como às vezes se postula pela integração dos setores marginalizados da sociedade, pois a marginalidade resulta da natureza mesma de relações dialéticas que geram e mantêm, ao mesmo tempo em que contestam, essa situação.

A idéia de que o sistema social é capaz de incorporar os grupos marginais e que esta incorporação só pode ocorrer nos moldes da lógica estrutural vigente na sociedade, não me parece a mais acertada, pois trata-se de modificar os indivíduos e não a sociedade.

Dessa forma, participação não tem razão de ser como estratégia que visa legitimar e consolidar uma situação ou um sistema dado, mas objetiva a distribuição dos bens da sociedade, assumindo um caráter transformador dos mecanismos que mantêm e/ou reproduzem as desigualdades sociais. Assim, o direito a participação deve ser conquistado e não outorgado de modo que as camadas populares sejam as verdadeiras responsáveis por essa determinação.

Para Pedro Demo (1996, p.15), participação social é:

Conquista, pois significa um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Participação não pode ser entendida com dádiva, porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção, seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida com concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais; seria apenas um expediente para obscurecer o caráter de conquista, ou de esconder, no lado dominante, a necessidade de ceder.

Ainda segundo Demo (*idem*), quem acredita em participação estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então abrir os espaços de participação. Assim, a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos.

Contudo, devemos destacar que essa valorização do processo participativo da sociedade civil, sobretudo nos países em desenvolvimento insere-se num debate sobre os novos rumos que o capitalismo liberal pretende para esses países. Atualmente, a participação é defendida tanto por setores progressistas que desejam uma democracia mais autêntica, como por setores tradicionalmente não muito favoráveis aos avanços das forças populares. Segundo Bordenave (1994), a razão disso é que a participação pode ser implantada tanto com objetivos

de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns.

André Borges (2003) argumenta que na década de 1990 houve uma mudança fundamental nas linhas de ação de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial. A partir desse momento o foco de ação desse Banco se deslocou de temas como liberalização, desregulamentação e estabilização para questões de construção e reforma institucional. (BORGES, 2003).

Para Borges (*Idem*) essa nova agenda do Banco Mundial, deve ser analisada dentro do reconhecimento dos obstáculos políticos ao desenvolvimento do capitalismo. O sucesso desse modelo de desenvolvimento depende de profundas mudanças na engenharia política e social da sociedade civil, as reformas dos serviços sociais pregadas pelo Banco Mundial, têm o propósito de construir um amplo consenso, contribuindo para adequar a democracia às demandas de estabilidade política subjacentes ao modelo de desenvolvimento do capitalista liberal.

Para isso, o Banco Mundial, enfatiza a necessidade de uma “boa governança”. Ou seja, a necessidade de governos com transparência e participação. Na formulação do Banco, portanto, o mercado e a sociedade civil, representada por ONGs e organizações populares, são considerados remédios ideais para as burocracias hiper-centralizadas e ineficientes do mundo em desenvolvimento. Essas organizações são consideradas valiosas tanto por sua habilidade na provisão de bens públicos, como por seu papel na construção de relações de confiança e de um senso de pertencimento à esfera pública entre aqueles excluídos do processo político (BORGES, 2003).

Ainda segundo Borges (*Idem*), os mecanismos participativos são entendidos, pelo Banco Mundial, de maneira instrumental, como formas de obtenção de legitimidade política sempre que o interesse público coincidir com os interesses privados. Participação é, assim, um processo essencialmente restrito e despolitizado, que envolve a deliberação público-privado sobre temas não-controversos. Dessa forma, investimentos em serviços sociais, com participação da sociedade civil, torna possível o apoio dos eleitores em reformas econômicas como privatização e a liberação comercial, o que assegura a estabilidade política e econômica nos países em desenvolvimento e é claro um investimento mais seguro para o capital.

As organizações da sociedade civil da Transamazônica, dentre as quais a ASSEEFA, evidenciam a resistência daquelas pessoas que cobram do Estado políticas de desenvolvimento compatíveis com suas necessidades, ao mesmo tempo em que também

insere-se no debate sobre as novas estratégias de dominação e reprodução social, expressa e defendida por organismos do capitalismo internacional, que agora valorizam uma maior participação da sociedade civil. Assim, compreender que esta organização é resultado de uma conquista não é o bastante, seria necessário dimensionar os graus de participação dos demais integrantes da sociedade civil para, a partir daí, falarmos em usufruto de participação social. Conforme destaca Ammann (1978), *“não há participação sem organização, mas nem toda organização propicia a participação social”*.

5.2 A participação através das CEBs

De acordo com os estudos de Hébette (2004), Becker (1998) e Martins (1997), verifica-se que as políticas de desenvolvimento implementadas pelos governos militares para a Amazônia privilegiavam um modelo agrícola centrado na grande empresa rural, direcionando incentivos aos grandes Complexos Agropecuários e Industriais (CAIs). Modelo que pressupunha inversões de recursos em insumos, produção intensiva e a incorporação de novas áreas para as monoculturas de exportação.

Para Antonia Melo, em entrevista concedida no 15 de setembro de 2006, as razões políticas e estruturais que levaram tantos migrantes para a Transamazônica, bem como os motivos que justificam o contexto vigente, eram discutidos em todas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pela ala progressista³⁰ da Igreja Católica.

Segundo Souza (2006), em setembro de 1973, a equipe de pastoral da Igreja do Xingu produziu um documento, encaminhado à CNBB, no qual relatava a situação dos migrantes do projeto de colonização da Transamazônica. Os padres incentivaram os agricultores a fazerem um abaixo-assinado ao Presidente da República, relatando o não cumprimento das promessas por parte do INCRA e demais órgãos responsáveis pelo projeto. O gesto foi considerado subversivo pelo INCRA e os padres acusados de incentivar a revolta dos agricultores.

Para Melo (15/09/2006), a partir de 1981, o trabalho prioritário da Igreja Católica seria o fortalecimento das CEBs em todas as vicinais criadas pelo projeto de colonização do INCRA. Os padres, freiras reuniram os agricultores para tratar de temas relacionados a três eixos principais: educação, sindicalismo e política.

A presença da Igreja Católica será uma constante nas manifestações dos agricultores na Transamazônica e nas articulações para a criação do MPST. A greve dos

³⁰ Assim eram chamados os religiosos, padres e freiras que partilhavam dos princípios da Teologia da Libertação defendida pelo Leonardo Boff, um dos principais precursores dessa corrente dentro da Igreja Católica no país.

canavieiros do Projeto Agrocanavieiro Abraham Lincoln (PACAL) de Medicilândia, em 1983 e o Grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, contrário à construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, teve a participação constante do Bispo da Prelazia do Xingu.

Segundo Souza (2006), o relatório da CPT do segundo semestre de 1983 evidenciou que a crise econômica que assolava o país era profundamente sentida nos projetos de colonização. Para os novos assentados pelo INCRA essa situação era ainda mais crítica. A segunda colonização feita pelo INCRA no município de Brasil Novo, ainda em 1983, assentou quatro mil famílias em lotes de cem hectares no trecho que vai do quilômetro cento e vinte ao quilômetro cento e quarenta da região localizada entre os municípios de Uruará e Medicilândia. O relatório destaca que essas famílias foram abandonadas à própria sorte e que o comércio da madeira, especialmente do Mogno, proliferou como única saída econômica para essas pessoas.

Em outubro de 1984, a presença de representantes das delegacias sindicais de Uruará e Medicilândia em Anapu, em apoio aos posseiros que estavam em conflito na fazenda União no Km 90, foi considerada pela CPT como a primeira ação regional dos agricultores, o primeiro encontro sindical dos agricultores do “Oeste” com os do “Leste” da rodovia. Nessa época, conforme lembra Ivam Chagas (entrevistado nesta pesquisa), membro da ASSEEFA, *“as ações de resistência dos agricultores de Anapu já eram apoiadas pela missionária Dorothy Stang”*. Na ocasião do confronto na Fazenda União (situada a trinta quilômetros da sede do município de Anapu) houve troca de tiros entre os posseiros e os pistoleiros da fazenda e muitas pessoas ficaram feridas.

Em junho de 1985, também as delegacias sindicais regionais de Uruará e Medicilândia realizaram, juntamente com a Associação dos Fornecedores de Cana-de-açúcar da Transamazônica (ASFORT), a primeira caravana da região da Transamazônica, composta por aproximadamente quatrocentos colonos, que se dirigiram a Brasília-DF para reivindicar do INCRA e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a manutenção da usina do PACAL, abertura e conservação das vicinais e construção de hospitais e escolas.

Os espaços de participação, abertos pela Igreja Católica, são importantes para iniciar o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente. Contudo, em uma análise mais detalhada poderíamos qual o grau de controle da sociedade civil sobre as decisões e iniciativas tomadas pelas CEBs? e ainda, se realmente existe uma participação, quão importante são as decisões de que se pode participar?

Bordenave (1994) lembra que o grau de controle está presente quando as decisões tomadas na verdade já foram decididas antes por outros. Aspecto importante a ser

considerado no debate sobre participação da sociedade civil nas esferas criadas pela Igreja é a formação de toda uma geração de militantes, não somente religiosos, como também sindicais e políticos que nos dias de hoje começam a ocupar espaços cada vez maiores nos cenários políticos do Estado do Pará e do Brasil, como o Deputado Federal Zé Geraldo, membro fundador e ex-coordenador do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica e do MDTX.

Nesse aspecto, o grau de participação verificado aproxima-se daquele denominado por Bordenave (*idem*) como consulta facultativa, na qual os líderes podem, se quiserem e quando quiserem, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema. Em outros momentos, porém atinge um grau mais elevado de participação como a elaboração/recomendação na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita.

Isto não quer dizer que não exista participação. A participação nesse caso é prescrita ou restrita a alguns membros do grupo que geralmente são impulsionados a graus mais altos de controle e decisão. Os demais integrantes da sociedade civil servem para referendar os projetos políticos dos líderes e esperar a efetivação do desenvolvimento. Verifiquemos agora como ocorre a evolução dos espaços criados pelas CBSs para MDTX e para projetos políticos mais macro.

5.3 Dos “projetos” da Igreja Católica à criação do MPST

A partir dos espaços de discussão abertos no plano privado (familiar e de vizinhança), e semi-público criados pela Igreja Católica os movimentos sociais da Transamazônica passaram a construir um espaço de reivindicação, de planejamento e elaboração de uma alternativa de desenvolvimento para a região que inicialmente se efetivará através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, associações e cooperativas de pequenos produtores rurais. Segundo Hébette (2004, p. 128):

A passagem do espaço privado – familiar aos camponeses, e onde os comportamentos sociais se fundamentam nos valores pessoais e nas opções individuais – para o espaço público, onde os comportamentos sociais e políticos são orientados por decisões coletivas, representou um momento decisivo na vida dos colonos; esse passo marcou também uma passagem de um projeto simplesmente individual ou familiar ou ainda de um projeto comunitário puramente local, para um projeto coletivo e de classes.

Ainda segundo Hébette (*idem*), o STR de Altamira, embora tenha sido criado em 1968, era pouco atuante e não teve muito impacto na organização dos colonos. Esta influência viria do STR de Santarém que tinha sua base territorial estendida sobre a

Transamazônica e recebia o apoio de uma Igreja fortemente engajada. A passagem da militância nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB, marcada pela Teologia da Libertação, para uma militância mais ligada aos interesses de classe nos STRs foi corroborada pela presença e atuação da FASE³¹, presente nas áreas de povoamento rurais mais antigas.

A organização social de Altamira não teve, contudo, sua base nos STRs. Isto se deve ao fato do afastamento da área de colonização em relação às sedes dos municípios, que só se estendia à pequena parte do município afetado pela colonização do INCRA, fora disso a influência era quase que completa da Igreja e seus projetos³².

No final da década de 1980 a crise na região da Transamazônica era evidente: desinteresse do Estado pela colonização, fim do crédito agrícola. A euforia econômica dos anos 1970 desapareceu, o comércio definhou, a cidade de Altamira se esvaziou. As vicinais³³ não tinham sido abertas, a Transamazônica se tornou intrafegável. Estes fatos levaram as lideranças do STR de Santarém a criar em 1987 o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). O movimento transformou uma crise em projeto política. (HÉBETTE, 2004, p. 134).

O MPST criado em 1987 se transformou, em menos de vinte anos, em um dos principais espaços de manifestação dos movimentos organizados na Transamazônica. Passa, assim, a condensar os esforços de cooperativas, associações de pequenos produtores rurais e ONGs com o objetivo de discutir com os órgãos governamentais um projeto diferenciado de desenvolvimento na Transamazônica, principalmente para os municípios na área de influência do pólo Altamira, entre eles o município de Anapu.

As ações do MPST envolverão a participação e atuação em quinze municípios da região da Transamazônica e Xingu: Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Senador José Porfírio e Porto de Moz. Nesses municípios existem STR,

³¹ A FASE foi criada em 1961 por iniciativa de pessoas da Igreja Católica com o objetivo de coordenar ações dirigidas ao problema da miséria e da pobreza segundo uma ótica eminentemente assistencialista. Mais tarde, esta entidade passou a se preocupar com as causas da pobreza e, então, colocou-se o desafio de propor alternativas a um modelo de desenvolvimento, cuja prioridade é o crescimento econômico. Assim a FASE passou a dirigir suas propostas e ações para alternativas de produção que, sobretudo, beneficiassem as chamadas comunidade. Depois de participar da ECO-92, passou a se definir como uma Organização Não-Governamental de perfil sócio-ambiental. (AQUINO, 2003, p. 30).

³² Os Projetos eram “atividades implantadas por meio do trâmite de solicitações de recursos; eram projetos pontuais, de dimensão necessariamente muito localizada ao alcance de uma Igreja sem recursos locais próprios e de grupos de camponeses muito pobres sem outra riqueza do que a força de seus braços: eram um carro, alguns equipamentos de escritório, uma máquina de arroz ou uma casa de farinha chamadas comunitárias, recursos para uma horta ou para o lançamento de um jornalzinho e a divulgação de apostilas, um canteiro de mudas e um experimento de lavouras permanentes.” (HÉBETTE, 2004, p. 125).

³³ “Diz-se particularmente do caminho ou estrada que liga povoações próximas”. (HOLANDA, 1986).

associações, cooperativas, movimentos populares (mulheres, jovens, artistas, estudantes), organizações indígenas e outros ligados diretamente à FVPP.

Relatório do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD), em colaboração com Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Ministério Público do Pará, organizado por Scholz (*et al*, 2004), formulado com o objetivo de analisar as capacidades político-ambientais na Amazônia com base nos conflitos políticos a partir de dois grandes projetos de infra-estrutura: a construção do Complexo Hidroelétrico de Belo Monte e o asfaltamento da Rodovia BR-163; avalia que o MPST constitui-se, ao longo do tempo, numa organização com alta capacidade de articulação e forte potencial de mobilização. Desde sua fundação seu objetivo constitui-se em dar apoio às reivindicações dos agricultores por crédito, assistência técnica e extensão rural, asfaltamento da Transamazônica e de investimento em educação e saúde.

O MPST transformou-se em fórum político importante, capaz de concentrar e articular o potencial de protesto e resistência na Transamazônica. Juntamente com o MPST a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que funciona como pessoa jurídica do MPST, para poder captar projetos financeiros com vista a apoiar o trabalho concreto do MPST.

A FVPP conseguiu recursos do PPG7 para sistematização de experimentos de agricultores como a “roça sem queimar” e recebeu recursos também recursos da Secretaria Estadual de Educação para apoiar escolas com internato (educação de alternância) para filhos e filhas de agricultores na Transamazônica, as Casa Familiar Rural. (SCHOLZ *et al*, 2004, p. 47).

Além das diversas manifestações e reivindicações em que o movimento esteve presente, talvez uma das mais consideráveis tenha sido a experiência de resistência à construção do complexo de barragens de Kararaô e Babaquara, os antecessores do projeto atual de Belo Monte. Em 1991, quatro anos depois de fundação, o MPST levou a Brasília diversos setores da sociedade civil que acamparam na capital, enquanto seus líderes discutiam com Ministros e o Presidente da República os rumos do desenvolvimento na Transamazônica. Segue-se a isso o “Grito da Transamazônica” e os “Gritos do Campo”. Segundo Antonia Melo, entrevistada em 15 de setembro de 2006, o movimento foi muito além da Transamazônica.

Naquele mesmo ano, o MPST realizou um debate em Altamira, como o objetivo de construir o primeiro Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT). O componente ambiental era apresentado como parte do subprojeto que tratava da agricultura, e dentro dos objetivos específicos estava previsto o combate ao preconceito e a

discriminação contra a pequena produção dentro de organismos governamentais, grupos ecológicos e outros setores da sociedade que acusavam de depredadora da natureza. Dessa forma, o movimento trouxe no subprojeto iniciativas de conscientização quanto ao desmatamento, queimadas, pesca predatória e a importância do zoneamento agro-ecológico das propriedades.

As conclusões tiradas do primeiro PGDT enfatizavam a necessidade de se construir iniciativas que tenham como meta o equilíbrio entre o modelo de desenvolvimento e a natureza. Segundo Antônia Melo, representante do FVPP: *“somente com a implantação de um projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica, seria possível permanecer e desenvolver aqui uma nova forma de vida onde o povo e a natureza pudessem viver em harmonia”*.

Em 1994, o MPST³⁴ ensaiou um trabalho de inspiração no Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT) em Marabá, ao assinar um acordo com uma equipe de pesquisadores ligados à UFPA e uma ONG francesa, Groupe de Recherche et d'Échanges Technologiques – GRET. Esta ação resultou na criação do Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET). Em 1995, MPST e LAET elaboram uma proposta conjunta de uma nova colonização favorável a Agricultura Familiar e ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais (HÉBETTE, 2004, p.135).

O objetivo desse convênio, assinado em 31 de agosto de 1993, era desenvolver um trabalho articulado no eixo Pacajá/Rurópolis, visando o desenvolvimento de uma agricultura familiar econômica, ecológica e socialmente sustentável.

No ano 2000, depois de diversas manifestações da sociedade civil da Transamazônica em torno de propostas alternativas de desenvolvimento para região; as questões ambientais voltariam com mais peso na agenda das organizações dos agricultores da Transamazônica. O Plano Avança Brasil³⁵ retomou a necessidade de construir a usina Hidroelétrica de Kararaô, agora denominada de Belo Monte. O debate ganha a imprensa e os palanques. Uma disputa ideológica em torno do modelo de desenvolvimento torna-se o conteúdo de conferências, seminários e atos públicos. Os defensores da construção de Belo

³⁴ A consolidação do MPST dependeu de um conjunto de circunstâncias especiais na reivindicação de créditos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO³⁴, junto ao Banco da Amazônia S/A (BASA). A concepção jurídica atual é uma Fundação que aproveitou o slogan do movimento baseado na trilogia "Viver, Produzir e Preservar".

³⁵ O Plano Plurianual de Investimentos para o período 2000-2003, denominado AVANÇA BRASIL, foi elaborado a partir de diretrizes estratégicas do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, destinadas a consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado e promover o desenvolvimento. Esse Projeto nacional de desenvolvimento muda a forma de viabilizar os investimentos públicos e prevê parcerias entre governo federal, estados, municípios, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas privadas.

Monte enxergam nessa obra um caminho para o desenvolvimento da região, o Governo Federal através da Eletronorte ocupava-se em apressar os procedimentos para viabilizar a construção da hidrelétrica.

5.4 Do MPST ao MDTX: da luta contra a construção de Belo Monte ao desenvolvimento regional

Em 1999, o MPST muda de nome para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). A intenção era manifestar promover o desenvolvimento da região como um todo. Tendo como estratégia a promoção dos potenciais de desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo Melo (15/09/2006), a fundação do MDTX afirmou que um de seus principais objetivos seria impedir a construção da Hidrelétrica de Belo Monte³⁶, pelo menos até as eleições de 2002.

O desenvolvimento da região é pensado pelo MDTX vinculado a uma estratégia de preservação dos recursos naturais e a um projeto político eleitoral. Neste processo insere-se o apoio aos PDSs de Anapu. O MDTX assume assim, reivindicações ecológicas, sociais e políticas em um projeto de luta contra o desmatamento pela pecuária e o cultivo da soja, a exploração ilegal de madeira e a grilagem de terras.

Na atualidade, a discussão acerca da criação da hidrelétrica de Belo Monte é algo que movimenta toda a região da Transamazônica, com opiniões diversas que representam as interpretações sobre as formas de desenvolvimento e a disputa política. No depoimento do presidente da Associação da Indústria Madeireira de Altamira (AIMAT), Lúcio Francisco de Paula Costa, entrevistado em 20 de setembro de 2006, podemos verificar uma das visões sobre o projeto:

Ninguém é louco de querer uma hidrelétrica na região de Belo Monte se esta não for viável, ou seja, se realmente for inundar áreas de reservas indígenas. Por isso, é importante que se faça um estudo de impacto ambiental para que a Hidrelétrica de Belo Monte seja instalada.

Nesse contexto, os mais diversos órgãos da sociedade civil no município de Altamira reconhecem os impactos da construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte. Contudo, as visões sobre o projeto diferem bastante, o que representa os diversos interesses econômicos, sociais, ambientais e políticos envolvidos. Vejamos no quadro abaixo a produção de eletricidade por algumas hidrelétricas e a respectiva área inundada.

³⁶ Ver Anexo 3 – Localização da Hidrelétrica de Belo Monte (Anexos)

Tabela 3: Potência elétrica e áreas inundadas de diferentes hidrelétricas

Hidrelétrica	Área inundada em Km ²	Produção de eletricidade em Megawatt (MW)	MW/Km ²
Balbina (Amazonas)	2380	250	0,11
Tucuruí (Pará)	2430	4000	1,65
Belo Monte (Pará)	400	Cerca de 6000	15,00
Itaipu (Paraná)	1350	13000	9,69

Fonte: www.mabnacional.org Acessado em: 20.11.2006

Apesar de uma maior produção de eletricidade em relação à área inundada no caso da Hidrelétrica de Belo Monte, estima-se que pouco dessa energia ficará na região. Segundo Guilherme Carvalho, técnico do Núcleo Cidadania da FASE – Pará, em entrevista concedida em novembro de 2002³⁷, ao sítio socioambiental, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte trará efeitos nocivos para o Pará, tais como danos sócio-ambientais, concentração urbana dos municípios da região e avanço do desmatamento sobre a floresta. Em sua visão, a usina está inserida num conjunto de obras articuladas para integrar a Amazônia com outras regiões do país e países vizinhos voltados à exportação.

Para o jornalista Lúcio Flávio Pinto, em artigo³⁸ publicado no jornal O Estado de São Paulo de 05/02/2002, a intenção na construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, insere-se em um novo fenômeno presente na Amazônia “A monocultura da água”. Para o jornalista a visão que prevalece para governos e grupos privados é a da utilização da água como alavanca na movimentação de geradores, transformando energia mecânica em energia elétrica.

Em sua entrevista aquele jornalista Pinto, no que diz respeito aos impactos ambientais gerados pela construção de Belo Monte, os rios da Amazônia apresentam dois complicadores naturais. Um deles é sua baixa declividade. Os locais de interesse não oferecem grandes quedas. É preciso criá-las através de represas artificiais, de concreto. A de Tucuruí, no rio Tocantins, tem mais de setenta metros de altura. A de Belo Monte, no Xingu, deverá ter noventa metros. Para serem transpostas pela navegação, essas barragens exigirão as construções das maiores e mais caras eclusas do mundo.

A outra restrição natural dos rios amazônicos, lembra Pinto, é a diferença de vazão entre o verão e o inverno. No rio Xingu, dos 11,2 mil MW que poderá gerar Belo Monte com suas vinte máquinas, só terá 4,6 mil MW de potência firme. Durante quatro meses do ano a casa de máquinas ficará sem atividade. Somente funcionará a plena carga em metade

³⁷ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/ms.asp>, acessado em 15 de janeiro de 2006.

³⁸ Disponível em: http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=13165&tipo=6&cat_id=38&subcat_id=158

do ano. Uma solução para essa redução seria construir mais reservatórios de água a montante (no curso superior) do rio represado. O custo dessa alternativa é inundar mais terra e mais floresta, além de desabrigar mais gente.

Para Antonia Melo (15/09/2006), a construção de Belo Monte não trará benefícios para o desenvolvimento da população da Transamazônica e Xingu. Em sua opinião, Belo monte representa a perda de terras por uma grande quantidade de famílias, aumento das invasões de áreas, saída do povo do campo em busca de empregos gerados pela barragem. Além disso, aumento da pobreza, inchamento das cidades e desestruturação social, ambiental e econômica de família rurais, indígenas e ribeirinhas. Assim, segundo a mesma, não é coerente sacrificar o Xingu com o uso hidrelétrico se sua bacia representa um capital ecológico dos mais importantes do país em seu estado natural, podendo converter outras opções em investimentos, como turismo verde, pesca, lazer entre tantos outros.

O estudo realizado pelo IAD ressalta a importância da participação de grupos da sociedade civil na política ambiental na Amazônia brasileira. Nesse caso interessa aos pesquisadores alemães a análise dos potenciais de cooperação³⁹ entre representantes governamentais defendendo interesses ambientais e de grupos da sociedade civil incluindo os interesses dos atingidos pelos dois projetos. Com isso, as organizações da sociedade civil assumem funções importantes no processo de formação de opinião política e contribuem para o fortalecimento de capacidades ambientais no nível local.

Com base no estudo do IAD, referido acima, a sociedade civil da Transamazônica no caso de Belo Monte apresenta algumas particularidades: 1) os cidadãos usam os direitos de participação para defender os seus direitos e interesses ambientais; 2) uma aliança com o Ministério Público Federal é caracterizada pelos atores locais como muito importante, enquanto o Ministério Público Estadual é classificado como menos importante; 3) o instrumento da ação civil pública é avaliado como especialmente útil; 4) outros instrumentos como a audiência pública no âmbito do EIA/RIMA⁴⁰ são criticados como pouco efetivos e fácil de manipular⁴¹.

Segundo Scholz (2004), visando a constituição de um modelo de desenvolvimento alternativo à construção da barragem de Belo Monte, o MDTX parece ter

³⁹ Cooperação é entendida no Relatório do IAD como: “processo e capacidade dos atores de diferentes setores e unidades administrativas, incluindo os envolvidos, de elaborar estratégias comuns e soluções de problemas adequadas e contribuir com isso para o equilíbrio entre interesses divergentes.” (SCHOLZ et al, 2004, p. 6).

⁴⁰ Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental

⁴¹ Esses fatores podem sofrer algumas alterações tendo em vista o resultado das eleições ocorridas nos meses de outubro e novembro de 2006 no Estado do Pará, que retiraram do poder um grupo político liderado pelo PSDB, que já estava à frente do governo do Estado há doze anos. Esta é a avaliação feita por grande parte dos líderes dos movimentos sociais na Transamazônica.

firmado uma aliança com o Ministério Público Federal que teve como ponto de partida a paralisação do EIA/RIMA e por conseguinte, a construção do Complexo Hidrelétrico.

Depois da mudança de governo federal e a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, o MDTX procurou também o diálogo com o Ministério de Minas e Energias (MME) com o objetivo de convencê-lo a mudar, fundamentalmente, a política e a matriz energética para poder desistir de outras barragens na Amazônia (SCHOLZ, *et al*, 2004).

Isso não impediu, contudo, que no dia nove do mês de julho de 2007 fosse concedida pelo presidente interino do IBAMA, a licença ambiental prévia aos empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico de Santo Antônio (com capacidade estimada de gerar 3.150 megawatts) e Jirau (com capacidade de 3.300 megawatts) - no Rio Madeira, em Rondônia. A medida saiu mesmo depois da contestação do EIA/RIMA por uma equipe independente contratada pelo próprio IBAMA⁴².

A paralisação dos estudos para construção de Belo Monte continua até hoje, isto porque o Ministério Público Federal resolveu sustar na justiça o andamento do processo de licenciamento ambiental da obra. Os fundamentos do processo se alicerçaram no fato de não ter havido licitação, na contratação da FADESP, Fundação de pesquisa da Universidade Federal do Pará, para a realização do EIA-RIMA, baseado no pressuposto de uma notória competência da FADESP.

Além disso, conforme destaca Pinto, na entrevista referida anteriormente, o Ministério Público Federal apontou mais duas faltas cometidas pela Eletronorte. A primeira é que os estudos ecológicos só poderiam ser realizados depois de prévia autorização do congresso nacional, que não foi consultado, e a competência para esse tipo de licenciamento é do órgão ambientalista da União, o IBAMA, e não da Secretaria de Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), aonde o processo vinha tramitando, já que o Xingu banha o território de dois Estados, o Pará e Mato Grosso.

A partir do embargo de Belo Monte, o movimento social, através do MDTX, também passou a preocupar-se com o destino dos milhares de hectares de terras públicas existentes na região conhecida como Terra do Meio no município de Altamira e com a retirada de mogno das terras indígenas. A preocupação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI) e FVPP era com os moradores dessa região, que até então estavam completamente alheios a esse debate. O desafio era mobilizar essas pessoas que deveriam participar nessa tomada de decisão. A partir de então o MDTX definiu como prioridade o

⁴² Disponível em: : <http://www.riomadeiravivo.org>. Acessado em: 05/08/2007

acompanhamento do processo de criação do mosaico da Terra do Meio, a criação da RESEX de Porto de Moz e dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Anapu (Cf. MELO, 15/09/2006).

Nesse sentido, verifica-se que a participação no âmbito da proteção ambiental, constitui-se em uma luta entre dois grupos bastante articulados. O primeiro formado principalmente por comerciantes, fazendeiros e madeireiros locais que reivindicam uma aceleração do crescimento e, por conseguinte do desenvolvimento da região através da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. De outro lado os antigos líderes das CEBs e dos STRs da Transamazônica, agora integrantes do MDTX propõem que a construção de Belo Monte não seja o vetor do desenvolvimento social. Os dois grupos estão presentes na estrutura governamental e ambos utilizam-se da mobilização de diversos setores da sociedade civil para alcançarem seus objetivos.

5.5 A Participação em Anapu

A luta por melhores condições de vida para os herdeiros da colonização dirigida não foi diferente em Anapu. Segundo Ivam Chagas, entrevistado em 03 de março de 2006, diante da intensificação da destruição das florestas, expansão da pecuária e expulsão do pequeno proprietário os movimentos sociais de Anapu decidiram reivindicar dos órgãos governamentais providências. Em meados dos anos 1990 foi oficializado um pedido ao INCRA para implantação de duas RESEXs, com quarenta e cinco lotes de três mil hectártés cada um. Primeira iniciativa para criação dos PDSs e passo importante na consolidação da participação e organização social naquele município.

Percebe-se nesse momento que os movimentos sociais da Transamazônica inserem-se em um contexto histórico-cultural determinado constituindo-se a partir de uma base de reivindicação de direitos que lhes são lesados. Conforme assinala Gonçalves, *“Há um traço comum a esses movimentos: todos emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância”* (2005, p. 18).

Assim, os movimentos sociais da Transamazônica desde sua origem reivindicam condições mínimas de cidadania. A análise dos graus de participação, bem como da criação da ASSEEFA e dos PDSs em Anapu, passa necessariamente pela análise dos problemas gerados com a tese desenvolvimentista dos governos militares.

5.5.1 Origens da ASSEEFA e dos PDSs

A ASSEEFa compartilha sua origem com outros movimentos existentes em Anapu como o Movimento Fraternal de Mulheres Lutadoras do Município de Anapu (MFMLA) e a Associação Pioneira Agrícola Trans-leste (ASPAT). A ASSEEFa, nasce assim da articulação entre líderes religiosos como a irmã Dorothy Stang e sindicais.

Como já vimos, esses movimentos têm sua genealogia marcada pela contestação ao modelo de colonização oficial da Rodovia Transamazônica. Nos anos 1970 o INCRA passará a ter uma menor participação no processo de colonização, ao retirar os incentivos e assistência dados no início do processo de colonização. Para Ivam Chagas, agricultor membro do STR de Anapu e um dos fundadores da ASSEEFa, em trecho da referida entrevista transcrito abaixo:

O INCRA abandonou a região e o povo à própria sorte. Este abandono fez com que a maior parte das famílias mais estruturadas economicamente, que aos poucos chegavam com toda esperança de desenvolvimento e que detinham condições de investir em trabalho, retornassem à suas regiões de origem. Os que ficaram, geralmente os menos capitalizados, continuaram cada vez mais enfrentando problemas e tentando sobreviver em meio a uma região totalmente abandonada, sem a mínima estrutura de sobrevivência. Dos corajosos agricultores que permaneceram, muitos foram deixando suas terras e aglomerando-se nas proximidades dos vilarejos que posteriormente vieram a se tornar municípios.

Somam-se a isso, as péssimas condições da Rodovia Transamazônica, fato que sempre dificultou o escoamento da produção local, principalmente no período de inverno. A somatória dessas questões força os agricultores a cultivarem seus produtos somente para a subsistência da família. As culturas perenes recebem pouco investimento devido às dificuldades enfrentadas no momento do transporte até os mercados.

Além dos problemas já apresentados, com o passar do tempo, aumentava consideravelmente a vinda de famílias para região. Nestas condições, poucas alternativas restavam aos agricultores do lado leste da Transamazônica. Uma solução imediata era investir na criação de gado bovino de forma extensiva. Mesmo aqueles que não dispõem de recursos para iniciarem a criação, investem cada vez mais em pastagens, na perspectiva de vir a se tornar grandes criadores.

Contudo, esta opção demonstrou-se incapaz de atender as necessidades dos pequenos agricultores, pois a renda proveniente da criação de gado acabava por não cobrir os próprios gastos. O resultado desse processo foi sem dúvida o estrangulamento do sistema familiar, restando ao pequeno produtor a alternativa de vender o lote para grandes fazendeiros e levar sua família para fundos das vicinais. (Cf. IVAM, 03/03/2006)

O governo federal terá sua dose de responsabilidade na situação de devastação e no avanço da pecuária na região. Este, através de incentivos fiscais oferecidos aos grandes pecuaristas, viabilizará a vinda de um número cada vez maior de fazendeiros que chegam e encontram condições ideais para seus empreendimentos. Segundo Geraldo Magela, ex-técnico agrícola da ASSEEFA, entrevistado em 2 de julho de 2006:

Esse tipo de atitude, baseada numa mentalidade de exploração imprópria para o contexto da região, vem destruindo nosso meio ambiente. Imensas áreas de 3.000 ha são desmatadas e queimadas todos os anos para a implantação de pastagem [...] esse tipo de atividade, imprópria para o contexto da Amazônia, vem alterando de forma gradativa todo nosso ecossistema. Esta degradação nem ao menos contribuiu para melhorar a vida deste povo. Vemos um povo cada vez mais pobre, e os recursos naturais ainda existentes, que são um grande potencial para a região, ainda são poucos explorados por falta de conhecimentos e condições para que estes possam ser explorados.

Em 1983 (seis anos antes do I Encontro dos Povos Indígenas) um grupo composto por integrantes das CEBs e STR tomam a iniciativa de implementar um projeto resultará na criação da ASSEEFA. Este grupo organizou-se em mutirões e construíram escolas, um centro de formação, implantaram máquinas beneficiadoras de arroz, milho e café, criaram condições para formação de professores e adquiriram um caminhão para transportar mercadorias até Anapu e outras cidades da região. Segundo Maria Guzzo, presidente da ASSEEFA, entrevistada em 4 de março de 2006:

Mesmo tendo uma participação ativa junto aos homens, nós mulheres, sentimos a necessidade de criar nossa própria organização, com o propósito de ocupar melhor, nosso espaço, ajudar outras mulheres a conhecer e conquistar seus direitos, defender os recursos naturais e organizar de forma mais eficiente a renda familiar [...] nossa primeira iniciativa foi criar, através de doações de galinhas, porcos, patos, etc, um fundo que possibilitou o início de um pequeno comércio para revendas, onde eram comercializados produtos de primeira necessidade, que pudessem ajudar na manutenção da família. Paralelo às revendas, iniciou-se um trabalho de resgate dos conhecimentos dos produtos medicinais alternativos, os quais eram diretamente utilizados em substituição dos produtos farmacêuticos.

É nesse contexto que serão criados o MFMLA, em 1985, e a ASPAT em janeiro de 1986. Segundo Ivam Chagas, na mesma entrevista referida anteriormente, o objetivo dos movimentos era buscar alternativas que pudessem melhorar a qualidade de vida da população local e, assim, criar um ambiente favorável para a permanência destas famílias no campo. Para isso, foram criadas revendas⁴³ de pequenos comércios comunitários, nos quais os

⁴³ “Substantivo feminino. Ato de revender; revendação. Verbo Transitivo Direto e Indireto. Tornar a Vender (o que se tinha comprado para negócio)” (HOLANDA, 1986). Os movimentos sociais de Anapu compravam as plantas dos agricultores, beneficiavam e revendiam nos mercados da região.

participantes trabalharam para sistematizar seus conhecimentos acerca das plantas medicinais e utilizá-las no uso familiar. Diz-nos ele:

A partir de 1989, quando tudo parecia estar em perfeito funcionamento, surgiram algumas dificuldades, principalmente em relação à economia do país, como a especulação e a inflação monetária, prejudicando o progresso das vendas. Então decidimos vender o restante das mercadorias existentes, e comprar animais (bovinos) para garantir o capital e futuramente investir em outras iniciativas que melhorassem a renda familiar.

5.5.2 Criação da Unidade de Processamento de Frutas Alyria Prates

Em 1995, as organizações sociais de Anapu pareciam estar mais bem consolidadas. A partir daí o movimento social decidiu investir num plano mais audacioso. Buscava-se então, resgatar e socializar os conhecimentos de culinária, na produção de doces, compotas, licores, polpas de frutas adquiridos com a experiência do MFMLA e da ASPAT. Segundo o entrevistado Ivam Chagas (03/03/2006):

Esta idéia, aos poucos foi ganhando espaço nas assembléias, reuniões e alastrando-se em meio às famílias e chegamos à conclusão de que, não mais deveria ser uma indústria tão pequena que absorvesse apenas a produção de frutas do grupo de mulheres, mas que pudesse abranger os produtores familiares de todo município na compra da matéria prima [...] decidimos então, ampliar o projeto de uma mini indústria, para uma Unidade de Processamento de Frutas – UPF chamada Alyria Prates. Por esse motivo, e diante da dificuldade para se comunicar e a distância entre as coordenadoras do MFMLA, surgiu a necessidade da existência de um grupo técnico capaz, disposto e mais próximo para executar e administrar a UPF.

A articulação com a Igreja Católica e com os demais movimentos sociais da Transamazônica, em especial o MPST, propiciará ao projeto o apoio e colaboração de diversas organizações internacionais e instituições governamentais, tais como: Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KfW (Banco para a reconstrução, Alemanha), MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, Agência de Coordenação da Igreja Católica Holandesa – CORDAID, United States Agency for International Development – USAID, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, Conselho Nacional de Seringueiros – CNS, Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA, UFPA, Conrad N. Hilton Fund Sisters, Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM e Irmãs de Notre Dame de Namur. Os respectivos apoios permitiram a sociedade civil organizada de Anapu a implantação de uma Unidade de Processamento de Frutas (UPF) e pensar uma proposta unificada de criação de projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu.

Em 1993, os movimentos sociais de Anapu iniciaram a elaboração de um projeto para a construção de uma mini usina hidroelétrica. Com o apoio do Departamento de Mecânica da UFPA, o projeto visava suprir, pelo menos em parte, as necessidades de energia da agroindústria dos pequenos agricultores de Anapu. Desta forma, com a redução dos custos de produção puderam pagar mais pelo produto aos produtores. O projeto conseguiu em 1997-98 o apoio financeiro do CNPq para a realização da compra da turbina da mini-hidrelétrica.

Figura 2 – UPF Alyria Prates e sede da ASSEEFA no Km 120 da Transamazônica.



Fonte: pesquisa de campo 2006.

Em julho de 2002, iniciaram-se as atividades na UPF. A fábrica incluía uma linha de produção de frutas desidratadas com emprego direto para 12 pessoas, produzindo diariamente 250 quilos de Farinha de Banana, produzidos basicamente por colonos assentados nas áreas dos PDSs. A comercialização da produção seria facilitada através de convênios firmados com a cooperativa POEMACOOOP, Prefeituras Municipais com a distribuição de merenda escolar para Creches e Escolas e Supermercados da região. Nesse sentido, diz-nos Ivam Chagas (03/03/ 2006):

Encontramos várias dificuldades na execução desse projeto desde a construção até a comercialização, mas sempre fomos otimistas, pois o produto está sendo bem aceito nos mercados testados, pois é um alimento 100% natural, muito nutritivo e saboroso. Brevemente estaremos produzindo e comercializando polpa de açaí, graviola e outras. Assim continuemos dispostos, aperfeiçoando cada vês mais nosso trabalho, para conquistarmos melhor qualidade de vida das famílias conservando nossos recursos naturais para futuras gerações.

Com o passar do tempo, outras necessidades foram surgindo. Isto obrigou o movimento a procurar novos caminhos para concretizar seu objetivo principal que era garantir a permanência das famílias nas terras. É nesse contexto que se insere o debate sobre a criação dos PDSs de Anapu, o qual trataremos no capítulo seguinte.

6. ASSEEFA E PDSs: REPRESENTAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO NA TRASAMAZÔNICA

Nesta parte da dissertação discuto os graus de participação através da implementação de alternativas de desenvolvimento na Transamazônica. Analiso ainda, a visões de representantes de instituições governamentais e movimentos sociais sobre a ASSEEFA e os PDSs Virola-Jatobá e Esperança⁴⁴. Os projetos inserem-se em uma nova modalidade de assentamento rural proposto pela sociedade civil e implementados pelo INCRA, através da portaria N° 477/99.

Como toda experiência pioneira, os PDSs de Anapu guardam seus problemas. Alguns deles relacionados à demora dos órgãos governamentais na regularização dos PDSs e, talvez o mais importante, a clareza por parte dos próprios assentados do que venha a ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Os projetos são, com certeza, uma alternativa aos tradicionais assentamentos realizados na Transamazônica por meio da colonização dirigida, contudo, quais os graus de participação da sociedade civil na elaboração dessa modalidade de assentamento?

Nesse sentido, minha intenção nesse capítulo é levantar o debate sobre participação social e, assim, compreender as potencialidades e dificuldades dos PDSs de Anapu. Para isso, utilizo como referência documentos e entrevistas com membros da sociedade civil ASSEEFA, MDTX e AIMAT e instituições governamentais IBAMA e INCRA, como forma de verificar a diversas visões sobre participação e desenvolvimento na região.

6.1 Criação dos PDSs de Anapu

Os movimentos sociais de Anapu apresentaram ao INCRA, em 1994, a primeira proposta de criação de duas reservas uma de cada lado da Transamazônica. Estes projetos seriam o resultado do acúmulo de experiências na criação e industrialização de frutas pela UPF e foi um dos caminhos encontrados, segundo a ASSEEFA, para garantir a permanência no campo e a conservação do meio ambiente.

De acordo com Giovany Guzzo, entrevistado em 4 de março de 2006, três anos depois da apresentação da proposta ao INCRA, a FETAGRI e o CNS, em assembléia

⁴⁴ Ver Anexos 5 e 6.

realizada em Anapu, sugeriram a possibilidade de criar unidades de conservação (RESEX) ou a modalidade de assentamento PDS.

Através de discussões em seminários com participação do INCRA, IBAMA, CNS, e CPT e levando em consideração a existência de famílias nestas áreas, os movimentos sociais optaram pela criação de um novo modelo de assentamento denominado PDS. A proposta incluía vinte quatro lotes de três mil hectares na Gleba Belo Monte e vinte e um também de três mil hectares na Gleba Bacajá totalizando quarenta e cinco lotes destinados à agricultura familiar nos PDSs.

Durante o processo de solicitação dos movimentos sociais da área destinada aos PDSs, um grupo de 12 famílias de agricultores ocupou a gleba 124. Esse episódio ocorreu em 28 de maio de 1998, resultando em conflitos e ameaças de expulsão por fazendeiros. Ainda assim, essas famílias resistiram e se estabeleceram no local. Das doze famílias somente duas saíram da área para outro lugar, os demais moradores até hoje ainda residem na gleba Belo Monte. (IVAM, 03/03/2006).

Apesar das dificuldades encontradas por essas famílias, convém destacar a demonstração de que seria possível a luta pela terra naquela localidade. Em 1999, os movimentos sociais de Anapu iniciam a discussão da implantação dos PDSs, os moradores que já ocupavam a área desde 1998 se contrapuseram. Estes não aceitavam o PDS no formato que estava sendo proposto. Segundo Gabriel Jaime, entrevistado em 03 março de 2006, presidente da associação dos moradores do PDS Esperança:

Os moradores se organizaram de maneira que não aceitavam as imposições feitas pelo projeto, já que eles, as doze famílias, reivindicaram e entraram na terra por conta própria, não queriam se submeter a regimento nenhum de exploração, ainda mais que já possuíam uma licença de desmatamento para a implantação de pequenas áreas de roçado. Inclusive a contraposição foi feita mediante ao envio de uma carta assinada pelos moradores da gleba ao INCRA, esclarecendo o posicionamento desses moradores.

Após inúmeras discussões, os moradores resolveram apoiar a implantação do PDS, contribuindo na construção da Vila que abrigava os agricultores na busca de novas áreas para produzir. Surge assim, a Vila Esperança.

Em função das constantes ameaças de conflitos na área, muitos agricultores desistiam de aguardar a discussão judicial e preferiam não arriscar permanecer na localidade. Estes relatam que o perigo era tanto que algumas vezes tinham que vigiar durante o turno da noite para não serem atacados por pistoleiros contratados por fazendeiros.

Em 2001, o MFMLA, através do CNS, conseguiu junto ao Projeto Amazônia Solidária do Ministério do Meio Ambiente, o apoio financeiro para a realização, em pequena

escala, de um PDS. Esta nova modalidade, com características diferentes dos projetos de assentamentos tradicionais apresenta como objetivos principais à preservação ambiental e a geração de renda a partir da exploração racional dos recursos naturais⁴⁵.

A experiência acumulada desses movimentos de Anapu credenciou-os junto aos órgãos governamentais e aos demais movimentos sociais na proposição dos PDSs. Surge daí um movimento em favor da permanência e viabilidade da agricultura familiar, no sentido de desenvolver uma agricultura mais satisfatória em relação aos aspectos ecológicos e econômicos.

Esta idéia leva em consideração que a agricultura familiar responde a estímulos, ou seja, o seu funcionamento depende de certas condições, realidades e se apresenta de acordo com uma lógica pré-estabelecida no núcleo familiar, com o intuito de melhor responder às dificuldades e problemas percebidos (LAMARCHE, 1993).

Vale ressaltar que a implantação de assentamentos rurais, no caso do Brasil, responde às demandas da população rural. Os assentamentos são, prioritariamente, uma resposta no sentido de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, existentes em diferentes regiões do país. A conquista da terra no Brasil explica o fato dos seus ocupantes não terem disponibilidades de infra-estrutura social necessária – saúde, educação, transporte, moradia, terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial. Isto significaria uma nova luta pela terra e pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento dos trabalhadores rurais na Transamazônica.

Nesse contexto, o governo federal, a partir de 1999, promove a criação de uma nova modalidade de reforma agrária, que em sua formulação expressa o interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, o PDS. (MDA/INCRA/ portaria N° 477/99).

O PDS parte justamente da necessidade de se atribuir alternativas aos convencionais projetos de assentamento implantados pelo Governo Federal a partir da década de 1970, localizando os assentados, populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, adequado às especificidades da Amazônia e as demandas de suas populações.

⁴⁵ Os Projetos de Desenvolvimentos Sustentáveis surgem no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, difundindo-se para inúmeros outros países. Os PDSs virola-jatobá rurais, poderiam então, ser definidos como criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Respeitando e reconhecendo a importância da biodiversidade da floresta de maneira a minimizar o impacto ambiental nas áreas de PDS.

Soma-se às reivindicações iniciais por melhores condições de vida e permanência na terra, a demanda ambiental. Os PDSs passam a ser visto pelos movimentos sociais de Anapu como uma alternativa que poderia conciliar a melhoria de vida dos assentados com a preservação dos recursos naturais, bem como uma forma das impulsionar lideranças locais a participar de projetos sociais e políticos maiores.

As áreas dos PDSs Virola-Jatobá e Esperança somadas atingem sessenta e dois mil duzentos e noventa (62.290.000) hectares, historicamente têm sido alvo de discussão. Isso por terem sido demarcadas na década de 1970, período da colonização dirigida, por fazendeiros que subutilizaram a terra com a implantação de pastagem. Os movimentos sociais de Anapu, partindo desse fato, começam a reivindicar a área para proporcionar a implantação dos PDSs.

As famílias assentadas nos PDSs devem permanecer na área sem direito de negociar os lotes e utilizar os recursos naturais sem degradar o meio ambiente. Para isso, teriam o acompanhamento de técnicos agrícolas destinados a estimular práticas alternativas de agricultura.

O próprio INCRA escolheu esta área como uma região prioritária para a implementação de um projeto piloto. Em maio de 2001, foi formalizada, perante o IBAMA, a criação da Reserva Extrativista Bacajá, com cerca de 80.000 hectares. Em agosto do mesmo ano foi realizado o levantamento sócio-econômico e biológico, que foi favorável a criação de uma Reserva Extrativista – RESEX.

Após inúmeras reivindicações para que o projeto fosse implantado, finalmente em maio de 2003, foi realizada uma ação conjunta do INCRA, IBAMA, Polícia Federal, com a finalidade de cadastrar as famílias assentadas e pretendentes, retirar os madeireiros e fazendeiros ilegais e retomar a posse das áreas, já revertidas judicialmente para o INCRA e destinada aos dois PDSs.

6.2 PDSs de Anapu: uma alternativa de desenvolvimento e participação?

Minha intenção nessa dissertação é tão somente analisar os graus de participação da sociedade civil na construção dos PDSs, bem como verificar as visões sobre essa experiência. Não temos a intenção de discutir a participação dos maiores interessados nesse processo que são os próprios assentados. Isto demandaria uma outra pesquisa onde o

foco principal fosse o grau de participação dos assentados na elaboração e gestão dos bens e serviços produzidos por esta nova modalidade de assentamento.

Em função disso, tomo como referência para discussão das condições de participação nos PDSs Virola-Jatobá e Esperança diagnóstico realizado pelo INCRA/FVPP e entrevistas com representantes da ASSEEFPA, INCRA, AIMAT e IBAMA.

No PDS Virola-Jatobá percebe-se a existência dois distintos grupos de agricultores: os moradores da gleba 124, já assentados desde 1998, quando ocupam espontaneamente a área, já possuem infra-estrutura nas unidades produtivas; e um segundo grupo, bem maior e mais recente, que está na localidade desde meados de 2002.

Segundo Bruno Kempner, chefe do INCRA em Altamira, entrevistado em 19 de setembro de 2006, o número de indivíduos à espera de terra é elevado. Estes não pretendem retornar aos locais de origem e se organizam para ocupar terras que ainda estão sendo discutidas na justiça. Esse fato promove uma situação de constante tensão, pois os fazendeiros também se organizam e colocam na área vigias para contrapor a ação dos agricultores que querem terra. Isto transforma a região num cenário em que a qualquer momento pode ocorrer um conflito armado entre os vigias dos fazendeiros e os agricultores.

As áreas decretadas dos PDSs correspondem às glebas de fundo do travessão nos quilômetros 120 e 115. Uma área de difícil acesso e pouco povoada, sendo freqüente a exploração madeireira clandestina por empresas que retiram a madeira através do Rio Anapu e transportam até o município de Porto de Moz.

No começo de 2006, quando realizei minha pesquisa, essa área, atualmente demarcada, estava sob o domínio de fazendeiros que dizem ser proprietários das terras. Além de estarem extraindo madeira em grande quantidade, implantaram algumas áreas pastagem. Os fazendeiros não permitem a permanência dos pequenos agricultores nessa área. Isto acarreta reações dos pequenos agricultores que invadem as terras que por lei já foram decretadas áreas de PDS.

No diagnóstico realizado pelo INCRA/FVPP no ano de 2003 no PDS Virola-Jatobá, verificou-se que mais recentemente os agricultores ocuparam as glebas mais próximas da rodovia. Os fazendeiros reagiram e reivindicam na justiça a posse da área, já que a mesma ainda não foi decretada PDS. Assim, a situação é de um lado fazendeiros em áreas já demarcadas PDS e agricultores em áreas ainda em disputa judicial para ser decretado PDS.

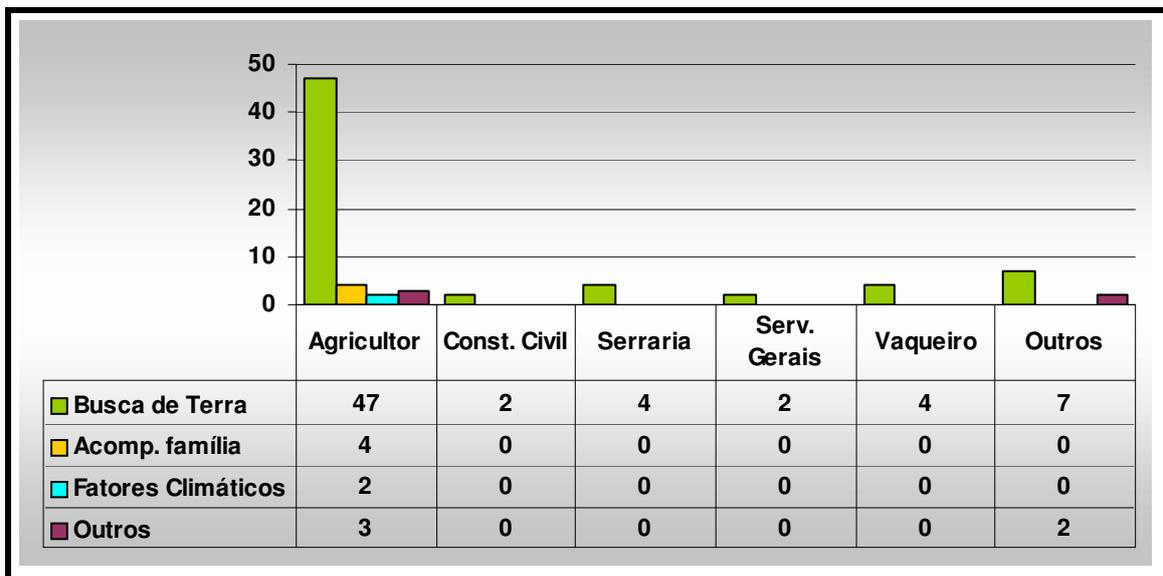
6.2.1 Das condições de vida e trabalho dos agricultores

Percebeu-se durante as entrevistas que alguns assentados não tem clareza do que realmente seja um PDS e que ocupam a terra por necessidade e estímulo de conhecidos. Mesmo sem conhecer o significado das ações e dos objetivos dos PDSs essas pessoas e famílias permanecem na área por necessidade. Afirma, por exemplo, Gabriel Jaime, entrevistado em 2006: “Temos dificuldades de compreender o que é desenvolvimento sustentável”.

Nos meses de outubro e novembro de 2004 foram realizados diagnósticos nos PDSs virola-jatobá e Esperança. Os diagnósticos resultam do convênio, de nº 11.000, estabelecido entre Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), tiveram como objetivo apresentar a realidade da dinâmica agrícola nos PDSs Virola-Jatobá e Esperança das áreas de Reforma Agrária, Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

Tais diagnósticos objetivaram ainda, a elaboração do plano de desenvolvimento, que viabilize a utilização dos recursos naturais e proporcione a diminuição da degradação ambiental e um retorno satisfatório para as pessoas que pretendem permanecer com a reprodutibilidade familiar nos PDS. (DIAGNÓSTICO, 2004). Tive acesso apenas ao diagnóstico realizado no PDS Virola-Jatobá, os dados que apresento na tabela a seguir são resultado desse diagnóstico.

Figura 3 – Gráfico da Atividade desenvolvida antes de ir para o PDS Virola-Jatobá e o motivo da mudança



Fonte: Diagnóstico INCRA/FVPP (2004)

O gráfico demonstra que grande parte dos moradores do PDS Virola-Jatobá é oriunda de outras regiões e que a falta de terra e a pressão por parte dos grandes fazendeiros são os principais motivos da migração.

Segundo dados do diagnóstico INCRA/FVPP (2004), cerca de 85 por cento dos componentes das famílias dos PDS Virola-Jatobá estão na faixa etária de trabalho no roçado, o restante está distribuído em idosos com um por cento e jovens até dezesseis anos, que contribui parcialmente (em função da escola) no roçado, estes somam um percentual aproximado de 14% da amostragem.

Durante os dias 03 a 05 do mês de março de 2006, quando realizei entrevistas com lideranças da ASSEEFPA e dos PDSs, constatei as condições, já apresentadas no Diagnóstico do INCRA. Pude perceber, então que as condições de moradia da agrovila e dos lotes são precárias, sendo grande parte constituída por barracos com estrutura de madeira e cobertura de palha, nestes barracos também funcionam as escolas. Um dos motivos relatados pelos membros da ASSEEFPA para justificar as condições de habitação nos PDSs é o pouco recurso disponível, uma vez que não houve liberação de crédito destinado a esse fim.

Figura 4 – Escola da Vila Esperança PDS Virola-Jatobá.



Fonte: Diagnóstico INCRA/FVPP (2004)

A saúde, como se pode observar nas imagens registradas na figura 10, e o saneamento mostram-se como principais problemas a serem enfrentados pelos moradores do PDS Virola-Jatobá. Não há agentes comunitários de saúde. No PDS Virola-Jatobá o Posto de

Saúde mais próximo fica localizado a vinte e dois quilômetros da Agrovila Esperança, no Km 120 e até então não havia sido inaugurado. Isto torna quase impossível a realização da saúde preventiva e acompanhamento pré-natal das gestantes.

A água consumida no PDS não recebe tratamento nenhum, sendo na maioria das vezes oriunda de poços cavados pelos agricultores. Não existem fossas sépticas e a falta de água encanada dificulta os hábitos de higiene, o que contribui para o aparecimento de doenças tais como: infecções intestinais, furúnculos, verminoses e micoses. A explicação apresentada é a oposição explícita do Prefeito e da maioria dos vereadores de Anapu aos PDSs. (DIAGNÓSTICO, 2004).

A educação formal nos PDSs é realizada por poucas escolas que, funcionam em regime multi-seriado, ou seja, estudam em uma mesma sala alunos de primeira à quarta série do ensino fundamental. Além de não atenderem toda demanda, as escolas não possuem infra-estrutura adequada, funcionando em barracos de tábuas e em espaços improvisados de barracos de palhas. Não existem carteiras suficientes, sendo necessário o uso de bancos confeccionados pelos colonos. Em cada escola leciona apenas um professor ficando o salário desses e o fornecimento de merenda escolar a cargo da Prefeitura Municipal de Anapu.

O acesso ao crédito é outro aspecto ressaltado pelos agricultores como importante. Muitos inclusive questionam quando vão ter acesso a crédito, pois acreditam que só assim, poderão continuar no PDS. Já que não possuem estrutura suficiente para produzir a ponto de estabelecer uma cadeia de comercialização que de suporte para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Os assentados ainda esperam do INCRA as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPF), o que prejudica ainda mais a situação nos PDSs. Enquanto isso, os trabalhadores ficam submetidos às práticas da madeireira Di Tentro. Em julho de 2006, representantes dessa madeireira de propriedade do senhor Avelino de Déa, associação do PDS Esperança e INCRA participaram de uma reunião com o objetivo de oficializar uma proposta de parceria para a extração de madeira nas áreas dos PDS⁴⁶. Na proposta, a madeireira ficava encarregada de abrir todas as estradas necessárias dentro do projeto bem como a manutenção das mesmas, construção de uma vila com abertura de ruas instalações de poste e rede de distribuição de energia, construção de escola, posto de saúde e incentivo a agricultura permanente.

Percebe-se em ações como esta a precariedade das condições de vida nos PDSs. A necessidade de uma maior assistência do Estado, com regularização das áreas

⁴⁶ Proposta e ata da reunião em anexo.

destinadas aos PDSs e a falta de uma orientação para uma exploração sustentável dos recursos naturais leva muitos assentados a desistirem e abandonarem seus lotes. Os PDSs que em tese resultam da participação de agricultores e sociedade civil de Anapu e Transamazônica acabam em alguns momentos a favorecer o que Navarro (2001) caracteriza com antidesenvolvimento rural.

Segundo o procurador da República no município de Altamira, Marco Antônio Delfino de Almeida, em artigo publicado no sítio Terra de Direitos⁴⁷ há uma diferença entre assentados e beneficiados da reforma agrária. Os beneficiados têm efetivamente os direitos garantidos pela reforma e os assentados são aquelas pessoas que estão no lote, mas não conseguem produzir, não transformam a realidade social e não conseguem ter uma vida digna no campo. "As pessoas do Esperança estão apenas formalmente assentados"

Percebe-se que a realidade de vida nos PDSs apresenta diversos problemas. Alguns de ordem primária, típicos de um contexto de frente pioneira. Este fato, além de referendar o hipótese de uma incipiente participação dos assentados nas cadeias de comando e gestão dos PDSs, demonstra também que a necessidade de tais políticas serem previa e amplamente discutidas pelo conjunto de atores envolvidos.

6.2.2 Das organizações políticas no município de Anapu

A organização social é algo que aos pouco vem se estabelecendo, no interior dos PDSs em Anapu. Pode-se destacar duas associações a Associação do PDS Esperança Associação PDS Virola-Jatobá, a mais recente. Estas têm basicamente a responsabilidade de organizar e acompanhar os moradores em suas áreas, discutindo acerca das dificuldades presentes.

A organização social dentro dos projetos, através das associações de moradores, ainda não desenvolve suas atividades de modo representativo, mas conta com o apoio direto das organizações do município, como o STR de Anapu, em ações dos moradores do projeto e a ASSEEFa que hoje presta apoio técnico nas áreas.

Segundo dados do Diagnóstico INCRA/FVPP (2004), dentre os agricultores que estão no PDS Virola-Jatobá menos da metade, aproximadamente 45%, são associados às associação do PDS, que legalmente representa os moradores em quaisquer circunstâncias. De

⁴⁷ Disponível em:

http://www.terradedireitos.org.br/index.php?pg=conteudo&tema=5&conteudo_id=512&tipo=1. Em: 30/05/2007.

modo geral, percebe-se ainda a falta de subsídio organizacional consistente para as comunidades dos PDSs, destacando as constantes discussões e embates em relação à posse da terra e os direitos de agricultores que necessitam de uma representação à altura de seus opositores (fazendeiros/madeiros).

6.2.3 Dos conflitos nos PDSs

Nos PDSs de Anapu percebemos que, além do conflito imediato com fazendeiros e madeiros e da falta de infra-estrutura nos lotes, os agricultores se deparam com um problema recorrente nas formas primeiras de participação em associações e organizações sindicais. Isto inviabiliza qualquer processo de participação social.

Além disso, faz-se necessário a consciência do uso mais racional dos bens comuns e, dessa forma, potencializar uma alternativa mais viável para os problemas enfrentados pelas famílias nos PDSs. Isto é importante, pois num primeiro momento, possibilitaria a efetivação do processo participativo e organizacional, à medida que deixa claro aos membros da comunidade que os bens produzidos (sociais ou materiais) estão sendo usufruídos por todos.

Nesse sentido, é relevante o estudo que Royer (1998) apresenta sobre alguns casos de ações coletivas, realizadas por moradores de comunidades ribeirinhas do município de Gurupá, pela preservação, não só da pesca, como da floresta. Royer (1998) explica que decisões conjuntas também foram postas em prática pelos moradores das comunidades de Axicara e Maria Ribeira, a partir de 1998, quando ocorreu conflito entre os pescadores e o controle da fauna estabelecido mediante a limitação, por família, dos equipamentos de pesca.

As comunidades, segundo Royer (1998), têm atingido resultados positivos, em alguns casos com a melhoria das condições econômicas e sociais de alguns moradores. Na compreensão do autor, o sucesso de tais decisões depende de três condições: “solidariedade coletiva, resultante das relações de parentesco, real ou simbólica, a organização nascida no campo religioso” (1998, p.1).

Seja qual for a forma de organizacional encontrada pelas famílias dos PDSs de Anapu, compreendo que a origem dessas está diretamente condicionada à participação apenas dos líderes de movimentos sociais locais. A participação dos assentados parece estar muito distantes até mesmo das informações sobre os projetos e as intenções dos membros da ASSEEFA, na discussão sobre qual o desenvolvimento pretende-se para aquela região.

6.3 Visões sobre a ASSEEFa e os PDSs

As visões sobre a ASSEEFa e os PDSs de Anapu expressam bem as contradições e problemas enfrentados pelos assentados para efetivação da participação social. Nas entrevistas realizadas em Anapu e Altamira podemos perceber que existem ainda muitas dúvidas sobre os projetos e sobre os rumos que estes irão tomar diante dos constantes conflitos e das ameaças e assassinatos de líderes sindicais e religiosos, como o da Freira Dorothy Stang, ocorrido em fevereiro de 2005.

Segundo o padre José Amaro, coordenador da CPT em Anapu, entrevistado, em 5 de março de 2006:

O PDS surgiu do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), idealizado pela irmã Dorothy e pelos movimentos sociais. Foi um projeto necessário porque os assentamentos não estavam dando resultados, os lotes eram vendidos e viravam pastos. O grupo de fazendeiros e madeireiros que se opunham ao projeto tentou colocar os trabalhadores e trabalhadoras contra, mas o pessoal que está dentro o aceita. Por ser bom e tão ameaçador para os grandes é que tiraram a vida da Dorothy.

Em fevereiro de 2006 participei como observador de reunião na sede do STR de Anapu. Estavam presentes ASSEEFa, Associação dos moradores do PDS Esperança e STR. Nessa reunião o principal ponto de pauta era encontrar formas de agilizar a consolidação dos PDSs. Segundo Giovany Guzzo, representante da ASSEEFa, já referido anteriormente:

Nos PDSs Virola-Jatobá e Esperança iniciamos um projeto em parceria com PROMANEJO para manejo florestal sustentável nas áreas dos PDS. Este projeto não é apenas importante para a exploração sustentável dos recursos naturais nas áreas, mas permite a viabilização dos PDS e uma alternativa clara de desenvolvimento para a cidade de Anapu

Para Gabriel Nascimento, vice-presidente do STR Anapu, em entrevista também já referida anteriormente, os PDSs significam uma grande conquista para a população de Anapu e da Transamazônica, nos PDSs:

[...] o solo é preservado, sendo utilizado pequena parte do mesmo para a sobrevivência imediata das famílias assentadas com culturas tradicionais. Grande parte é destinada à preservação da natureza. O ganho a médio e longo prazo é tirado das riquezas que a própria floresta oferece, como a comercialização de óleos de copaíba, andiroba e castanha-do-pará, plantação de cacau, pupunha e pimenta-do-reino, criação de peixe, comercialização de polpa de açaí entre outras. Da forma como o solo é utilizado, não há o comprometimento do ecossistema, posto que o solo não é exaurido, se renovando a partir da exploração feita de forma sustentável e responsável. Já para os agricultores, é a ÚNICA possibilidade dos mesmos serem os donos da terra, propiciando para as futuras gerações não somente uma vida digna, mas a floresta para todos nós. Os opositores desse modelo querem manter a exploração desordenada e predatória, se aproveitando da miséria e da falta

de apoio dos Poderes Públicos aos agricultores, para enriquecerem as custas da devastação do nosso maior patrimônio ecológico

Um fator deve ser destacado no que se refere à problemática enfrentada pelos agricultores dos PDSs de Anapu: os conflitos, ameaças e assassinatos nas áreas dos PDSs têm chamado a atenção da opinião pública nacional e internacional. Isto se refletiu em ações mais efetivas por parte do Estado no sentido de solucionar, pelo menos em parte, os problemas na região. Nesse sentido, é cada vez maior a presença de instituições governamentais no município de Altamira, Polícia Federal, Ministério Público Federal e o IBAMA, que anteriormente era apenas um escritório vinculado à gerência de Santarém, hoje conta com uma agência com sede no município de Altamira.

Figura 5 – Reunião na sede do STR de Anapu



Fonte: pesquisa de campo 2006.

Na foto à esquerda Luis Sena, Presidente do STR de Anapu; ao fundo Gyovani Guzzo, representante da ASSEefa e de costas Gabriel Domingos, vice-presidente do STR de Anapu. Logo após manifestação, ocorrida em setembro de 2006, em que agricultores dos PDS fecharam por uma semana a rodovia Transamazônica próximo ao município de Anapu, consegui entrevista com o gerente do IBAMA em Altamira, Roberto Scarpari, que foi a pessoa encarregada de fazer a mediação com os agricultores para que a rodovia fosse desobstruída. Para ele os problemas enfrentados pelos assentados dos PDSs devem ser

entendidos no contexto de ocupação da região Amazônica. Em 21 de setembro de 2006, ele afirma:

[...] é necessário compreender os problemas atuais com resultado da ocupação do espaço na Amazônia, tanto a ocupação anterior aos militares com o ciclo da borracha, que resulta de questões econômicas como a divisão internacional do trabalho, fato que vai marcar bastante a ocupação da região. A fase militar a partir da década de 1970 vai ser uma ocupação realizada a toque de caixa, sem considerar o meio ambiente. Disso resultam políticas públicas, como é o caso da SUDAM. Essas ações do Estado darão base para um parcelamento do poder. [...] existem pessoas oportunistas que vêm para região com o objetivo de se dar bem [...] para se manter a biodiversidade é um contra-senso encher de gente a região, pois assim colocaríamos em risco o bioma, o impacto imediato é a queda na biodiversidade. Algumas pessoas pensam que desenvolvimento é cem por cento pasto, ou cem por cento grão. O desenvolvimento da Amazônia não pode ser feito nos moldes do que foi feito no sul e centro-oeste. Tem que haver um planejamento, para se ter uma perspectiva do que se vai colher amanhã.

Segundo Scarpari, na mesma entrevista, sua gestão, a relação do IBAMA com a ASSEFA não foi muito boa:

Ocorreu alguns problemas com os projetos de desmatamento nos PDSs, os assentados já têm uma consciência que não se deve mais queimar, contudo esta prática é mais barata. Há ainda muita falta de informação, as pessoas não compreendem que estão inseridas em uma sociedade, não procuram uma negociação para poderem viver nos PDSs e que há necessidade de preservar [...] converso constantemente com madeireiros e falo da necessidade de se manter a reserva legal. Nos PDSs ainda é muito forte o interesse pessoal que se sobrepõem aos coletivos. [...] se o diabo mandar dinheiro para conservação ambiental temos que negociar. Sobre as ONGs na Amazônia, é interessante que se saiba quem as mantém. Estas têm que ser transparentes, mostrar para a população em qual área e como atuam, tem que ficar tudo às claras. Sobre o último protesto realizado pelos colonos dos PDSs na região da Transamazônica, havia interesses diferentes em jogo e não se tinham claro quais as prioridades. O fato dos assentados desmatarem nas áreas dos PDSs não é legal, mas é legítima, afinal qual o argumento utilizaremos para convencer um colono que não deve derrubar ou queimar se aquela é a única alternativa para conseguirem sobreviver. Contudo, aos poucos essa tomada de consciência está sendo conseguida. Os PDSs são o caminho, os colonos precisam, no entanto, saber ponderar entre a melhor alternativa para ele: 1) A pecuária vai dar desenvolvimento para vocês? 2) Tem condições de gerar renda com a criação de gado? 3) Não seria melhor se aprimorar as técnicas de manejo e assim conseguir renda para se manter?

A opinião do gerente do IBAMA em Altamira expressa a importância de projetos como os PDSs de Anapu para a Transamazônica. Contudo, está evidente a necessidade de uma maior consciência por parte dos assentados, da importância da utilização sustentável da área ocupada. Esta tarefa, no entanto, parece não ser de fácil solução, pelo menos em curto prazo. Os PDSs não são um fim em si mesmo, e não encerram o processo de

participação da sociedade civil. Evidencia-se a necessidade de uma maior assistência por parte dos órgãos governamentais como o INCRA e o próprio IBAMA.

Figura 6 – Sede do IBAMA em Altamira



Fonte: Pesquisa de campo 2006.

As opiniões sobre os PDSs nem sempre são favoráveis. Para o presidente da Associação da Indústria Madeireira de Altamira – AIMAT, Lúcio Francisco de Paula Costa a criação dos PDSs significa:

A criação de favelas rurais, pois os assentados ficam isolados, sem nenhuma estrutura para produzir ou escoar a produção, principalmente no período do inverno. Para ele, é um exemplo claro de trabalho escravo, pura demagogia. Enquanto isso, os setores produtivos, representados pelo setor madeireiro, passam por dificuldades, pois não consegue matéria prima (madeira) para suas atividades, em função de uma legislação ambiental extremamente rígida, que proíbe a extração de madeira por empresas, mas não tem nenhum controle sobre a retirada de madeira dos colonos nos projetos como os PDSs, ou PA convencionais [...] é uma mentira que o madeireiro é quem desmata, um madeireiro extrai seis espécies de madeira, em um universo de mais de oitenta espécies existentes em uma floresta, como ele pode ser responsabilizado pelo desmatamento?

Segundo o presidente da AIMAT, em entrevista, há uma conivência dos órgãos governamentais quando se refere à extração de madeira nas áreas de assentamento. Para Lúcio Costa, o que falta é investimento e incentivos ao reflorestamento, coisa que pode ser feito pelo setor madeireiro:

O fazendeiro deveria fazer o reflorestamento e assim, promover o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego. [...] ninguém é louco

de querer uma hidrelétrica na região de Belo Monte se esta não for viável, ou seja, se realmente for inundar áreas de reservas indígenas. Por isso, é importante que se faça um estudo de impacto ambiental para que a Hidrelétrica de Belo Monte seja instalada. [...] na minha opinião é um erro o Programa Safra Legal, prova disso, é o envolvimento dos idealizadores desse projeto em acusações de biopirataria. [...] temos que ter bem claro quem está por trás do financiamento das ONG e quais os interesses do PPG7 só assim saberemos como são aplicados os recursos [...] as ONGs mais atrapalham que ajudam, este pelo menos é o argumento do setor produtivo. O social é importante, desde que se tenha em mente um bom senso com relação à questão ambiental.

A opinião do presidente da AIMAT reflete o clima de insatisfação por parte do empresariado local com relação à paralisação dos estudos ambientais para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Segundo Lúcio Flávio Pinto (O ESTADO DE SÃO PAULO, 05/02/2002), esta visão é reforçada por uma forte propaganda realizada pela ELETRONORTE. A Estatal acusa os movimentos sociais ambientalistas de insensatos e de barrarem o progresso da região.

O sentimento contrário a projetos como os apresentados pelo MDTX e ASSEEFPA é reforçado pelo aumento da fiscalização dos órgãos ambientais como o IBAMA, nos projetos de desmatamentos, porque as referida fiscalizações paralisaram a economia madeireira na região, sobretudo após a morte da missionária Dorothy Stang no PDS Esperança.

Segundo Demo (1996), um fator preponderante para o processo participativo é a construção de espaços democráticos que possibilitem a esta organização aperfeiçoar-se e tornar-se um ator importante na interlocução com os governos. Esta capacidade representativa será fundamental para ASSEEFPA no processo de consolidação dos PDSs.

Percebe-se que os movimentos sociais da Transamazônica não mais apenas reivindicam. Passam a atuar como parceiros do Estado, muitas vezes executando funções que são do próprio governo. A presença dos movimentos sociais em áreas antes destinadas ao Estado corre o risco de descaracterizar o próprio movimento tirando deste a identidade de representante da sociedade civil.

É evidente a importância de organizações como a ASSEEFPA, sobretudo quando consideramos que esta reflete uma das visões sobre desenvolvimento na Transamazônica. Contudo, precisamos refletir se projetos como os PDSs realmente significam uma nova dimensão sobre o desenvolvimento. O maior desafio enfrentado pela ASSEEFPA hoje é, talvez, construir mecanismos para efetivar a participação dos assentados dos PDSs. Estes chegam de diversas partes do Pará e até do Brasil atraídos pela promessa de melhores

condições de vida, mas deparam-se com uma realidade de conflitos, de falta de estrutura e investimento. Não muito diferente dos assentamentos realizados pelos governos militares. A história parece se repetir, só que dessa vez não mais como tragédia.

As visões sobre a experiência da ASSEEFa e dos PDSs refletem bem as contradições da lógica desenvolvimentista na Transamazônica. De um lado as antigas práticas de exploração dos recursos naturais e da centralização das decisões. De outro lado estão os movimentos sociais e ONGs ambientais que, orientados pelo debate nacional e internacional sobre meio ambiente, tem a intenção de mudar.

A mudança proposta pelos movimentos sociais e ONGs como a ASSEEFa, contudo, esbarra na continuidade de uma estrutura social contraditória e na permanência de práticas antidemocráticas. Este fato reflete a insuficiência participativa do conjunto de atores sociais envolvidos nos PDSs. A participação efetiva dos assentados no planejamento e execução e gestão dos projetos transformaria estes em proprietários do mesmo e co-responsável de seu sucesso ou fracasso. Um projeto participativo não se esgota em si mesmo, pois os assentados o considerariam seu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, desde meu primeiro contato com a realidade vivenciada pelos assentados dos PDSs de Anapu, pude verificar as múltiplas visões e manifestações da participação e do desenvolvimento na Transamazônica. Para além da política desenvolvimentista dos governos militares e a posterior luta pela terra, a sociedade civil de Anapu apresenta uma grande capacidade de articulação política, social e econômica. É isto que possibilita um aprofundamento do diálogo com os governos na discussão sobre alternativas de desenvolvimento para a região como os PDSs.

Ao longo do tempo descobri elementos novos a serem discutidos na dissertação. No início interessava-me apenas pela sociedade civil. Através das orientações da professora Maria Aquino, as leituras e as entrevistas, descobriram que, para compreender a sociedade civil na Transamazônica, era necessário discutir as visões sobre o desenvolvimento e a participação dessa sociedade civil.

A intenção de analisar os graus de participação da sociedade civil na implementação dos PDSs, trouxe-me algumas respostas que, reconheço precisam ser corroboradas com novas pesquisas. Contudo, as verificações aqui apresentadas podem servir de base para futuros trabalhos.

A primeira constatação é que a iniciativa na criação e gestão dos PDSs não foi feita com a participação dos assentados. Estes chegariam no decorrer da reivindicação das terras pelos líderes da Igreja Católica e do STR, ou mesmo depois da implantação dos PDSs.

Outra observação importante é a continuidade dos conflitos entre assentados e madeireiros. A falta de uma atuação maior dos órgãos governamentais leva ou a extração ilegal de madeira nas áreas dos PDSs ou a acordos igualmente ilegais entre madeira e assentados.

Acredito que muito ainda deve ser estudado e apreendido para que, então, possamos tirar conclusões sobre as experiências da ASSEefa e dos PDSs de Anapu. Contudo, alguns elementos parecem claros do término dessa primeira etapa. A construção de espaços participativos pelos grupos sociais na Transamazônica ainda esbarra nos resquícios da sociedade antidemocrática dos governos militares. Por isso, teve-se ter bem claro que, nesse processo possa existir intenções manipulatórias, como também pode haver um honesto desejo de ajudar a iniciar um processo que vai continuar de maneira cada vez mais autônoma.

A criação dos PDSs é apenas o início de um debate que tem ramificações mais profundas e está ligado na própria forma de pensar o desenvolvimento na Amazônia.

Conforme destacam Bergamasco e Norder (1996), a partir da conquista de políticas como os PDSs, os assentados começam a procurar soluções para novos problemas e desafios: o difícil acesso aos instrumentos da política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte das áreas de assentamento e acesso ao sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e educação.

Elemento importante nesse processo consiste em conceber a participação como uma tarefa coletiva, dessa forma esta se torna mais eficiente. Isto demanda uma maior distribuição de funções e a coordenação dos esforços individuais, em outras palavras, uma maior organização do grupo.

Não se deve ignorar que a política agrária do Brasil ainda conserva uma visão tradicional sobre a participação e o desenvolvimento. Para que isso se altere é importante o diálogo da sociedade civil com o Estado para a criação dos assentamentos como os PDSs esteja também inserida um planejamento estratégico de desenvolvimento socioeconômico.

Está claro também que, outro problema enfrentado é a continuidade da estrutura agrária do Brasil. Para mudar este quadro de concentração da propriedade da terra no Brasil, a criação de RESEX e PDS parece ser uma solução a curto prazo. O conjunto destas políticas agrárias tem demonstrado que o acesso à terra é fundamental para deduzir a fome e a má alimentação que assola algo em torno de 25 milhões de brasileiros (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

No caso específico dos PDSs de Anapu, alguns problemas aparecem com mais frequência. Um deles é o fato de ainda existir agricultores que desconheçam sobre a titulação coletiva da terra, no qual INCRA decreta para toda área um único título, não tendo especificação legal por unidade produtiva, assim a terra não pertence apenas a um assentado, mas a toda coletividade. Outro aspecto, relatado na entrevista com o chefe do INCRA em Altamira, Bruno Kempner (19/09/2006), é a disparidade entre o número de famílias que estão presentes na área em relação à estimativa de famílias previstas pelo INCRA. Percebe-se a existência de um menor número de famílias no projeto em relação às cadastradas pelo INCRA.

Outro aspecto, verificado em minha pesquisa de campo no mês de março de 2006 é que as atividades extrativistas, ainda não são vistas como importantes para o funcionamento do sistema produtivo nos PDSs, sendo pouco explorados os recursos florestais não-madeireiros. Isto quando ocorre é em pequena escala, apenas para o consumo familiar. Segundo o gerente do IBAMA, Roberto Scarpari, este fato talvez resulte de uma questão cultural, mas os agricultores devem ser estimulados a inicialmente proporcionar o enriquecimento florestal através dos SAF's (Sistemas Agroflorestais) e a partir daí estabelecer

um elo de utilização dos recursos disponíveis na diversidade florestal. Este fato, contudo, não faz do extrativismo uma atividade restrita à coleta de produtos florestais não-madeireiros. A exploração madeireira pode acontecer, evidentemente que mediante a implantação de manejos florestais adequados às especificidades dos PDSs.

A agricultura estabelecida nos PDSs é entendida como a principal atividade do sistema de produção, responsável pela reprodutibilidade familiar. Faz-se necessário, no entanto, proporcionar melhores condições para sua afirmação, partindo, é evidente, da realidade e da lógica produtiva dos agricultores e estimulando o que de fato, tem-se como aptidão. Para uma melhoria das condições de produção da agricultura nos PDSs é necessário proporcionar uma maximização da produtividade, desde o plantio até a comercialização dos produtos reduzindo, assim, os impactos sobre os recursos naturais.

Acredito que criação da ASSEEFPA e dos PDSs pelas lideranças da Igreja Católica e do STR do município de Anapu, significa um rompimento com antigas práticas e visões sobre o desenvolvimento, bem como a valorização do meio ambiente. Contudo, a participação deve ser entendida como instrumento de reforço dos canais democráticos de representação e não como devolução ao povo dos problemas criados pela própria sociedade. A participação deve servir principalmente aos beneficiados dos PDSs, para que todos os membros tenham parte na gestão e controle dos processos produtivos e no usufruto dos benefícios conseguidos. Dessa forma, não repetiremos os erros cometidos anteriormente com criação de assentamentos que resultaram em um maior empobrecimento dos agricultores e no agravamento dos conflitos agrários na Transamazônica.

REFERÊNCIAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Perfil e catálogo das associações à ABONG**. São Paulo, 2002.

ALBALADEJO, Christophe. & VEIGA, Iran (orgs.). **Agricultura familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento. Vol., n.º 2, Belém. UFPA/CA/NEAF, 2000.

_____. Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na Amazônia oriental. In: ALBALADEJO, C. & VEIGA, I. (orgs.). **Agricultura familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento. Vol. 1, n.º 3, Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moura, 1978.

AQUINO, Maria José da Silva. **A casa dos nossos gens**: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003. Tese.

ARRANCADA para conquistar o gigantesco mundo verde. In: **Folha de São Paulo**, 10/10/1970.

ARNT, Ricardo Azambuja e SCHWARTZMAN, Stephan. **Um Artifício Orgânico**: transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990). Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BAUMMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Col. Primeiros Passos, 3001).

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8.ª ed. São Paulo, 1994 (Col. Primeiros Passos)

BORGES, André. **Governança e política educacional**: a agenda recente do banco mundial. São Paulo: Revista brasileira de Ciências Sociais vol. 18 n.º. 52, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=en&nrm=iso, acessado em: 02/07/2007.

BOTELHO, Vera Lúcia. **Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e as populações locais**: o caso dos pequenos produtores rurais. In: GOLDENBERG, Mirian (coord.). Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro. REVAN, 1992.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. “ed. São Paulo: Brasiliense, 19987.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - INCRA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 50 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar em áreas de reforma agrária**: estudo de sistemas agrárias na microrregião de São Miguel do Guamá, PA. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. <http://www.integracao.gov.br/fundos/fundosconstitucionais/index.asp?area=FNO>, em: 15/06/2007.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

CAMARGO, Vinícius Ortiz de. **Mercantilismo florestal**: possibilidades e obstáculos para o exercício soberano e democrático de ONGs ambientalistas nacionais e transnacionais e do governo na Amazônia. In: Revista Sociologia Ciência & Vida, N. 7, junho de 2007 (pp. 22-29)

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume 1.

CASTRO, Edna e PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4 ed. São Paulo/Recife: Cortez/Joaquim Nabuco, 2003.

_____. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Joaquim Nabuco, 2001.

CHESNAIS, F. & SERFATI, C. "**Ecologia**" e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: BOITO, A. *Crítica Marxista*. N.º 16. Campinas: Cemarx/UNICAMP, 2003. 183 p., P. 39-75.

COSTA, Luciana Miranda. **Discurso e conflito**: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém. UFPÁ/NEAF, 1999.

DELÍRIO da ditadura virou lamaçal de 480 Km. In: **Jornal do Brasil**, 21/11/1986.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAGNÓSTICO PDS - **Viróla-jatobá**. Altamira: INCRA/FVPP, 2004. 113 p.

DRUMMOND, José Augusto. **Desenvolvimento Sustentável**: debates em torno de um conceito problemático. História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, Vol. V (3), Nov. 98 -Fev. 99.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESTERCI, Neide. A luta pela terra e a função ambiental da propriedade. In: ESTERCI, Neide e TELLES DO VALLE, Raul Silva (Orgs). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução: Cibele Sliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1994.

GOLDENBERG, Mirian (Coord.). **Ecologia Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, Flávio Alcaraz. **Transamazônica a redescoberta do Brasil**. São Paulo: Cultura Editora, 1972.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Col. Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**: racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus Humanidades, 1999.

HARDIN, G. **La tragédia de los bienes comunes**. In: Smith, R. C.; Pinedo, D. El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los logos y bosques en la Amazonia. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002, p.33-48. (Estudios de la Socedad Rural, 21).

HEBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. in: **Cruzando a fronteira**: 30 anos de campesinato na Amazônia. Vol. IV. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa & MANESCHY. **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HERMANOS, Los. Além do que se vê. In: **Ventura**. BMG: São Paulo, 2003 (CD).

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio Buarque de Holanda**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Associativismo civil e Estado**: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. Santa Catarina: Revista dos Pós-graduandos em sociologia política, 2003.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. Tradução de Tijiwa A. M. N. Campinas: UNICAMP, 1993. V.1.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio. **ONGs e universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. Petrópolis: Abong, 2002.

_____. **Para Além do Mercado e do Estado**: filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Edição Núcleos de Pesquisa ISER, Série Textos de Pesquisa, 1993.

_____. (Org.) **As Organizações Não Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A Cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. Annablume: São Paulo, 1998.

LÉNA, P. As Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: **Boletim Rede Amazônica**, Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro/Belém, 2002.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3.a ed. São Paulo. Hucitec, 1991.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.a ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARX, Karl. **O 18 do Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENDES, Armando D. e SACHS, Ignacy. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, Edna e PINTO, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup – UFPA/NAEA, 1997.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna e PINTO, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup – UFPA/NAEA, 1997. p. 53 – 77.

MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E DO XINGU. **SOS Xingu**: um chamamento ao bom senso sobre os represamentos de rios na Amazônia. Altamira – Pará, 25 de julho, 2001.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010340142001000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 15 de janeiro de 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entre a complexidade e o reducionismo**: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, Sérgio. *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. Petrópolis: Abong, 2002.

PINTO, Lúcio Flávio. **A monocultura da água**. In: Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/ms.asp>, acessado em 15 de janeiro de 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PETIT, P. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paca-tatu, 2003.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ROUE, Marie. **Novas perspectivas em etnologia**: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, António Carlos (org.). *Etnologia: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos*. 2a ed. São Paulo. NNABLUME/NUPAUB/HUCITEC, 2000.

ROYER, Jean Marie. **A casa dos bichos**: uma iniciativa local de gestão dos recursos naturais. Estudo de caso. França, 1998. 12 f. Mimeografado.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluído, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTILLI, J. **Sócio-ambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006 (col. para um novo senso comum, vol. 4).

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania**: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SCHMITZ, Heribert. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, Aquiles et. ai. (orgs.). **Agricultura familiar**: métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA, 2001.

SCHOLZ, Imme et al. **Sociedade civil e política ambiental na Amazônia**: os casos da barragem de Belo Monte e da rodovia BR-163. Trad. Heribert Schmitz. Bonn: Instituto Alemão de Desenvolvimento, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XIX**: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SORRENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FADESP, 2002.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O desenvolvimento sócio-ambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes.** Belém: UFPA/CA/NEAF, 2006 (dissertação).

TAMER, Alberto. **Transamazônica: solução para 2001.** 2 ed. São Paulo: APEC Editora, 1971.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRANSAMAZÔNICA: informações básicas. Ministério do Planejamento e Orçamento. Belém: SUDAM/DSB, 1993.

UMBUZEIRO, U. M. **Altamira e sua história.** Belém/Altamira: Sagrada Família, 1987. (off set).

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

VICENTINO, Cláudio. **História geral.** São Paulo: Scipione, 2002.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L & VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica.** In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (orgs.). **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos rumos para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.

ZOLA, Emile. **Germinal.** São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Sítios da Internet pesquisados

http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anapu . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.abong.org.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.agenciartamaimor.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3576 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=145355&tipo=6&cat_id=43&subcat_id=183 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=18138 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.anoregsp.org.br/noticia/detalha_noticia.php?cd_noticia=85 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.apropucsp.org.br/revista/re2_r15.htm . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.comciencia.br/200404/reportagens/07.shtml . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.forumsociedadecivil.org.br/dspMostraNoticia.asp?idNews=39 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.google.com.br/search?q=PDS+Anapu&hl=pt-BR&lr=&cr=countryBR&start=10&sa=N . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.gta.org.br/projetos_exibir.php?projeto=4 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ibama.gov.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=4766 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ibge.gov.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.incra.gov.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FNO . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ipam.org.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.ipam.org.br/web/programas/floresta/proambiente.php . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.mabnacional.org . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.mct.gov.br/prog/ppg7 . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.mda.gov.br/index.php?ctuid=10149&scid=134&imprimir=t . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.mma.gov.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas698.htm . Acessado em 17 de janeiro de 2006
http://www.pa.gov.br . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudoPPA2000/365_programas.htm . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.riomadeiravivo.org/ acessado em: 05/08/2007.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200007&lng=en&nrm=iso Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010340142001000300009&lng=pt&nrm=iso . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.socioambiental.org/esp/bm/isa.asp acessado em: 05/08/2007.
http://www.socioambiental.org/esp/bm/ms.asp . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www.terra.com.br/istoe/1926/entrevista/1926_vermelhas_01.htm . Acessado em 17 de

janeiro de 2006
http://www.terraDireitos.org.br/index.php?pg=conteudo&tema=5&conteudo_id=512&tipo=1 . Acessado em 17 de janeiro de 2006
http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla1=ISA . Acessado em 16 de janeiro de 2006
http://www2.sipam.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=46 . Acessado em 16 de janeiro de 2006

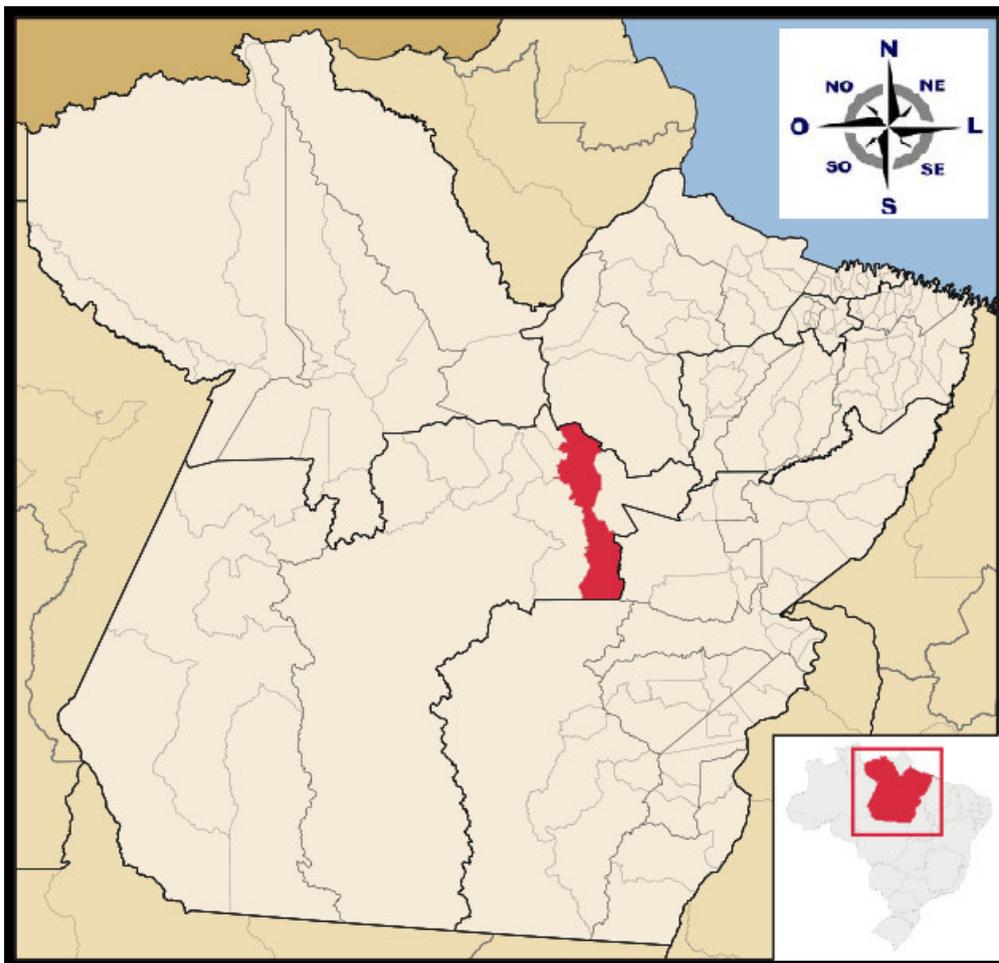
ANEXOS

ANEXO 1 - BR-230 – RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

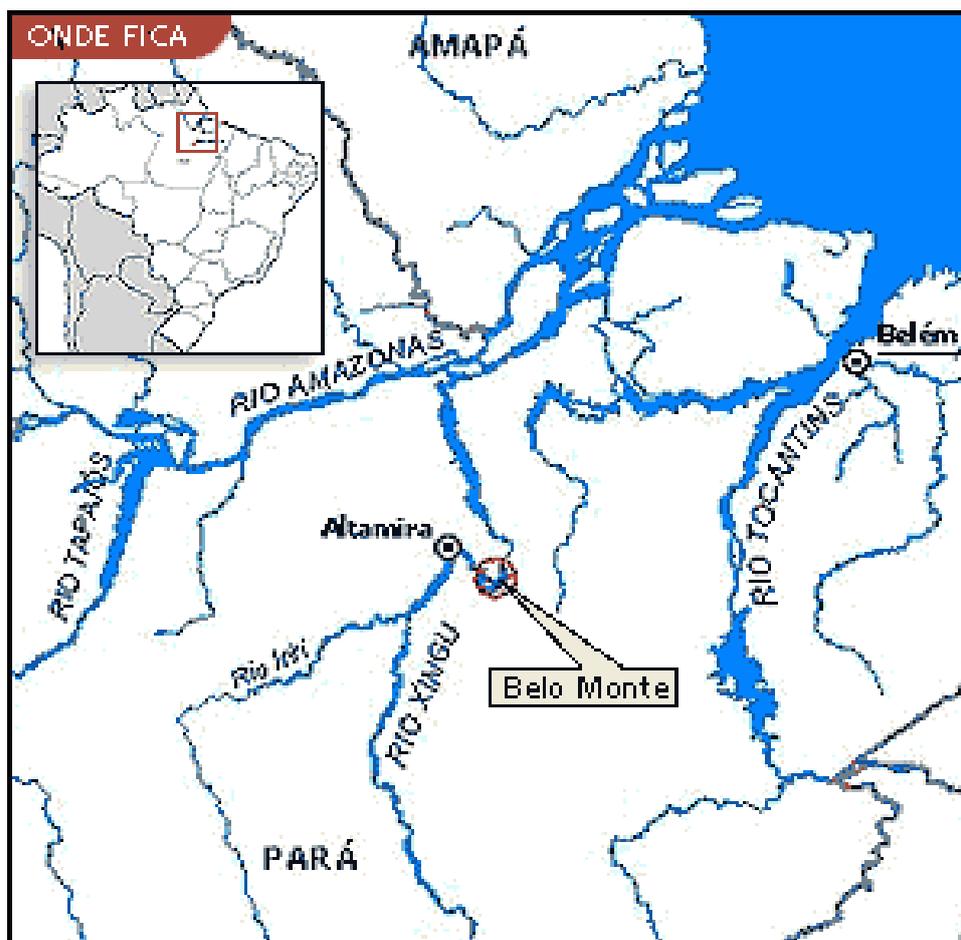


Fonte: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg> , acessado em: 16/06/2007.

ANEXO 2 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANAPU

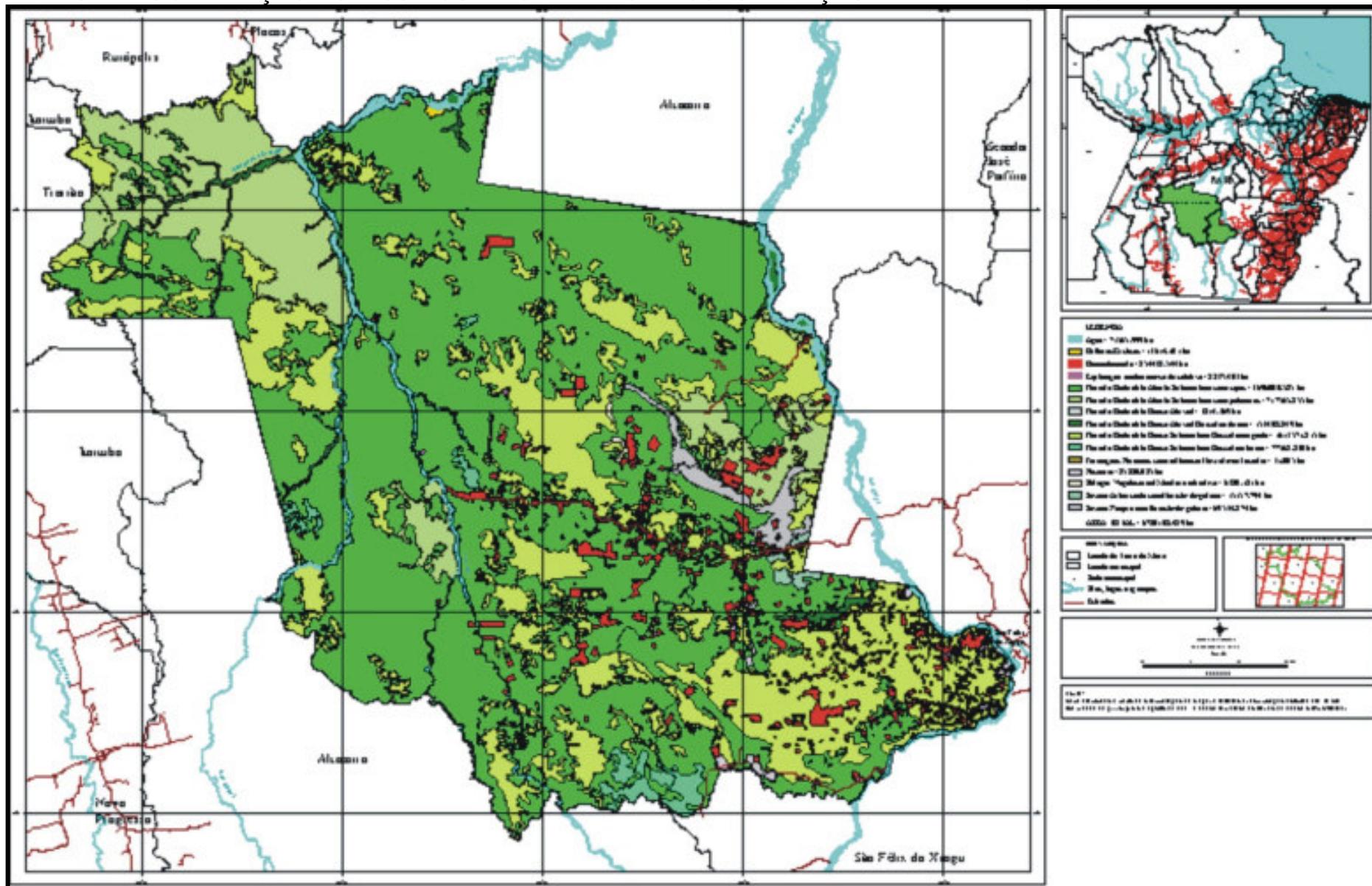


Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anapu>, acessado em: 15/06/2007

ANEXO 3 – LOCALIZAÇÃO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE

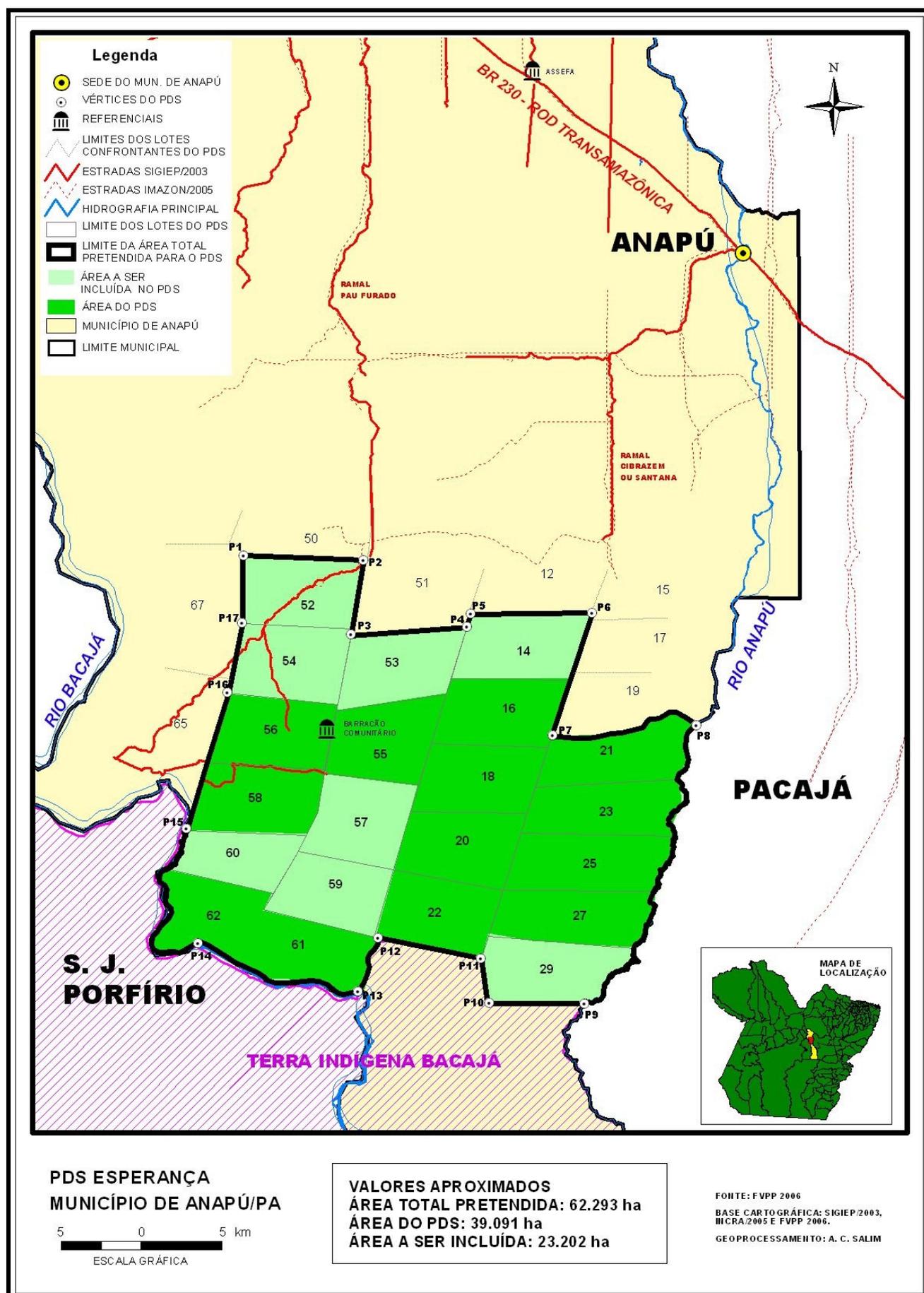
Fonte: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/isa.asp> acessado em: 05/08/2007.

ANEXO 4 – LOCALIZAÇÃO DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA TERRA DO MEIO

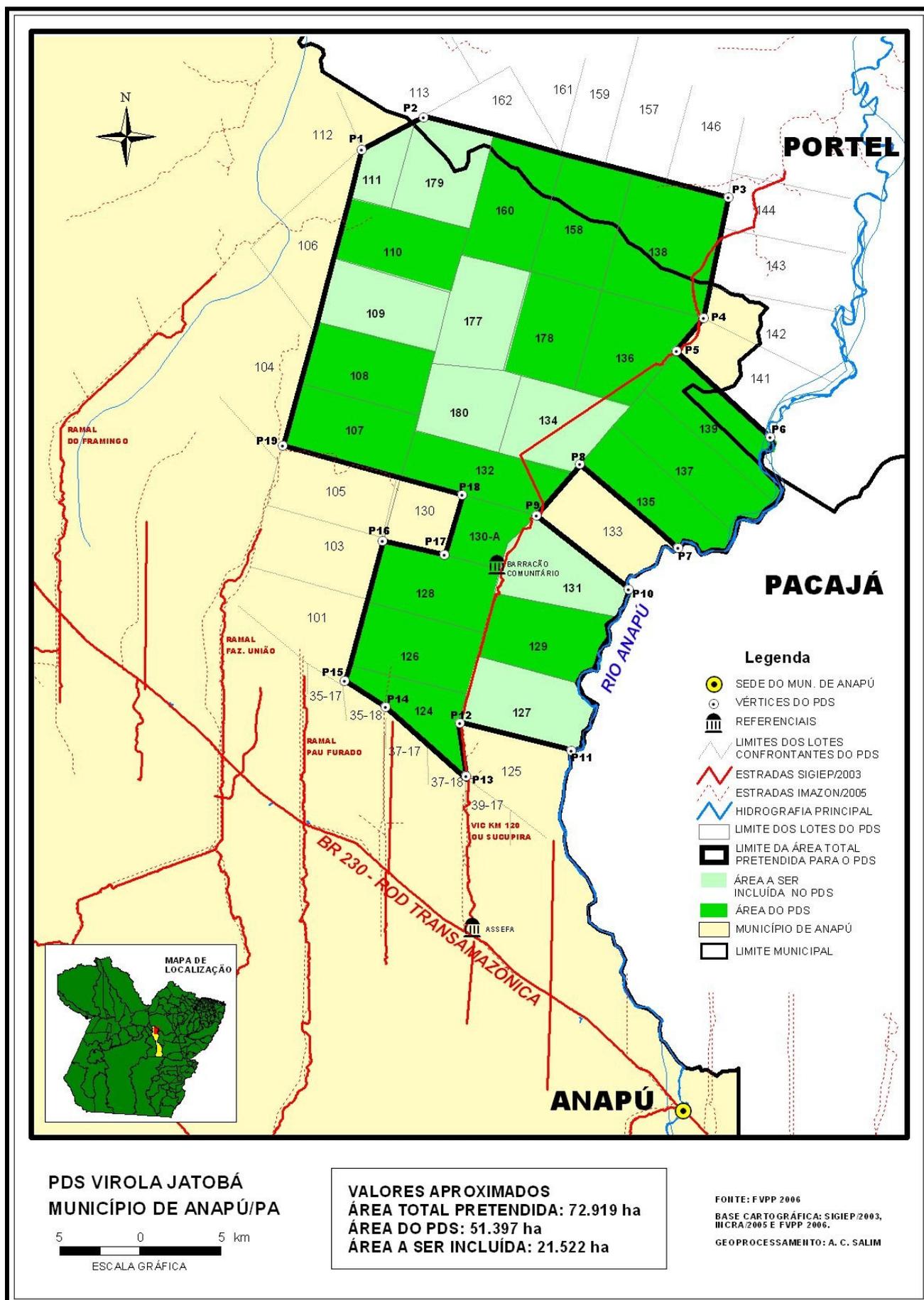


Fonte: <http://www2.sipam.gov.br/geonetwork/srv/pt/metadata.show?id=46>, acessado em: 30/05/2007

ANEXO 5 – PDS ESPERANÇA



ANEXO 6 – PDS VIROLA-JATOBÁ



Fonte: ASSEEFA 2006

ANEXO 7 – ESTATUTO DA ASSEEFFA

ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA, ECÔNOMICA E ECOLÓGICA DE FRUTAS DA AMAZÔNIA – ASSEEFFA.

ESTATUTO DA ASSEEFFA.

OBJETIVOS GERAIS:

Art.1º - A Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia, é uma organização com fins sociais e ecológicos, de Produção, Prestação de Serviços e Comercialização, que tem como objetivo principal, contribuir na elevação da renda familiar, através da ligação direta entre a produção, processamento e comercialização de frutas da nossa região.

Art.2º - A ASSEEFFA, objetiva também, contribuir na capacitação dos agricultores, que estão desenvolvendo um novo sistema de agricultura, economicamente viável e ecologicamente sustentável, através do acompanhamento técnico, para assim amenizar problemas sócio-político e econômico da nossa região.

Art.3º - Criar um espírito renovado de preservação do ecossistema de nosso planeta, protegendo a fauna e a flora da Amazônia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Art.4º - Constitui os objetivos da Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia:

1 - Elevar a renda familiar de agricultores comprometidos com a proteção do meio ambiente, através da compra de seus produtos, pôr um preço justo.

2 – Fortalecer a economia do município, através do processamento de frutas dos agricultores, e criar oportunidade de geração de trabalho e renda.

3 – Realizar o aperfeiçoamento tecnológico da agricultura familiar dentro das exigências ambientais.

4 – Desenvolver ações para evitar o êxodo rural.

5 – Melhorar a alimentação dos filhos dos agricultores, utilizando os produtos da industria na merenda escolar da nossa região.

6 – Promover cursos, de capacitação nas áreas de gerenciamento, comercialização e recuperação de áreas degradadas para os produtores.

7 – Acompanhar as famílias, com orientação técnica para aumentar a sua produtividade e ampliar os módulos de produção.

8 – Promover cursos específicos para a equipe de coordenação da associação.

9 – Firmar convênios e contratos com outras Instituições públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, para realização dos objetivos acima.

DIREITOS DOS SÓCIOS:

Art.5º - Somente os sócios tem direitos dentro da associação.

Art.6º - Convocar reuniões extraordinárias e divulgar suas idéias, propostas, opiniões, sobre todos os projetos, convênios e perspectivas da mesma.

Art.7º - Os sócios terão cota igual aos outros sócios do lucro líquido, isto é, o lucro no final do processo de produção, menos a percentagens do capital de giro, a depreciação da unidade de produção, folha de pagamento e menos o constante acréscimo no preço da matéria prima.

Art.8º - De ser nomeado para qualquer cargo dentro da sociedade, desde que, seja do consenso de todos sócios.

Art.9º - De avaliar os trabalhos de cada um e de apresentar sua comprovação de despesa e receita nas reuniões da coordenação.

Art.10º - De utilizar os veículos, os recursos financeiros e outros, apenas a serviços da associação.

Art.11º - De encorajar o entrosamento com outras organizações públicas e privadas, para melhorar o andamento e o crescimento da entidade, de acordo com seus objetivos.

DEVERES DOS SÓCIOS:

Art.12º - De se empenhar o máximo para o sucesso político, econômico e social da entidade, conforme seus objetivos.

Art.13º - De participar de todas reuniões.

Art.14º - De apresentar sua comprovação de trabalhos, de despesas e de receitas nas reuniões.

Art.15º - Os sócios responsáveis pôr funções financeiras devem reunir-se sempre que for necessário, para avaliar o andamento financeiro.

Art.16º - De zelar e manter em funcionamento todos os empreendimentos, como veículos máquinas, imóveis e etc, pertencentes a associação.

Art.17º - De realizar com responsabilidade a sua função, para o bom funcionamento da associação.

Art.18º - De respeitar as opiniões, propostas e avaliação dos outros sócios.

COORDENAÇÃO:

Art.19º - Constitui a coordenação da associação:

1 – Coordenador

2 – Secretário.

3 – Tesoureiro.

4 – Conselho Fiscal.

1.1 – O coordenador – deve coordenar as reuniões, representar a associação juridicamente e socialmente, onde for necessário.

1.2 – Fazer cumprir contratos, acordos ou convênios nas instâncias municipais, estaduais, federais e internacionais.

2.1 – O secretário – deve convocar as reuniões, registrar nos livros de atas, recolher e arquivar a comprovação de trabalhos de cada função realizada.

3.1 – O tesoureiro – Deve apresentar aos sócios para fazer a comprovação de despesas e receitas mensais e todo qualquer documento contábil.

4.1 - Conselho fiscal – Verificar o cumprimento dos objetivos da entidade, visando as mudanças sociais, política, econômica, e ecológica; Fiscalizar a prestação contas de receitas e despesas.

4.2 – O conselho fiscal, será formado pôr 02 sócios escolhidos em eleição.

AS REUNIÕES:

Art.20º - As reuniões acontecerão duas vezes pôr mês, podendo também ser convocada extraordinariamente pôr decisão de dois terço dos membros.

Art.21º - Nas reuniões podem ser efetuadas as seguintes deliberações:

1 - Apresentação da comprovação de despesas e receitas mensais e o planejamento do próximo orçamento financeiro.

2 - Discutir e aprovar os relatórios de atividades das funções realizadas pôr cada um do grupo.

3 - Autoriza e aceita a aquisição de patrimônio necessário ao bom andamento dos objetivos da associação.

4 - A aprovação da perda da qualidade de membro da ASSEEF, de qualquer sócio nos seguintes casos: Decisão pessoal, não cumprimento ou violação desse estatuto, ausência em três reuniões consecutivas sem justificativas, eliminação pronunciada pôr 2/3 dos associados.

5 - De maneira geral delibera sobre todos os propósitos que podem ajudar ao desenvolvimento da associação.

ASSEMBLÉIA:

Art.22º - A assembléia geral ocorrerá uma vez pôr ano, para delibera sobre os seguintes assuntos:

1 – O processo eleitoral se dará pôr consenso de dois em dois anos, podendo acorrer à reeleição para mais um mandato.

2 – Esse estatuto pode ser alterado em todos os pontos reconhecidos como úteis, sem exceção e nem reserva, com o consenso da assembléia.

3 – Avaliar o cumprimento dos objetivos da associação.

PATRIMÔNIO:

Art.23º- Constitui patrimônio da ASSEEF:

1 – Doação dos sócios, entidades filantrópicas e governamentais, particulares e etc...

2 – Rendimentos dos bens e valores que eventualmente vier possuir no andamento da entidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art.24º- Em casos de dissolução da ASSEEF, os bens, imóveis, veículos e valores, pertencentes ao patrimônio inicial e outros que forem oriundos de doações de qualquer

organização ou instituição, serão doados a outro grupo organizado que tenha os mesmos objetivos. O patrimônio conseguido durante o seu tempo de atividades, serão vendido e divididos em parcelas iguais entre os sócios.

Art.25º- O sócio nomeado a qualquer cargo, responde unicamente pêlos seus atos e compromissos.

Art.26º- A Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia, foi fundada em 27 de Dezembro de 2.000 e tem sua sede na VILA SUCUPIRA, Rodovia Transamazônica Km 120 Atm/Mrb - Município de ANAPU - PARÁ.

Art.27 - O presente estatuto foi aprovado e adotado pela Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia e certificado conforme o presente.

Vila Sucupira – Anapu / Pa, 15 de janeiro de 2.001.

A direção da Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia foi nomeada no dia 27 de dezembro de 2.000, a seguinte:

COORDENADORA: Maria Rosaria Souza Guzzo.

SECRETÁRIO: Giovany Souza Guzzo.

TESOUREIRO: Ivam Chagas da Silva.

CONSELHO FISCAL: Ailso da Silva Prado.

CONSELHO FISCAL: Geraldo Magela de Almeida Filho.

ANEXO 8 – CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DOS TRABALHOS DA ASSEEFA



ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA, ECONÔMICA E ECOLÓGICA DE FRUTAS DA AMAZÔNIA.

CNPJ - 04.240.901/0001- 01/ Inscrição Estadual -15.229.571-2 / Fone/ fax 91-694-1375

Rod. Transamazônica Km 120 -Vila Sucupira/ Anapu/ PA CEP 68.365-000 /Cx. Postal - 038.

CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DOS PROJETOS / TRABALHOS DA ASSEEFA.

O município de Anapu, assim como quase todos os demais que compõem a região da Transamazônica, apresenta um grande potencial para a agricultura familiar. Para justificarmos esta afirmativa apresentamos a seguir um pouco da história desta região.

A história da Transamazônica tem início em 1970/72 com a abertura desta rodovia, onde um entre outros objetivos reais previstos pelo Governo Federal (Militar) era o de minimizar as tensões (revoltas e organizações populares ocorridas principalmente em função da disputa pela terra) que estavam ocorrendo principalmente no Nordeste brasileiro.

A grande propaganda de oferta de terras, veiculada nos meios de comunicação de massa, trazia como slogan principal o lema “Terras sem homens para Homens sem terra” ou ainda “Integrar para não Entregar” lema este, utilizado para justificar a grande quantidade de recursos investidos na perspectiva de integrar a Amazônia ao restante da economia do país para não entregá-la a outros países.

Esta forma de ocupação trouxe para a região, uma grande quantidade de famílias vindas das mais diversas regiões do país, transformando-se numa das regiões com maior divergência cultural e étnica do país.

A falta de estrutura mínima (moradia, saúde, educação, estradas, etc.) para receber este grande número de famílias que chegavam, foi a principal barreira enfrentada pelos ocupantes desta imensidão de florestas intocadas, até então conhecida e denominada de “Inferno Verde” e considerada como um empecilho na integração da Amazônia na economia do país.

Esta situação agravou-se ainda mais, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 1974, abandona a região e o povo à própria sorte. Este abandono fez com que a maior parte das famílias mais estruturadas economicamente, que aos poucos chegavam com toda esperança de desenvolvimento, e que detinham condições de investir em trabalho, retornassem à suas regiões de origem. Os que ficaram, geralmente os menos capitalizados, continuaram cada vez mais enfrentando problemas e tentando sobreviver

em meio a uma região totalmente abandonada, sem a mínima estrutura de sobrevivência. Dos corajosos agricultores que permaneceram, muitos foram deixando suas terras e aglomerando-se nas proximidades dos vilarejos que posteriormente vieram a se tornar municípios.

Esta forma desorganizada de colonização, seguida da falta de incentivos, garantia de preço mínimo para os produtos, assistência técnica de qualidade para os produtores, etc. levou os agricultores a praticarem a agricultura na Amazônia, com fatores climáticos e edáficos próprios, da forma que culturalmente já haviam aprendido a fazer em suas regiões de origem com características totalmente diferente, onde uma das principais formas era a chamada “agricultura tradicional” baseada no sistema corte e queima, sendo esta uma das maneiras mais práticas e baratas, disponíveis no momento.

A péssima qualidade da principal rodovia, (Transamazônica) de acesso aos mercados, principalmente no período de inverno, além da quase inexistência de estradas vicinais, fazem com que os agricultores familiares cultivem seus produtos (culturas anuais) somente para a subsistência da família. As culturas perenes recebem pouco investimento também devido às dificuldades enfrentadas no momento do transporte até os mercados.

Nestas condições, poucas alternativas restam aos agricultores. Uma delas é investir o pouco que possuem na criação de gado bovino de forma extensiva, mesmo sem nenhum conhecimento a respeito, pois esta, em momentos de necessidade da família se autotransporta até o mercado, independentemente das condições de estrada e de preço.

Deste modo, não é difícil percebermos que a quantidade de pastagens implantadas vem aumentando gradativamente em meio os agricultores familiares. Mesmo aqueles agricultores que não dispõem de recursos para iniciarem a criação, investem cada vez mais em pastagens, na perspectiva de algum dia poderem vir a se tornarem criadores.

Estes pequenos produtores que investem cada vez mais na implantação de pastagens tornam-se descapitalizados ainda mais, pois com o lote todo empastado, não lhe resta mais áreas disponíveis para investir nem mesmo em culturas de subsistência para a família, pois o gado, por ser a única cultura geradora de renda para a família, não tem sua progressão de forma a acompanhar o ritmo das implantações das pastagens, e desta forma a renda proveniente do gado acaba por não cobrir os próprios gastos. Neste ponto atingimos então o estrangulamento do sistema familiar, onde a única alternativa que resta a este produtor é vender o lote a fazendeiros que aos poucos instalam-se na região e tenta reiniciar tudo outra vez em outra área, que geralmente está nos fundos das vicinais. Ali, recomeça tudo outra vez.

O próprio governo, através de incentivos fiscais oferecidos aos grandes pecuaristas, contribui para que a situação de devastação da região agrave-se cada vez mais, pois desta forma, cada vez mais temos a presença de um número maior de fazendeiros que chegam e encontram condições ideais para seus empreendimentos. Pois a terra, por ser um recurso ainda em abundância na região seguida de uma boa fertilidade natural, permite bons resultados financeiros em grandes propriedades.

Esse tipo de atitude, baseada numa mentalidade de exploração imprópria para o contexto da região, vem destruindo nosso meio ambiente. Imensas áreas de 3.000ha são desmatadas e queimadas todos os anos para a implantação de pastagem.

O fato é que esse tipo de atividade, impróprio para o contexto da Amazônia, vem alterando de forma gradativa todo nosso ecossistema. Esta degradação nem ao menos contribuiu para melhorar a vida deste povo. Vemos um povo cada vez mais pobre, e os recursos naturais ainda existentes, que são um grande potencial para a região, ainda são poucos explorados por falta de conhecimentos e condições para que estes possam ser explorados.

Tendo em mente toda esta problemática, um grupo de mulheres, já no ano de 1985, uniram forças e criaram o Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu – MFMMA, com o objetivo de buscar alternativas que pudessem melhorar a qualidade de vida,

criando um ambiente favorável para a permanência destas famílias no campo. No momento da criação, os principais objetivos do grupo, era encontrar alternativas que pudessem melhorar a vida das famílias ali no campo. Para isso, criaram revendas (pequenos comércios comunitários) e trabalharam no sentido de recuperarem seus conhecimentos acerca das Plantas Medicinais e reintegrar estas, no uso familiar. Com o passar dos tempos, e tendo mais clareza dos princípios da organização, outras necessidades foram surgindo, obrigando o movimento a encontrar novos caminhos para concretizar seu objetivo principal que era proporcionar a garantia de permanência da família na terra.

Com o estado de calamidade em vivia a região, as iniciativas até então tomadas ainda não eram o suficiente para proporcionar tal garantia, pois o processo de geração de renda ainda estava fracassado, não havia alternativas para a comercialização dos produtos produzidos.

Surge então, a proposta de industrializar suas frutas. Este processo de industrialização é um dos caminhos para agregar valor ao produto e com isso poder garantir a conquista de melhores preços no mercado.

Neste sentido, este grupo de mulheres, juntamente com outra associação (ASPAT) também daquela localidade, no ano de 1997 iniciaram o processo de elaboração de um projeto PD/A a ser financiado pelo MMA/PPG7, para recuperação e preservação de áreas degradadas com a utilização de leguminosas, e a implantação de espécies frutíferas e florestais. Incluso neste projeto, previu-se também, a construção de uma unidade de processamento de frutos regionais tais como a banana, que será transformada em farinha de banana, o açaí, a graviola e o cupuaçu em polpa, entre outros. Alternativa clara e viável para a melhoria da renda destas famílias, além do incentivo à preservação ambiental. Este projeto concretizou-se no ano de 2000 com a liberação dos recursos, e na atualidade já apresenta ótimos resultados.

Anteriormente a este projeto (1993), iniciou-se também, com o apoio da UFPA (Universidade Federal do Pará) Departamento de Mecânica, a transmissão de um projeto para a construção de uma mini usina hidroelétrica que pudesse suprir, pelo menos em parte, as necessidades de energia da agroindústria. Desta forma, com a redução dos custos de produção pode-se pagar mais pelo produto aos produtores. Este projeto, em 1997/98 conseguiu o apoio financeiro do CNPq para a realização da compra da turbina.

No ano de 2001, o Movimento Fraternal das Mulheres Lutadoras de Anapu, através do CNS, conseguiu junto ao MMA/ Amazônia Solidária, apoio financeiro (pequeno projeto) para a organização e implementação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS. Esta nova modalidade de projeto tem como objetivo principal, a preservação ambiental e geração de renda a parti da exploração racional dos recursos naturais. Este projeto que atualmente está em andamento, conta com o apoio técnico de dois profissionais com nível superior (formados em Ciências Agrárias) e já apresenta resultados positivos.

ANEXO 9 – DECRETO LEI DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO.

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Município de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo no 02001.003752/2003-07,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Município de Altamira, Estado do Pará, com uma área aproximada de setecentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta hectares, noventa e nove ares e vinte centiares, tendo por base as Cartas SB-21-X-B, SB-21-X-C e SB-21-X-D, na escala 1:250.000, publicadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 54°39'18.28"WGr e 4°45'33.98"S, localizado na confluência do Rio Iriri com o Igarapé da Laura, segue pela margem esquerda do Rio Iriri, no sentido montante, por uma distância aproximada de 37.152,367 metros até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 54°33'4.60"WGr e 5°00'19.39"S, localizado na margem esquerda do Rio Iriri, na confluência com o Igarapé Nazaré; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé Nazaré, por uma distância aproximada de 34.437,639 metros até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 54°44'41.72"WGr e 5°08'19.50"S; deste, segue o limite da Terra Indígena Xipaya por uma reta de azimute 213°13'17" e distância aproximada de 19.405,69 metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 54°50'25.00"WGr e 5°17'9.00"S, localizado no limite da Terra Indígena Xipaya; deste, segue por uma reta de azimute 213°33'04" e distância aproximada de 15.410,48 metros até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 54°55'0.11"WGr e 5°24'7.92"S, localizado no limite da Floresta Nacional de Altamira; deste, segue o limite da Floresta Nacional de Altamira por uma reta de azimute 270°10'44" e distância aproximada de 47.091,98 metros até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 55°20'29.58"WGr e 5°24'7.88"S, localizado na intersecção do limite da Floresta Nacional de Altamira com a linha divisória dos Municípios de Altamira e Trairão; deste, segue a linha divisória dos Municípios de Altamira e Trairão, por uma distância aproximada de 8.947,517 metros até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 55°23'38.20"WGr e 5°24'7.88"S, localizado na intersecção do limite da Floresta Nacional de Altamira com a linha divisória dos Municípios de Altamira e Trairão; deste, segue por uma reta de azimute 270°09'03" e distância aproximada de 5.319,33 metros até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 55°26'30.99"WGr e 5°24'7.87"S, localizado na intersecção do limite da Floresta Nacional de Altamira com a linha divisória dos Municípios de Altamira e Trairão; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Altamira e Trairão, em direção ao norte, por uma distância aproximada de 143.345,875 metros até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 55°28'56.29"WGr e 4°44'7.27"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Altamira, Trairão e Itaituba; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Altamira e Itaituba por uma distância aproximada de 15.774,545 metros até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 55°29'50.10"WGr e 4°37'12.28"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Altamira, Itaituba e Rurópolis; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de

Altamira e Rurópolis por uma distância aproximada de 113.553,320 metros até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 54°50'29.00"WGr e 4°24'35.63"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Altamira, Rurópolis e Placas; deste, segue pela linha divisória dos Municípios de Altamira e Placas, por uma distância aproximada de 2.252,286 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 54°49'35.65"WGr e 4°25'17.08"S, localizado na linha divisória dos Municípios de Altamira e Placas; deste, segue pelo limite da Terra Indígena Cachoeira Seca, por uma reta de azimute 178°23'16" e distância aproximada de 20.763,22 metros até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 54°49'14.69"WGr e 4°36'32.48"S, localizado na margem esquerda do Igarapé da Laura; deste, segue pela margem esquerda do Igarapé da Laura, no sentido jusante, seguindo o limite da Terra Indígena Cachoeira Seca, por uma distância aproximada de 32.952,992 metros até o Ponto 1, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e oito metros e oitenta e oito centímetros.

Art. 2o A Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio tem por objetivo a proteção dos meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.

Art. 3o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4o Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

§ 1o O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2o As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Pará somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3o A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva.

ANEXO 10 – DECRERTO LEI DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE

DECRETO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Município de Porto de Moz, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo no 02001.007795/2001-91,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Verde para Sempre, localizada no Município de Porto de Moz, Estado do Pará, com uma área aproximada de um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e dezessete hectares, vinte ares e noventa centiares, tendo por base as folhas SA-22-V-C, SA-22-V-D, SA-22-Y-A e SA-22-Y-B, em escala 1:250.000, publicadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 52°59'41,21" Wgr e 01°46'02,60" S, localizado na margem direita do Rio Amazonas, segue pela margem direita do Rio Amazonas no sentido jusante até Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 52°14'48,45" Wgr e 01°31'21,49" S, localizado na confluência do Rio Xingu com o Rio Amazonas; deste segue pela margem esquerda do Rio Xingu, no sentido montante até o Ponto 03, de coordenadas geográfica aproximadas 52°15'07,11" Wgr e 01°48'53,30" S, localizado na margem esquerda da confluência do Rio Jarauçú com o Rio Xingu; deste segue por uma reta de azimute 178°34'09" por uma distância aproximada de 1.066,33 metros até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 52°15'06,27" Wgr e 01°49'28,01" S, localizado na margem direita da confluência do Rio Jarauçú com o Rio Xingu; deste segue pela margem esquerda do Rio Xingu até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 52°15'46,75" Wgr e 02°01'44,66" S, localizado na margem esquerda da confluência de um rio sem denominação com o Rio Xingu; deste segue por uma reta de azimute 184°22'26" por uma distância aproximada de 1.949,68 metros até Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 52°15'51,61" Wgr e 02°02'47,96" S, localizado na margem direita da confluência do rio sem denominação com o Rio Xingu; deste segue pela margem direita do Rio Xingu até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 52°09'04,15" Wgr e 02°20'38,84" S, localizado na margem esquerda da confluência de um rio sem denominação com o Rio Xingu; deste segue por uma reta de azimute 148°30'03" por uma distância aproximada de 1.667,75 metros até Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 52°08'35,99" Wgr e 02°21'25,17" S, localizado na margem direita da confluência de um rio sem denominação com o Rio Xingu; deste segue pela margem direita do Rio Xingu até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 52°06'39,23" Wgr e 02°27'15,33" S, localizado na confluência de um pequeno tributário na margem esquerda do Rio Xingu; deste segue por este tributário no sentido montante até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 52°11'53,22" Wgr e 02°33'16,82" S, localizado na nascente deste tributário; deste segue por uma reta de azimute 211°12'13" por uma distância aproximada de 6.382,32 metros até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 52°13'40,44" Wgr e 02°36'14,48" S, localizado na confluência de um tributário com o Rio Acarai; deste segue pelo Rio Acarai no sentido montante até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas

52°13'34,31" Wgr e 02°41'06,66" S, localizado na confluência de um igarapé sem denominação, tributário do Rio Acarai; deste segue por este igarapé sem denominação, no sentido montante até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 52°20'23,52" Wgr e 02°44'23,71" S, localizado no referido igarapé sem denominação; deste segue uma reta de azimute 270°04'43" por uma distância de 21.827,49 metros até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 52°32'10,27" Wgr 02°44'21,88" S, localizado no limite municipal; deste segue pelo limite municipal até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 52°32'10,27" Wgr e 02°44'21,88" S, localizado no limite municipal e também Rio Jarauçú; deste segue pelo limite municipal e pelo Rio Jarauçú, no sentido jusante até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 52°59'32,05" Wgr e 02°40'42,18" S, localizado no limite municipal e Rio Jarauçú; deste segue pelo limite municipal, por uma reta de azimute 290°29'14" por uma distância de 47.902,88 metros até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 53°23'03,33" Wgr 02°30'28,36" S, localizado no limite municipal e nascente de um rio sem denominação; deste segue pelo limite municipal e pelo rio sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 53°13'14,88" Wgr e 02°22'14,71" S, localizado no limite municipal e Rio Guajará; deste segue pelo limite municipal e Rio Guajará, no sentido jusante até o Ponto 01, início desta descritiva, totalizando um perímetro aproximado de quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e cinco metros e setenta e cinco centímetros.

Art. 2o A Reserva Extrativista Verde para Sempre tem por objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 3o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Verde para Sempre, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4o Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Verde Para Sempre.

§ 1o O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2o As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Pará somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3o A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Verde Para Sempre.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

ANEXO 11 – PROPOSTA DE PARCERIA ENTRE A EMPRESA DI TRENTO E OS ASSENTADOS DO PDS ESPERANÇA.

IIM° Sr. Superintendente Regional do Incra – SR 030-E

PROPOSTA DE TRABALHO DE PARCERIA ENTRE A EMPRESA DI TRENTO E OS ASSENTADOS NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESPERANÇA-PDS

A empresa DI TRENTO, representada pelo seu proprietário Sr. AVELINO DE DÉA, vem por meio desta apresentar as proposta de parceria de trabalho no PDS Esperança.

PROPOSTA

1º- Abertura de todas estradas que necessária for dentro do projeto, e manutenção da mesma. Com construção de pontes aterro no baixam e o que for necessário para a boa trafegabilidade no projeto.

2º- Construção da vila com abertura de ruas instalações de poste e rede de distribuição de energia em toda a vila.

3º- Doação de um motor-gerador de 18 cvs para o funcionamento da farinha e fornecimento de energia da vila.

4º- Construção de uma escola com duas salas de aula, uma sala de administração e banheiros.

5º- Construção de uma igreja

6º- Construção de um posto de saúde.

7º- Incentivo a agricultura permanente.

8º- Criação de um canteiro de mudas de essências para reposição florestal e plantio de lavoura permanente como cacau cupuaçu...

OBS. Todas as propostas apresentadas e despesas geradas pela mesma, serão de inteira responsabilidade desta empresa. A mesma fica em aberto para discussão de outras necessidades apresentadas pelos moradores do projeto.

As propostas acima ora citadas ficam condicionadas a um contrato entre INCRA – PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESPERANÇA – DI TRENTO, dando a esta

CÓPIA

Em 16/08/2006

Brasão
Chefe de Gabinete
Portaria INCRA/P N.º 732/03

empresa exclusividade na exploração de matéria prima dentro do projeto PDS ESPERANÇA.

O prazo do contrato desta parceria fica em aberto para ser discutido entre os citados acima.

Por ser a expressão da verdade datamos e assinamos para que surtos efeitos legais

2006-08-10

Anapú 10 de agosto de



**AVELINO DE DEUS
DI TRENTO**